

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

Universidade Estadual do Ceará

Autor (s)

Geovani Jacó de Freitas

Título da Pesquisa

Representações coletivas sobre as organizações policiais: estudo comparado nos Estados de Alagoas e Ceará

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Representações coletivas sobre as organizações
policiais: estudo comparado nos Estados de
Alagoas e Ceará**

Relatório Final

**Pesquisa realizada com apoio do
Ministério da Justiça/SENASP, em
parceria com o COVIO (Laboratório
de Estudos sobre a conflitualidade
e violência), do GPDU/UECE, sob a
coordenação do pesquisador
Geovani Jacó de Freitas.**

Fortaleza-CE

Dez/2005

Representações coletivas sobre as organizações policiais: estudo comparado nos Estados de Alagoas e Ceará

Equipe técnica da pesquisa:

Geovani Jacó de Freitas – Coordenador geral da pesquisa (Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência/COVIO, do GPDU/UECE);

Paulo Décio de Arruda Mello – Pesquisador (Universidade Federal de Alagoas – UFAL);

Rosemary de Oliveira Almeida – Pesquisadora (Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência/COVIO, do GPDU/UECE).

Auxiliares de pesquisa

Adeive Derquian de Oliveira Santos (UECE/Fortaleza)

Tarcisio Arquimedes Araújo Carneiro (UECE/Fortaleza)

Renata Willia dos Santos Pereira (UFAL/Maceió)

Sandreana de Melo Silva (UFAL/Maceió)

Apoio Técnico

Maria das Graças Guerra Lessa (UECE/Fortaleza).

Fortaleza-CE

2005

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP
CONCURSO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS EM
VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

RELATÓRIO DE PESQUISA

**REPRESENTAÇÕES COLETIVAS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES
POLICIAIS: estudo comparado nos estados de Alagoas e
Ceará.**

Geovani Jacó de Freitas
Coordenador

**FORTALEZA-CE
2005**

“Viver com medo é viver pela metade”

INTRODUÇÃO	5
I ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	14
II CRISES ANUNCIADAS E DENUNCIADAS: QUADRO POLÍTICO- INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA EM ALAGOAS E NO CEARÁ	23
2.1 AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO CEARÁ	23
2.1.1 O chamado “governo das mudanças”	30
2.1.2 O governo Lúcio Alcântara e o estado da arte atual da Segurança Pública no Ceará.....	42
2.2 AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS EM ALAGOAS	64
2.2.1 Lutas e resistências da sociedade civil alagoana: em busca do possível estranhamento às práticas criminosas.....	67
2.2.2 O Governo de Ronaldo Lessa: uma nova concepção de segurança	74
III ESTUDO ANALÍTICO DAS PERCEPÇÕES COLETIVAS SOBRE AS POLÍCIAS	77
3.1 PERCEPÇÕES DAS POLÍCIAS SOBRE SUAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....	77
3.2 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES POLICIAIS	92
3.2.1 As percepções no Ceará.....	94
3.2.2 As percepções em Alagoas.....	122
À GUIA DE CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	138
ANEXO 1.....	142
ANEXO 2.....	143
ANEXO 3.....	144
ANEXO 4.....	145
ANEXO 5.....	147

Percepções coletivas sobre as organizações policiais: estudo comparado nos Estados de Alagoas e Ceará

Introdução

O aumento da violência em todas as esferas da vida social é um fenômeno que tem aumentado em larga escala em todo o mundo e, em particular, no Brasil. Por isto mesmo, esta temática tem atraído a atenção de todos e chamado ao debate, sob variados enfoques, amplos setores da sociedade, do governo e, principalmente, das pessoas em seu cotidiano ordinário.

De quais violências se falar? Como ela se revela no cotidiano? Quais os seus verdadeiros significados? Questões são muitas e incontáveis que se podem levantar sobre este fenômeno social tão velho quanto os dias. No entanto, este relatório tem como foco principal, dentro deste contexto social violento, compreender uma dimensão específica dessa realidade, dando enfoque à relação entre polícia e comunidade, sob o referencial da segurança pública.

Neste entrelaçamento de relações, situam-se as organizações policiais como elos mais visíveis do sistema de segurança pública no País. Daí os contornos objetivos desta pesquisa, intitulada *Percepções coletivas sobre as organizações policiais: estudo comparado nos Estados de Alagoas e Ceará*. Como resultado final da investigação de campo, pode-se atestar a importância social e

sociológica do debate sobre a segurança pública não só nas duas capitais pesquisadas como, também, para todo o Brasil.

É sabido que o campo da segurança pública, no País, nos últimos anos, tem sido objeto tanto de disputas políticas no campo social, como de estudos e pesquisas de interesse antropológico e sociológico. O que parece emergir como axial no cenário deste debate é a busca de definição de políticas de segurança pública eficientes e adequadas aos requerimentos da coletividade no que se refere às conseqüências das mudanças estruturais sofridas pelo País. As proposições também visam se adequar às mudanças no plano cultural dos grupos sociais, advindas do processo de democratização da sociedade brasileira nos últimos vinte anos.

É neste contexto referencial que se pode compreender o lugar e o papel das organizações policiais e de seus operadores. Observando-se atentamente os fatos empíricos e os estudos até então produzidos sobre as organizações policiais, percebe-se que hoje, no Brasil, tais organizações passam por uma crise de credibilidade, no sentido de que o seu papel, a sua função e, sobretudo, a sua capacidade de garantir a segurança pública à população estão cada vez mais questionados.

É nesta produção de sentido social que este trabalho busca identificar, descrever e analisar, de forma reflexiva, o sistema simbólico das percepções coletivas sobre o papel da segurança pública, das organizações policiais e de seus operadores, tendo como referência empírica de análise as cidades de Maceió-AL e de Fortaleza-CE. Esta opção não se deu de forma aleatória, mas pelo fato de serem capitais de dois estados da região Nordeste em que ocorreram

mudanças significativas no modo de gestão de suas políticas de segurança pública na última década do século passado, que culminaram, entre outras alterações, em mudanças políticas e estruturais na instituição policial e no modo de ação de seus operadores e governantes. O estado do Ceará tem uma população de 7.430.661 habitantes e sua capital, Fortaleza, tem 2.141.402 habitantes, o que corresponde a 28,81% do total geral da população do Estado. Já o estado de Alagoas, com uma população total de 2.822.621 habitantes, sua capital, Maceió, tem 797.759 habitantes, o que corresponde a 28,26 % da população total do Estado (Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 2000.).

O leitor encontrará, neste relatório, uma tentativa, embora passageira, de situar as bases em que se fundamentou o processo dessas mudanças nesses dois Estados e como a sociedade as tem experimentado e as percebido em seu cotidiano ordinário. Interessante destacar que, historicamente, tais mudanças são frutos de grandes mobilizações e pressões sociais em cada contexto considerado e que são reflexos das transformações mais amplas que a sociedade brasileira vai conquistando, a duras penas, após o período da ditadura militar, vivenciado de 1964 a 1985. Importante frisar, no entanto, que ainda hoje, como demonstrado ao longo deste trabalho, as bases culturais do autoritarismo continuam arraigadas no modo de sentir, pensar e agir dos indivíduos que constituem parte significativa do corpo atuante das instituições, sobremaneira, da instituição policial.

É no embate e na luta política e simbólica em torno de práticas e idéias produtoras ou mantenedoras de velhos ou novos sentidos dos processos sociais que se analisa a segurança pública e as organizações policiais, sob a óptica de seus operadores e dos segmentos sociais entrevistados.

O Brasil iniciou uma retomada à democracia nos anos 1980, momento em que se transitava da ditadura para um sistema democratizado, como afirma Peralva (2000). Movimentos sociais se formavam durante o regime ditatorial e prosseguiram, podendo concretamente experimentar outras maneiras de conceber e fazer política, livres das concepções do clientelismo tradicional.

Uma questão é imprescindível para o entendimento da segurança pública. Na medida em que a transição democrática ocorreu, sob fortes pressões e demandas populares, alcançando a ruptura com a experiência autoritária, setores importantes responsáveis pela segurança pública não acompanharam esse movimento, deixando-se permanecer em práticas e mentalidade autoritárias. Como não se adequaram às novas instituições e não dispunham mais dos mecanismos autoritários de manutenção da ordem, analisa Peralva, esta etapa de transição acabou por abrir espaço para que a violência ascendesse rapidamente. Nesta perspectiva, a violência tal qual o País tem enfrentado passa a ser apreendida em suas várias dimensões de natureza política e social, a partir do conflito, conforme também revelam trabalhos como Adorno (1998 e 1996), Wiewiorka (1997), Velho e Alvito (1996), Barreira (2005), entre outros.

As organizações policiais são referências importantes para a compreensão da complexa relação entre instituições, processo de democratização e a coletividade, como se poderá perceber ao longo deste trabalho, ao ser analisado o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil sobre as instituições governamentais e seus operadores, tanto em Fortaleza como em Maceió. Análises semelhantes são desenvolvidas por Neto (1989), Fischer, (1985), Brasil (2000), Costa (1997) entre outros, que também revelam que muitas

experiências têm apontado mudanças que podem ser apreendidas como significativas para a análise da relação entre a sociedade civil, a formulação de políticas de segurança pública, o papel das organizações policiais e os significados a elas atribuídos. Nesta mesma perspectiva de análise, Lemgrubber (1985), Barreira (2004), Mesquita Neto (1999), Benevides (1997) também trazem ao debate questões relevantes da relação segurança pública, ações propostas no âmbito político-institucional e o papel da participação da sociedade civil no debate e gestão coletivos.

Percebemos que no contexto das transformações referidas, as instituições policiais e as demais que compõem o sistema mais amplo da segurança pública têm sido objeto de discussões, de propostas e de medidas quase sempre oriundas de diversos setores da sociedade civil, conforme também revelam análises como as de Bretas (1991), Rondelli (1992), e Pereira (1992). Também se observa que este processo participativo, em geral, é marcado por conflitos, tensões e resistências, como por ganhos institucionais relevantes, em alguns casos, como os dados aqui analisados vão demonstrar.

Entretanto, e esta foi uma questão relevante nos conteúdos das percepções dos vários representantes dos segmentos sociais entrevistados nas duas capitais, as mudanças operadas no plano instituído das estruturas de segurança pública, em consonância com outras pesquisas publicadas no País, são consideradas como discurso e não como realidade, ainda mais quando reforçadas por relatórios como do *Américas Watch Commite* (1987 e 1987-1995) que atestam as principais questões de abuso e desrespeito aos direitos civis e da pessoa humana praticados pelas organizações policiais no Brasil.

Foi importante captar, a partir das percepções locais dos sujeitos e das suas experiências cotidianas, sejam na condição de representantes da máquina institucional do sistema da segurança pública, sejam aqueles na condição de cidadãos portadores de direitos ou expropriados deles, os conteúdos que orientam, efetivamente, a compreensão do que se percebe coletivamente como “discurso” das organizações policiais e o que efetivamente se revela como imagens construídas na vivência com a sua prática cotidiana. Ao longo do relatório, estas questões vão sendo cotejadas e analisadas, de modo a apresentar, de forma relacional, as conexões de sentido entre o que se tem chamado de dimensão instituída do sistema de segurança pública em Maceió-AL e Fortaleza-CE – a dimensão racional-funcional da instituição-, e a dimensão instituinte desse mesmo sistema – compreendido como a dimensão imaginária e simbólica expressa pelo modo de sentir, pensar e agir dos indivíduos e da coletividade. A relação entre as dimensões do instituído e do instituinte implica interpretar as formações sociais como constituídas a partir da relação entre as instituições sociais com suas normas e regras estabelecidas e criação imaginária social, expressa pelo campo das significações simbólicas, conforme analisa Castoriadis (1987).

Sob o ponto de vista do instituído, descrevemos as mudanças nas estruturas das organizações policiais, fruto de ações político-institucionais resultantes das pressões sociais construídas pelos movimentos sociais nos dois estados, a partir da década de 1990. No Ceará, buscou-se situar a trajetória da segurança pública no período político relacionado aos “três coronéis” e o período a eles subsequente, como a ascensão do chamado *governo das mudanças*, a partir

da assunção do governo Tasso Jereissati, em 1987. A partir dessa mudança política, implementam-se propostas em torno da modernização do sistema de segurança pública do Estado, que só vêm a ser efetivadas, na prática, a partir do seu segundo mandato, (1995 a 1998).

Em Alagoas, pressões coletivas e políticas foram exercidas por amplos movimentos sociais, como o FPCV-AL (Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas) que influíram, a partir de 1997, nas mudanças políticas expressivas tanto nos comandos dos governos estaduais, com a ascensão do Governo Ricardo Lessa, como mudanças no comando da Polícia Militar, alterações nos projetos da formação dos oficiais da PM, com a introdução de disciplinas e temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e Cidadania e, mais importante, entre outras medidas, a instalação do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Sob o aspecto instituinte, pode-se analisar as organizações policiais a partir do imaginário fundante da coletividade, forjado na experiência da repressão. As análises que se seguem ao longo deste trabalho tentam explicitar o lugar que ocupam as mudanças institucionais nos esquemas de percepção da coletividade nesses estados. Neste sentido, buscou-se explorar as principais percepções dos sujeitos sociais e os processos nos quais elas são elaboradas. Percebe-se que, em muitas situações, as instituições policiais e a própria instituição segurança pública, apesar de almejadas, estão, também, representadas pelo signo da ineficácia e nem sempre consideradas legítimas. Desconfiança, medo, violência e impunidade são valores constantemente relacionados à própria polícia. Deste modo, a legitimidade das organizações policiais e de seus operadores nos dois estados pesquisados, vai depender, fundamentalmente, da relação entre a

dimensão material e racional que faz a estrutura funcionar, e as imagens elaboradas pela coletividade, ora lhe dando legitimação, ora negando radicalmente a sua ação.

Apesar desses processos sociais em curso, observa-se, à medida que avançam mudanças técnicas que visam equipar e modernizar o sistema policial desses dois Estados, que aumentam, também, as práticas ilegais e o uso da violência instrumental como marca do *saber-fazer* cotidiano dos dispositivos policiais.

Embora processos de modernização venham ocorrendo nas estruturas das polícias estaduais em todo Brasil e, especialmente, de modo notável, nos estados aqui referidos, as organizações policiais se preenchem e se autodefinem em suas (novas e velhas) arquiteturas a partir de suas *funções instituídas* pela ossatura material do Estado-governo, cuja lógica opera-se sob uma visão instituída na relação *função versus necessidades racionais* a serem preenchidas e definidas pelos seus operadores.

Como resultado da trajetória de campo e de sucessivas reflexões, este relatório está estruturado em duas partes principais. A primeira aborda a análise do quadro político-institucional da segurança pública e suas instituições nos Estados de Alagoas e Ceará, destacando as mudanças operadas ao longo das últimas duas décadas. O enfoque dá especial atenção aos processos de mudanças implementadas a partir das sucessivas crises institucionais que, expostas a situações liminares, provocam a opinião pública a se pronunciarem e a assumirem ações mobilizadoras e de fortes pressões aos aparelhos governamentais. Sob outra óptica, são os governantes que, pressionados pela

opinião pública, terminam por implementarem mudanças como forma de responder às demandas sociais.

A segunda parte do trabalho aborda as percepções da sociedade civil e dos próprios agentes policiais sobre as mudanças estruturais e as práticas efetivas demandadas pelos projetos inovadores. A análise busca captar as tensões, conflitos e incongruências entre o discurso oficial e a prática efetiva das instituições policiais, a partir do ponto de vista desses atores.

Com isto, espera-se contribuir com o debate sobre a segurança pública nos dois Estados pesquisados, de modo que as análises aqui desenvolvidas possam alimentar processos discursivos e ações práticas dos atores representantes da situação com vistas a aprofundar, positivamente, aspectos reconhecidamente eficazes nessas estruturas pesquisadas. Destarte, procurou-se reunir informações e análises que possam contribuir para formulação de políticas públicas de segurança, algo ainda pouco delineado no País.

I Estratégias Metodológicas

Para construir o percurso de análise tomou-se como referencial teórico-metodológico a compreensão de que o real constitui-se através da relação dialética entre a instituição, o simbólico e o simbolismo que lhe é inerente (Castoriadis, 1987). Desta forma, o objeto aqui analisado constrói-se na relação entre o instituído (as organizações policiais e suas funções atribuídas racionalmente) e os esquemas de percepção da coletividade que, embora fundadas em imagens e representações, cravam-se na experiência vivida ou narrada que, de certo modo, têm força instituinte e constroem, também, o real da situação das políticas de segurança pública e das instituições policiais nos dois Estados pesquisados.

Os conteúdos emanados das análises aqui empreendidas demonstram a inadequação e ineficiência de certas medidas operadas no plano institucional, cujos impactos são mínimos junto à população a que se destinam, quando não, tratadas de forma indiferente ou percebidas no oposto de suas pretensões. Desta forma, o leitor poderá debruçar-se sobre os ricos depoimentos e olhares dos vários atores sociais diretamente envolvidos com o sistema de segurança e com as polícias. Foi nesta perspectiva que se envidou um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitasse à investigação de campo o mergulho necessário nos esquemas de percepção desses atores, no sentido de compreendê-los a partir das “conexões de sentido” por eles construídos, conforme enuncia Weber (1991).

Abordadas sob esta óptica, a identificação, a descrição e a análise do que se percebe coletivamente sobre as organizações policiais abrem um campo de compreensão e elucidação da diversidade do modo de sentir, pensar e agir coletivos diante das propostas e ações no que se referem à formulação e gestão de políticas de segurança pública, suas estruturas operacionais, bem como da ação de seus operadores.

Assim compreendido, os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa de campo foram orientados por uma abordagem qualitativa de investigação social. Esta abordagem busca registrar o lado subjetivo dos fatos sociais através de depoimentos documentados em entrevistas, conversas, relatos orais, observações de campo e outras técnicas qualitativas. Visa apanhar a “complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não o contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes” (Demo, 2000:152). O método é uma criação de caminhos, de formas de obtenção de dados, sem deixar de se aliar às regras metodológicas já amplamente desenvolvidas; os dados existem na realidade e são obtidos através da inserção do pesquisador em campo, com o “olhar”, o “ouvir” e o “escrever”, como assinalou Oliveira (2000). A esta análise de Pedro Demo e de Roberto Cardoso de Oliveira é importante acrescentar que a abordagem qualitativa utiliza-se de técnicas flexíveis de obtenção dos dados, que faz o pesquisador debruçar-se profundamente sobre a dimensão subjetiva dos fenômenos, sem, no entanto, esquecer a dimensão objetiva. Dados estatísticos e outros originados da abordagem quantitativa e de hemerotecas também são fundamentais para a pesquisa. Se por um lado, a estratégia metodológica adotada foi a inserção no

campo para procurar pensamentos, sentimentos, interpretações e desejos sobre as organizações policiais, que envolve a subjetividade de autoridades policiais e de segmentos da coletividade, por outro lado, tais sujeitos existem numa coletividade mediada também pela objetividade. O “indivíduo só existe em coletividade de que é parte inseparável”, como assinala Queiroz (1992:13), sendo, portanto, parte da sociedade instituída e instituinte, do real objetivo e do imaginário criador em constante relação dialética. Estes enunciados referem-se a uma metodologia que atenta para a “existência desta associação fundamental entre objetividade e subjetividade” (Queiroz, 1992:14).

A pesquisa optou por esta metodologia por considerar ser essa estratégia fundamental para uma aproximação das representações coletivas sobre as organizações policiais, a partir de uma profunda reflexão das teorias sobre o fenômeno em estudo e da imersão no real, através de diferentes métodos e técnicas, arrolados a seguir.

Foi realizado um levantamento bibliográfico ao longo de toda a pesquisa de campo, com o objetivo de situar o ‘estado da arte’ da problemática da segurança pública no Brasil e, em especial, nos dois Estados pesquisados. Ênfase foi dada à pesquisa hemeroteca nas duas capitais, considerando os Jornais O Povo e Diário do Nordeste, em Fortaleza, e Gazeta de Alagoas, em Maceió. Este procedimento de pesquisa foi importante por se considerar que os conteúdos aí veiculados assumem papel importante no modo de dar publicidade aos problemas relativos à temática estudada, mobilizam a opinião pública, chamando-a ao debate, ao mesmo tempo em que atuam de modo espetacular, reproduzindo, ao seu modo, representações tanto dos gestores quanto da coletividade.

Em relação à coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, com representantes das instituições policiais nos dois Estados, (comandos das polícias, delegados de polícia, corregedores, ouvidores, inspetores, soldados da PM), com representantes de entidades da sociedade civil, representantes de entidades de defesa dos Direitos Humanos, OAB, representantes de secretarias de Governo, entre outros. Neste sentido, foram entrevistados representantes das polícias militar e civil nas diferentes posições em que se encontravam.

Após as incursões nos espaços policiais, mergulhou-se em diferentes espaços sociais da população para investigar e elucidar as expressões populares codificadas em seus sentidos e significados criados sobre as polícias dos estados do Ceará e de Alagoas. Para isto, foi empregada a técnica de Grupo Focal como um dos instrumentos de coleta de informações principais da pesquisa, com o fim de captar as percepções e valores da coletividade. A opção por Grupos Focais se deu pelo fato deste método se adequar aos propósitos da pesquisa por se tratar de uma técnica que privilegia a oralidade, a diversidade de opiniões, o sigilo das opiniões, a homogeneidade dos grupos de debatedores e por, especialmente, se tratar de um instrumento de valorização das representações sobre o tema debatido.

Os pesquisadores dividiram-se em equipes e realizaram os Grupos Focais, indo ao lugar específico de cada grupo. Participaram, antes, de conversas informais, de debates, de reuniões e de outros eventos produzidos pelos grupos sociais, para se tornarem conhecidos e facilitar a inserção e o processo de confiabilidade no momento da entrevista. Tais práticas foram essenciais para

possibilitar o registro de informações fundamentais e significativas fornecidas pelos grupos.

Vale ressaltar alguns procedimentos adotados pelos pesquisadores na ocasião da realização das entrevistas e dos Grupos Focais. Ênfase foi dada ao clima de abertura para se ouvir e deixar o entrevistado livre para, além de fornecer respostas precisas sobre aspectos institucionais das práticas oficiais, relatar episódios ilustrativos de práticas sociais que extrapolam as funções policiais, como exemplos de inserção da polícia em ações ilegais, ofensivas à coletividade ou ações de solidariedade, de participação em grupos representativos da sociedade civil. Interessante observar a tensão na vida social, permeada de valores contraditórios, demonstrando que os grupos sociais não são descritíveis de forma pura e estática, mas formados e associados através de interações, de uma convivência conflituosa que não cessa de acontecer. Toda formação social baliza-se através de processos sociais, de ações recíprocas, de indivíduos que entram em interação:

A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se numa unidade, numa 'sociedade'. (Simmel, 1983:60).

A sociedade é, para Simmel, uma "sociação", que se realiza num "constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente" (Simmel, 1983:21);

acontece de diversas maneiras, quando se constituem em grupo ou em uma “unidade” na qual realizam suas intenções e práticas diversas. Os organismos policiais em questão e os Grupos Focais, que são representantes da coletividade, formam tipos de sociação que se faz e se refaz de acordo com as determinações instituídas e instituintes, a partir das quais se concretizam, criam-se e recriam-se, tendo percepções sobre as diversas práticas sociais que formam a unidade social. No caso desta pesquisa, a pergunta de partida foi: que percepções os agentes sociais têm sobre as organizações policiais?

Os Grupos Focais foram definidos a partir do critério qualitativo de representação da diversidade dos grupos sociais e de suas redes amplas de relações. Optou-se por selecionar grupos associados por interesses diversos, ou como se refere Simmel, para determinados fins: políticos, religiosos, eróticos, “simplesmente sociais”, associativos etc. Seguiu-se o procedimento metodológico de escolher grupos considerados representativos da sociedade civil, pelos vínculos políticos, sociais e culturais que têm, bem como por terem vínculos mais expressivos com o sistema de segurança pública, como é o caso de Associações de Moradores e dos Conselhos Comunitários de Defesa Social/CCDS¹. Outro critério foi selecionar grupos semelhantes nos dois Estados, para fins desta análise, no sentido de melhor captar e comparar as percepções sobre os organismos policiais.

No Estado do Ceará foram escolhidos os seguintes Grupos Focais: Adolescentes atendidos pela FUNCI (Fundação da Criança e da Família Cidadã

¹ Os CCDS são grupos do Estado do Ceará, originados pela política de segurança pública deste estado. Ver texto “As mudanças institucionais no Ceará” neste relatório.

vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza); Associação de Moradores de Área de Risco; CCDS (Conselho Comunitário de Defesa Social); CEBS (Comunidades Eclesiais de Base - Grupo Religioso); GRAB (Grupo de Resistência Asa Branca – Homossexuais); HIP HOP; Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais e TUF - Torcida Uniformizada do Fortaleza. Em Alagoas, os Grupos Focais foram: Movimentos Agrários; Grota do Andraújo; Ocupação Cidade de Lona; Travestis; Prostitutas e Sindicato de Policiais Civis.

Observa-se que em cada Estado, os grupos referem-se a um tipo específico de sociação relacionados com as especificidades históricas dos Estados em relação à instituição policial. Privilegiaram-se grupos de adolescentes e jovens como FUNCI, HIP HOP e Torcidas Organizadas ao considerar um tipo de relacionamento conflituoso com a polícia, conseqüentemente interferindo na forma como estes grupos se pensam, se fazem e se refazem. Têm-se observado muitos conflitos entre polícia e juventude, com conseqüências profundas para a área da Segurança Pública. O GRAB (Grupo homossexual) do Ceará, os Travestis e Prostitutas de Alagoas foram escolhidos para observar, além de um histórico relacionamento conflituoso e discriminatório, mudanças de comportamento no corpo policial e na forma de vínculo entre polícia e homossexuais, polícia e prostitutas. Tem-se relatos de casos de agressão policial a esses segmentos por discriminação, mas também relatos de mudanças de comportamento, de atitudes mais criteriosas dos policiais em relação aos homossexuais e travestis. Em relação aos Sindicatos, a escolha se deu por estes ser considerados interessantes pra apreender as concepções de um grupo de trabalhadores organizados

politicamente, seja um sindicato civil no Ceará, seja de policiais, como o de Alagoas. Que percepções políticas têm tais grupos sobre a polícia? O que pensam os sindicalistas policiais das próprias práticas policiais? As CEB's foram selecionadas para diversificar o discurso, observando como pensam os grupos religiosos, que atitudes têm tomado em relação a casos de violência policial. Trata-se de um grupo cuja inserção se dá na periferia das cidades e que tem uma perspectiva progressista de entender a religião como associada às práticas sociais solidárias e políticas. Como observar seu relacionamento com a polícia? A Associação de Moradores e os CCDS, no Ceará, foram escolhidos por terem profundos vínculos com as organizações policiais, especificamente os CCDS que são originados de uma política de segurança pública, que trouxe a participação da população como elemento novo na nova política de segurança do Estado. Além disto, foram fundamentais por serem localizados nas periferias da Capital, espaços tradicionalmente classificados como violento. Da mesma forma, em Alagoas, também foram escolhidas as comunidades Grota do Andraújo e Cidade de Lona, localizadas na periferia de Maceió. Tais comunidades de periferia têm percepções significativas e profundamente críticas em reação às práticas policiais, classificando-as, muitas vezes, como discriminatórias e violentas, assim como a polícia também tem percepções classificatórias sobre essas localidades. Por fim, os Movimentos Agrários foram selecionados especificamente em Alagoas, devido a histórica convivência conflituosa com a polícia deste Estado. Além disto, sabe-se que houve uma significativa mudança e um profundo avanço na política de segurança pública do Estado, originado a partir das práticas políticas reivindicatórias de organizações de Direitos Humanos, especialmente no campo

agrário, historicamente em confronto com a polícia. Estas especificidades serão bem mais trabalhadas no texto do relatório que segue.

Outro procedimento utilizado na pesquisa foi o acompanhamento de eventos promovidos por setores das instituições policiais, bem como por entidades promovidas pelos Conselhos Comunitários de Defesa Social do Ceará e dos Conselhos de Defesa de Direitos Humanos, ocasião em que foram realizadas as técnicas de observação de campo, registro de notas em diário de campo e, sobretudo, entrevistas informais com uma diversidade de atores. Este procedimento realizou-se concomitante à realização dos Grupos Focais, momento bastante produtivo e enriquecedor que proporcionou, além da confiabilidade, como já citado, outros contatos com autoridades policiais e pessoas pertencentes aos grupos selecionados que, nos momentos das entrevistas, não haviam sido contatados.

A construção desta estratégia metodológica significou uma inserção profunda nas significações imaginárias sociais da coletividade, para elucidar trajetórias e significados. Desta forma, considerando esses aspectos teórico-metodológicos, a determinação da nossa proposta foi se inserir no campo de pesquisa para observar, ouvir e registrar discursos, práticas, gestos, modos de falar e sentir dos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de aproximação ampla do objeto de estudo em questão: as percepções coletivas sobre as organizações policiais em Fortaleza e Maceió.

II Crises anunciadas e denunciadas: quadro político-institucional da segurança pública em Alagoas e no Ceará

O atual desafio analítico para compreender a Segurança Pública nos Estados do Ceará e de Alagoas, a partir das mudanças político-institucionais e das percepções dos agentes partícipes da Segurança Pública (governo, instituições policiais e população), consiste em perceber ambivalências de uma sociedade em transformação na qual a decomposição de normas e de vínculos tradicionais impõe um individualismo avassalador diante de um quadro de profundas desigualdades, não apenas econômicas, mas também no campo dos direitos.

2.1 As mudanças institucionais no Ceará

A Segurança Pública no Estado do Ceará é um campo em construção. Nem sempre se constituiu como alvo de debates e mudanças tanto quanto tem sido desde o ano de 1997, com a implantação de novos e diferentes modelos de operacionalização das polícias no Estado, a partir da chamada era Tasso Jereissati, que se constitui nas relações políticas locais com *marketing* de modernidade na política em oposição à política tradicional dos coronéis.

Anterior a este marco histórico, a segurança, assim como outros campos sociais ávidos de políticas públicas, constituía-se mediada pela forma de política tradicional dos assim dominados “coronéis” do Nordeste que circulavam na arena política. Eram os chamados “chefes políticos”, comandantes de grupos e de famílias inteiras que, numa “rede de solidariedade”, se constituíam e demarcavam terreno através da personificação, do caráter protetor e firme, da capacidade de mando e de articulação para fazer acordos fiéis e se manterem *ad infinito* na direção das campanhas e vitórias nas eleições, enfim, na construção do poder:

Em torno dos chefes se consolidam as redes de solidariedade demarcadoras dos grupos políticos; o mando personificado na chefia é o marco definidor das fronteiras dos territórios políticos; os acordos; a composição das chapas majoritárias, o pulso firme na direção das campanhas eleitorais são produtos da engenhosidade artesanal das chefias (CARVALHO, 2002, p. 10).

Para se ter mais especificidade e se entender as mudanças no campo da segurança. Operacionalizadas a partir de 1997 no Ceará, principalmente, é necessário voltar à trajetória política que consolidou um tipo de “divisor de águas” na política cearense que determinou, conseqüentemente, mudanças, avanços e recuos na cultura política do Estado. Neste sentido, demarca-se, aqui, a passagem da era dos principais coronéis cearenses – Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra – para a era Tasso Jereissati. Sob a idéia publicitária de modernidade, planejamento estratégico e racionalidade administrativa da campanha eleitoral de Tasso Jereissati, em 1986, em contraposição à idéia de atraso e irracionalidade da tradição dos três coronéis, construídas e disseminadas no imaginário cearense, na época, Tasso vence as eleições e esconde as

diferenças entre os três. Entretanto há que se dizer que o chamado “coronelismo”, como assevera Rejane Carvalho (2002, p. 10), é um termo ambíguo, “pois remete simultaneamente à patente de militar e à condição de chefe político”, usado pelo *marketing* político de Tasso para disseminar a idéia do atraso das forças políticas anteriores a ele, asseguradas pela militarização burocrática, tradicional, autoritária e, portanto, antidemocrática e anti-moderna.

Na verdade, como diz a autora, havia diferenças entre os três. Resumidamente, Virgílio Távora foi considerado o líder político ou “chefe político” que mais exercitou e mudou o estilo das “chefias”, o comando sobre o eleitorado, a fidelidade tradicional aos grupos políticos através de acordos, a proteção aos eleitores, como também, no seu governo, já se falava em modernização, levantando uma tensão entre a política tradicional centralizada na figura do “chefe”, e a modernização da administração e da economia através de planos estratégicos. Além de ser filho de chefe político estadual, que já o consolidava também como “chefe”, a patente de coronel, a construção da figura moral e, principalmente, a virtude política de combinar as características da política tradicional de selar acordos com a administração moderna com fins desenvolvimentistas, construída na década de 1950, foi que o levou a ser eleito duas vezes para o governo do Estado, uma nas eleições de 1962, período conturbado pelo golpe de 1964, mas que não lhe tirou da cena política, e a outra em 1978, já com o processo gradual da abertura política. Obteve o segundo mandato para governador já no período de fim do autoritarismo (1979-1982).

Já César Cals, na época, sem as eleições diretas, foi indicado para governador pelo Governo Federal, uma imposição em 1970, sem consulta aos

políticos locais, fato que não lhe ajudou a se consolidar, especialmente por não demonstrar uma liderança política forte como foi a de Virgílio Távora.

Adauto Bezerra faz sua carreira naturalmente, desde os redutos eleitorais no município à chefia do Estado. Uma diferença é a presença da família Bezerra como grupo econômico e político importante na política cearense, característica que vai marcar sua condição de político tradicional. Tendo ela grande prestígio estadual, Adauto Bezerra foi escolhido estrategicamente pelo Governo Militar para o governo do Estado nas eleições de 1974, na intenção de manter o controle da tradição política no Ceará.

Como se percebe, o processo de abertura em curso, no final dos anos 1970, e o retorno das eleições diretas não afetaram imediatamente a política tradicional, continuando os três “chefes” a buscar a disputa pelo controle estadual.

Nas eleições diretas de 1982, foi Virgílio o comandante da organização das campanhas. No mesmo ano, Virgílio elege-se senador com uma significativa votação. Gonzaga Mota foi o nome articulado pelos chefes políticos, entre conflitos e tensões, como o mais provável para manter o controle e os cargos do governo entre os três, pois se tratava de um economista e, portanto, um técnico, ainda desconhecido. Tratou-se do chamado “acordo de Brasília” em que os três procuram uma conciliação. Virgílio não indicaria um nome seu porque sabia que não seria admitido por César Cals e Adauto Bezerra. Segundo Rejane Carvalho, Virgílio, na verdade, construiu uma surpresa, pois, não indicou um “virgilista”, mas abriu caminho para que um técnico, Gonzaga Mota, que já fora seu secretário de Planejamento, fosse o candidato (Carvalho, 2002). Não sabia, entretanto, que, Gonzaga Mota, mais tarde, se rebelaria contra ele. O rompimento dos três é

inevitável e, como diz Carvalho, foi o mote para a “erosão subterrânea” que os levaria ao fracasso em 1986, face ao novo modelo de fazer campanha política: o marketing, a estética e o uso da mídia.

Nesse contexto marcado por um *modus operandi* tradicionalmente de se a segurança pública não era questão de debate, não constava como necessidade do cidadão, nem, muito menos, como estratégia política, objeto de disputas ou até como *marketing* de campanha política. Sem divergir do resto do país, tratava-se de uma questão de ação repressiva da polícia contra quem se portava fora das regras da ordem estabelecida e dos padrões da política tradicional. Exemplo mais comum era a filosofia de trabalho do então secretário de segurança pública do governo Virgílio Távora, o general Assis Bezerra² que, em entrevista ao Jornal O Povo no dia 08/02/1982, fez importantíssimas declarações:

“ASSIS BEZERRA: MEU PARTIDO É O EXÉRCITO”: “(...) Só tenho um partido na vida. Este partido é o Exército. A declaração é do General Assis Bezerra, Secretário de Segurança do Estado, ao ser indagado se pretendia candidatar-se a algum posto eletivo. Em sua entrevista, o general falou sobre diversos assuntos. Disse que não admite tortura em presos, embora admita que ‘na luta entre um policial e um marginal, o marginal seja morto e às vezes o policial silencie’. Disse que tem procurado acabar com a corrupção na polícia, punindo os implicados em tais atos. Defendeu a necessidade de um maior efetivo de policiais para conter a criminalidade...”

Não havia uma concepção política de segurança pública; a questão estava reduzida a uma concepção militarizada de polícia, como força autorizada pelo Estado que desempenhava seu papel de repressão para atender as

² Período de sua gestão foi de 1979 a 1983, tendo ficado conhecido pela publicização de uma figura contraditória entre a chamada atitude de “linha dura” e truculência no uso da força policial e a prática eficiente que promoveu verdadeiras mudanças estruturais nas delegacias e outros patrimônios da Secretaria de Segurança, avançando para o interior do Estado.

demandas nos estados a partir de operações de guerra, de combate aos inimigos. A violência, a estratégia do exército fundada nesta perspectiva e o despreparo em lidar com cidadãos comuns eram marcas da cultura de segurança no Brasil e também no Ceará. Não havia um direcionamento específico para a área, para o cidadão ordinário. Um delegado caracteriza a polícia na época:

(...) Quando acabou a ditadura não tinha mais sentido os direitos humanos, então eles tinham que fazer, correr pras delegacias pra procurar bandidos, tá certo? A polícia tinha uma cultura diferente da de hoje, era uma cultura diferente, uma polícia violenta, uma polícia que não tinha técnica, uma polícia que não tinha policial preparado, uma polícia que não tinha policial especializado, uma polícia que não tinha um policial universitário, era policial sem estudo, acostumado a trabalhar no grito, na marra, e que dava conta do serviço dele à maneira da época, a cultura da polícia era aquela. Quando eu entrei eu ainda peguei um pouco dessa cultura, até me adaptei a ela, só que nós somos mutáveis, o grande lance do homem é ele ser mutável, mas eu alcancei a cultura de época, foi que...quando eu entrei na polícia o policial branco ia na frente, quebrava a porta, que matava, esse era o policial linha de frente chamado, era a cultura da época, e se não fosse um policial de projeção. Como nós somos mutáveis, somos racionais, inteligentes, você vai acompanhando a época. Tem muito policial hoje que não tá trabalhando porque ele não acompanhou a época nova, moderna, da universitária, então ele parou, preferiu parar, porque não acompanha, o crescimento dele é diferente, a fala dele é diferente, o discurso é diferente, a bandeira é diferente, a cultura da polícia era aquela. Então na polícia o trabalho era esse, prender o ladrão, levar ele pra um assalto, peia pra ele dizer o que roubou e de quem roubou, isso passado (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 05/02/2002)³.

Os “chefes” de grupos políticos, também no Ceará, que se mantinham no poder pela força militar e pelas características da política tradicional, comandavam, através da força policial, ações de combate aos delitos comuns e políticos com as mesmas estratégias de guerra. Constituiu-se, ao longo dos anos, uma instituição policial (polícia civil e militar) cada uma desempenhando sua

³ Entrevista concedida em pesquisa anterior (2001/2003).

função, com estruturas, equipamentos, delegacias e quartéis militares, cuja centralidade era o uso da força e da violência baseada na autoridade, seja dos representantes legais da ditadura militar, seja dos “coronéis”, das famílias e políticos locais legitimados como grandes “chefes” políticos.

Neste sentido, os governos nacional e local delegaram à Instituição Policial o poder de manter a ordem através da violência, delegando com isso, também, o simbolismo da dominação, o gosto pelo poder sobre o outro e o atrelamento da idéia de poder à idéia de violência. A polícia colocava-se em posição de superioridade em relação aos demais, posto que era formada, de maneira restrita, sob os ditames militares, como representantes legítimos do Estado cujo objetivo único era o de combater quem se desvirtuava dos caminhos da ordem. Assim se aprendia e só assim se agia, sem qualquer questionamento. Desta forma, esse legado alastra-se até hoje, no campo da segurança pública, através das estruturas e práticas policiais também autoritárias.

Outro delegado assegura:

Eu acho o que existia antigamente em relação à segurança pública era uma prática de segurança pública bem antiquada, baseada em instrumentos de repressão, mais do que qualquer preocupação com a prevenção, onde não se prestava contas de ninguém, onde não havia nenhum tipo de controle social, porque ou não se queria fazer um controle ou esse controle não era possibilitado e onde, na verdade, o que a imprensa repercutia era a versão oficial da polícia. Então nós tivemos durante esse tempo a formação de algumas personalidades que foram passadas para a opinião pública como sendo heróis, seria aquela figura do xerifão, com a arma na mão, batendo. Foi essa época em que o cós se tornou mais forte e que, na verdade, não respeitava nenhuma integridade, a integridade física de ninguém, e eu acho que foi um período que serviu como alicerce pra formação desse grupo mais pesado, que aliou a prática da tortura à prática da corrupção. Então eu acho que foi um período que serviu... E eu acho que no país todo, né, pra facilitar a formação desses quadros que hoje popularmente se conhece como a banda podre

das polícias. Eu acho que esse período ele serviu como facilitador da formação dessa estrutura (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 22/07/2005).

A instituição e a legalidade da violência estabeleciam-se através do legado autoritário e do imaginário popular do “xerifão”, do “herói” que tinham o poder de bater. A partir destes, portanto, se construiu a figura necessária do policial violento que se estabeleceu e se traduz, de diversas formas, até hoje, nas práticas policiais cotidianas.

Outro aspecto importante diz respeito às instituições que com o dever de controlar as práticas abusivas das forças policiais, se esquivavam completamente e, ainda, compartilhavam às cegas ou por ação omissa consciente dos abusos da polícia, inclusive mantendo, impunes, através do sistema burocrático, muitos policiais corruptos e criminosos:

Havia nessa época também uma omissão quase que total. O Ministério Público não é o Ministério Público que nós temos agora desenhado, era o Ministério Público burocratizado, um Ministério Público que era conivente com os abusos e os arbítrios da polícia, era um Ministério Público que não se preocupava em investigar coisa nenhuma, um Ministério Público que se preocupava principalmente em fazer com que as apurações acabassem derivando pra afirmar a inocência de policiais que eram reconhecidamente infratores (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

2.1.1 O chamado “governo das mudanças”

No rumo da história no Ceará, a partir de 1986, outro grupo político entra no cenário e substitui os referidos “chefes políticos”. Uma outra era é anunciada, com a modernidade e o desenvolvimento na administração pública em

contraposição ao atraso das chefias coronelistas e clientelistas. Trata-se do denominado “Governo das Mudanças”, uma auto-intitulação da campanha de Tasso Jereissati ao governo do Ceará. Em relação ao campo da segurança pública no Estado, esse governo encontrou uma instituição desacreditada e completamente despreparada para as idéias modernas de democracia, já expostas no cenário nacional. As instituições brasileiras, em geral, não estavam preparadas para o processo de redemocratização. Tratava-se de atravessar uma transição de um regime autoritário para o democrático, carregando sob as costas o peso do legado autoritário instituído no imaginário social brasileiro (O’Donnel, 1993). No Ceará, assim também, com a presença simbólica no imaginário cearense dos “chefes” políticos locais, baseados nas redes de solidariedade familiar e política que se legitimavam ano após ano, as instituições coexistiam e buscavam preencher suas funções na sociedade. Neste feixe de relações locais, a polícia se revestia deste poder real e simbólico através e com o uso da força. Era o desafio do governo eleito democraticamente alterar esse quadro institucional tanto em sua materialidade quanto em suas bases simbólicas. Como mudar a mentalidade de uma população e de suas instituições atreladas ao imaginário do autoritarismo violento? Como aniquilar práticas violentas e anti-democráticas da instituição policial muitas vezes corroboradas por uma parcela significativa da população que as legitima?

No rumo da história da Segurança Pública no Ceará observa-se que o governo eleito democraticamente em 1986 não conseguiu, durante dez anos⁴,

⁴ Primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990); continuidade de sua estratégia de governo com Ciro Gomes (1991-1994) e segundo mandato de Tasso (1995-1998).

mobilizar-se e mobilizar as instituições para buscar sanar os graves problemas no campo da segurança. Só a partir de momentos de crises profundas, em seu segundo governo (1995-1998), sob denúncias envolvendo “policiais militares e a alta cúpula da segurança pública do Estado” (Barreira, 2004, p. 9) é que ações drásticas se efetivaram necessariamente: denúncias de corrupção policial, roubos, abuso de autoridade, envolvimento com tráfico de drogas etc. Projeta-se, com isto, a idéia de que quaisquer que sejam as ações implementadas no sentido de conferir uma polícia séria, elas são forjadas por contextos de crises insustentáveis, consideradas como situações liminares que se abatem sobre a instituição. Confere um delegado: “As grandes crises, quer dizer, se nós não tivéssemos crises muito grandes, nós não teríamos mudado absolutamente nada” (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 22/07/2005). Foi preciso que surgissem e evoluíssem crises profundas no sistema de segurança pública para que o governo se sentisse forçado a sair da letargia, sob pena de apresentar-se no cenário político e eleitoral do Estado como incapaz de sanar os problemas da área.

Podemos situar duas grandes crises já amplamente apresentadas por outras pesquisas, pela imprensa e pelos entrevistados, consideradas como as principais que se abateram sobre as instituições policiais no Ceará, até o momento: a) Em 1993, um pedreiro fora encontrado por uma comissão de Direitos Humanos, enrolado em um tapete, sendo torturado numa delegacia de Fortaleza, época em que Ciro Gomes estava no comando estadual do governo, na qualidade de sucedâneo do projeto político do chamado “Governo das Mudanças”; b) Em 1997, foi divulgado o “Caso França”, referido a um policial preso por práticas ilícitas de corrupção, roubos de carro, tráfico de drogas, extorsão e outros crimes

que terminaram por denunciar uma série de outros delitos cometidos por policiais e pela alta cúpula da Segurança Pública no Ceará. Se em 1993, o governo não foi decisivo para agir contra as denúncias, o ano de 1996 foi o marco, o “divisor de águas” para a instalação de uma nova fase da segurança pública no Estado. Pressionado por militantes dos Direitos Humanos, por deputados estaduais que reivindicavam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pela imprensa e outros setores organizados da sociedade civil, o governador apressou-se para constituir uma comissão especial com o fim de apurar os fatos, presidida pelo procurador-geral da República. A partir das apurações existentes nos relatórios denunciando e comprovando as práticas ilícitas de muitos policiais, inclusive da cúpula da então Secretaria de Segurança Pública, que controlava apenas a Polícia Civil, o governador Ciro Gomes anunciou medidas sinalizadoras de profundas mudanças nas estruturas policiais, cujo corolário foi a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania/SSPDC, atuando com poderes e atribuições de um comando único das polícias. Com esta medida destituía os comandos separados das polícias civil e militar. Sob esta nova prerrogativa, a SSPDC assume a função de

Coordenar, controlar, integrar e, principalmente, unificar as atividades de segurança pública desenvolvidas pelas polícias civil e militar, pelo corpo de bombeiros (órgãos vinculados) e pela Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, unificando as Corregedorias existentes na PM, na PC e CBM (Lei de criação da SSPDC, n. 12.691 de 16/05/97, alterada pela Lei n. 17.734 de 02/10/1997) (Brasil, Almeida e Abreu, 2004, p. 18).

Conforme ainda analisam Brasil, Almeida e Abreu, as polícias civil e militar e o corpo de bombeiro militar, instituídos, cada um, com sua função

constitucional (Polícia Civil é a polícia judiciária, com funções investigativa e administrativa; Polícia Militar é ostensiva, fardada e preventiva e o Corpo de Bombeiros com as funções de defesa das pessoas em casos de calamidade, prevenção e combate a incêndios) foram denominados de órgãos vinculados ao sistema único de segurança pública. A Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública foi fundamental para o controle das polícias, cuja função é “fiscalizar, disciplinar e orientar administrativamente as atividades desses órgãos vinculados operacionalmente à SSPDC e integrados à estrutura organizacional da Governadoria do Estado” (Idem, p. 19). Nesse período, ocorreram fortes pressões populares para a efetivação dessas mudanças, com a colaboração de organizações não governamentais e uma decisão governamental também definida. Nas palavras de um corregedor entrevistado, o significado apreendido dessas mudanças traduzia-se pelo sentido de uma “asepsia” nos quadros policiais e a demonstração de que o enfrentamento da impunidade como valor operante e arraigado na instituição policial era possível de ser superado com ações firmes e transformadoras, associada a isto, a importância atribuída ao controle social da instituição, como bem definiu um delegado entrevistado:

Em 93 não houve uma tomada de atitude mais efetiva, embora a opinião pública tenha ficado estarecida. Em 97, (...) a nova crise que foi o caso França serviu pra mostrar que a impunidade que foi garantida aos torturadores de 93 teve uma influência fundamental em 97. Então a partir daí houve uma tomada de posição muito forte por parte do governo do Estado. O governo do Estado destituiu os comandos da polícia civil e polícia militar, que tinham *status* de secretário, criou uma secretaria de segurança pública que, de certa forma, na reengenharia que eles propuseram, unificou o comando, porque isso também era consenso nacional, né, que você não poderia ter duas polícias, dois comandos, porque você não ia ter controle, você ia ter sempre uma brigando com a outra. E foi promovida, também, uma asepsia nas

corporações através da formação de uma comissão especial, presidida pelo Procurador Geral de Justiça. Quer dizer, os grupos que se formaram até então, e a investigação comprovou, eles praticavam desde extorsão, passava por tráfico de drogas, tráfico de influência, era uma cadeia de bandidos, um grupo de bandidos que o governador teve a coragem de afastar e muitos deles, infelizmente, não foram demitidos, porque nós temos um Judiciário também muito caviloso, né, e quando o Ministério Público fazia a sua parte, o Judiciário ele sempre retroagia, por força desses esquemas que o Judiciário ta envolvido. Mas o governo não fez...não devolveu a função a essas pessoas, eles ficaram fora do quadro e acabaram, alguns deles, se aposentando e não retornaram. Então, a partir desses dois episódios, o controle social sobre a segurança pública se tornou mais efetivo, porque havia também um grande problema antes desses dois escândalos, que era a falta de disposição em controlar a polícia. Nós tínhamos uma comissão de Direitos Humanos na Assembléia que, na verdade, não se preocupava com segurança pública, que achava que era um setor que não merecia uma atenção especial, e depois desses dois episódios nós tivemos a OAB, a Assembléia, as ONG's, nós tivemos a universidade querendo participar e isso mudou efetivamente esse quadro (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

O passo seguinte nesta engrenagem foi a política de integração do sistema estadual de segurança, cuja base foi a integração das polícias. Essa integração experimentou a idéia do Distrito-Modelo/DM, uma reconfiguração das estruturas das delegacias (distritos policiais) em pólos modernizados, bem estruturados e equipados com armamentos, sistema de informação e a presença das duas polícias, mais a Companhia Militar e o Corpo de Bombeiros para que as ações modernas fossem concretizadas de forma integrada⁵. Foram planejadas doze DM's, implantados a partir de 1998 até o final da última gestão do governo Tasso Jereissati, em 2002⁶, em Fortaleza e Região Metropolitana, faltando a implantação de um distrito. Tal medida exigia dos efetivos civis e militares,

⁵ Para um aprofundamento da política do Distrito-Modelo, cf. Barreira, César (Organizador). *Questões de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004., especialmente o capítulo I: Da unificação do comando da segurança pública à integração das polícias no Ceará.

⁶ Terceiro mandato de Tasso Jereissati como governador: 1999-2002.

delegados, inspetores ou oficiais do alto escalão da Polícia Militar ou soldados, uma nova visão sobre o trabalho policial, agora, em busca da integração das atividades policiais numa área integrada, o DM, a partir da seleção dos quadros, da qualificação, do treinamento etc.

Assim, tal engenharia não ocorreu sem conflitos nos quadros policiais e, até hoje, percebe-se uma idéia, para alguns, de integração como “mistura” de funções, como inadequadas ou, sob outros aspectos, pela reivindicação da retirada de policiais das delegacias. Exemplo emblemático de tais conflitos pode-se abstrair da realização recente de uma greve de policiais civis no Ceará, em julho de 2005 (O Povo, 22/07/2005). Em estado de greve a partir do mês de maio, os policiais civis reivindicavam melhoria nas estruturas das delegacias, concursos públicos, melhores salários, solução para a lotação de presos nos xadrezes, e discussão aprofundada sobre a presença de policiais militares nas delegacias (O Povo, 19/05/2005). A reivindicação dos policiais civis no Ceará sinaliza para que os policiais militares deixem de prestar serviços de investigação, sob a alegação de que tal atividade é da competência da polícia civil: “eles estão investigando, substituindo as funções da polícia civil, trabalho que cabe à Polícia Civil e não à Militar” (Depoimento concedido por um Inspetor de polícia em conversa informal, registrado em diário de campo, em 06/08/2005).

Seja a partir de movimentos grevistas, com seus interesses e objetivos políticos específicos, seja a partir de depoimentos e práticas do cotidiano policial, é possível observar que nem todos os policiais em ativa, especialmente os que atendem o cotidiano das demandas policiais, estão preparados ou foram preparados para as mudanças arquitetadas pelo projeto mudancista em questão.

Tais significados e a sua efetiva ação ainda passam ao largo das práticas dos gestores da Secretaria de Segurança que alegam, em seus discursos, mudanças relacionadas às estruturas materiais da polícia (que apresentam uma estruturação em andamento, estrutura física, equipamentos, concursos, armamentos etc), sem que isso signifique uma mudança de postura no modo de pensar e agir que possibilite discutir, profundamente, com a sociedade civil e as suas entidades organizadas, o intestino nebuloso e complexo das instituições policiais que, embora impactadas por ações de reestruturação na forma de sua gestão, ainda não se desconectaram do *modus operandi*, ou melhor dizendo, de um *saber-fazer prático* fundado em valores autoritários herdados da ditadura militar.

Entretanto, sob esse ponto de vista das mudanças estruturais, a Segurança Pública no Ceará foi reconfigurada, aspecto que podemos observar a partir da criação de novos órgãos dentro das polícias, não só da administração da Pasta, como também de controle externo da polícia. O sistema integrado contou com um sistema eficiente de informação e comunicação através do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), atuando com uma central integrada de operações das polícias. As chamadas de ocorrências policiais que o cidadão faz são recebidas pela Central que as repassa às viaturas mais próximas da ocorrência, através do sistema de radiocomunicação. Foi instalado, também, o sistema de monitoramento de vídeo para visualizar crimes em lugares estratégicos, através de câmeras e de outros departamentos de Informações Policiais, como o Departamento de Inteligência e o policiamento aéreo do Centro de Operações Aéreas/CIOPAER. Também vale destacar a ação do GARRA's, constituído por grupos armados de repressão a assaltos, e o Gabinete de

Gerenciamento de Crises/GCRISES, que é acionado quando há ocorrência de natureza grave que demande o emprego de técnica de negociação⁷.

Um fator interessante a se expor é que, na gestão de Ciro Gomes, a partir de 1993, houve uma pressão também por parte das Comissões de Direitos Humanos, levando o governo a criar o Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSESP, Lei n. 12.120, de 14/06/1993, que teria a função consultiva e de fiscalização das ações de Segurança. O Conselho era constituído por representantes da sociedade civil, entre comissões de Direitos Humanos da OAB, da Assembléia Legislativa, representantes da Arquidiocese de Fortaleza e outras entidades. Entretanto, este órgão foi desativado, esvaziado em sua função fiscalizadora e propositiva, nunca tendo sido consultado para a implantação das mudanças na segurança. Tal Conselho continua, ainda, como uma reivindicação constante das entidades de Direitos Humanos envolvidas com a Segurança Pública e de parte de policiais.

Eu acho que seria fundamental...olhe aqui o CONSESP, fosse efetivamente instituído, por quê? Porque o CONSESP nasceu num momento de crise, que foi em 93... Eu tenho dito isso, inclusive, a alguns secretários de segurança, que seria uma atuação estrategicamente inteligente do governo criar o CONSESP, porque lá na formulação do CONSESP está estabelecido que dentre outras atribuições também incube ao CONSESP a formulação da política de segurança pública do Estado. Quer dizer, você vai eleger parceiros pra formular essa política de segurança, tanto a OAB, como a Universidade, como a Assembléia Legislativa, e se você tem esse amplo leque formulando a política de segurança, você vai, naturalmente, ter uma política de segurança mais eficiente e mais legítima e você vai evitar essas crises pontuais que sempre estão eclodindo. Então eu acho que o primeiro ponto, e eu não vejo nenhuma explicação pra que haja uma demora na implementação do CONSESP, de qualquer ângulo que se possa analisar eu não vejo

⁷Para um aprofundamento da política do Distrito-Modelo, cf. Barreira, César (op.cit.)

uma explicação, nem consigo entender (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

Um aspecto a destacar é a criação dos chamados Conselhos Comunitários de Defesa Social/CCDS, pela SSPDS, através de Decreto n. 25.293, de 11/11/1998, que são formados por lideranças comunitárias que atuam na área da segurança nos bairros. Estas lideranças passam a ser orientadas pela Diretoria de Defesa Social da SSPDS, como agentes capazes de agir na comunidade como fortes lideranças de bairro, nas questões sociais, ao mesmo tempo em que, no campo da segurança, podem auxiliar as polícias participando das soluções dos problemas, através de informações sobre as áreas de risco e suspeitos de delitos⁸. É uma experiência considerada por alguns gestores da Segurança Pública como fundamental no processo de mudanças institucionais ocorridas no Estado, como uma idéia boa, como a “quarta força”, aliada à polícia civil, à polícia militar e ao corpo de bombeiros:

A quarta força são os CCDS que são os nossos aliados, os nossos ouvidores extensivos, que nos trazem as demandas das comunidades, que nos trazem as suas propostas, as suas idéias. Procuramos fazer da forma mais transparente, mais verdadeira, mais independente que essas pessoas, esses segmentos da comunidade tenham autonomia de nos criticar, de nos trazer novas propostas, e através desse olhar externo, né, desse entendimento, que nós talvez não entendamos que seja tão externo assim, porque eles estão interagindo diretamente conosco, nós temos essa avaliação da comunidade e passamos avançando no nosso desiderato, que é dar uma segurança pública de qualidade com essa interação com a sociedade de uma forma maior (Entrevista concedida por um oficial Militar em 19/07/2005).

⁸ Ver Cartilha “Guia dos CCDS, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/Estado do Ceará.

Outros policiais consideram que é apenas mais uma estratégia de obter informações sobre delitos cometidos nas comunidades. Assim, os conselheiros são meros informantes. Alguns policiais atendem e admitem as lideranças como auxiliares, como informantes; outros os consideram invasivos, autoritários, não compartilhando da idéia de colaboradores ou co-gestores da política de segurança comunitária.

Alguns representantes da sociedade civil, principalmente ligados às comissões de Direitos Humanos, consideram a idéia dos CCDS positiva e socialmente importante, já que busca a participação das pessoas, entretanto, consideram que muitas lideranças adequam-se às orientações da SSPDS, seguindo-as de forma a-crítica. Alguns conselheiros, através da sua prática efetiva e discursiva, são classificados a partir da idéia de “dedo-duro”, ou de “liderança de direita”, ou seja, aquela que apóia políticos em campanhas eleitorais. Um delegado entrevistado defende a idéia da participação dos CCDS de forma mais efetiva, propositiva, no sentido de serem mais visíveis, mais representativos e não se resumirem ao papel de lideranças específicas, coordenadas pela Secretaria de Segurança. Seu depoimento corrobora os argumentos defendidos pelas comissões de Direitos Humanos que insistem na retomada efetiva e independente do CONSESP através da participação de representantes de bairros e de outras entidades representativas da sociedade organizada através das comissões de Direitos Humanos, da OAB, de setores das universidades, das Igrejas etc.:

Em relação aos Conselhos de Defesa Social, eu acho importante... Esses conselhos exercem uma função que auxilia e muito a segurança pública, mas eu faço uma crítica, eu acho que falta visibilidade a esses conselhos... Um grande risco é você formar conselhos que acabam com o passar do tempo se

fechando, você já sabe quem integra o Conselho, é o seu José, seu João e o seu Pedro, e o Conselho tem que estar permanentemente aberto pra que as pessoas queiram se integrar e eles se sintam também incentivadas a se integrar a ele, e eu acho que em relação ao Conselho, ao nosso Conselho de Segurança, essa falta de visibilidade ela, ao invés de ampliar a participação, ela reduz, e se você for ver hoje a constituição dos Conselhos vai ser a mesma de muitos anos atrás. Você não tem uma atuação nova, você não tem um incentivo pra que essa participação ela se exerça, você tem também que tirar da segurança pública, unicamente, a coordenação desse Conselho, que isso tira a legitimidade do Conselho, quer dizer...eu, por exemplo, como cidadão, eu não gostaria de participar de um conselho que é coordenado só pela Secretaria de Segurança Pública, eu gostaria de um Conselho que tivesse uma coordenação ampla, segurança pública, assembleia, OAB, Universidade, porque aí eu perceberia claramente que as minhas opiniões no Conselho teriam consequência. Então eu acho que falta ainda reformular, tornar esse conselho democrático, e se nós não fizermos isso eu acho que vai acabar a função desse Conselho sendo reduzida, é uma boa idéia, mas tem que ser aprimorada (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

A experiência dos CCDS caracteriza-se, portanto, como contraditória, permeada pela tensão nas percepções e práticas sobre a idéia de participação e de parceria com a SSPDS. Este fato tem suscitado e requerido a ampliação do debate sobre as possibilidades e limites resultantes dos embates e ambigüidades gerados no exercício cotidiano dessa relação. Com certeza é uma experiência cujos significados e percepções coletivas estão longe de se constituírem em uma visão consensualizada. Se por um lado, pode ser compreendido como o espaço da delação, engendrando representações sobre as lideranças como pura extensão mecânica da estrutura da polícia, por outro lado, é também sabido que, apesar das contradições, e por isto mesmo, os CCDS passam a constituir espaços, por excelência, do exercício e disputas de posições e opiniões através do qual vai se

construindo, mesmo de forma elementar, esferas públicas de gestão coletiva de segurança social.

2.1.2 O governo Lúcio Alcântara e o estado da arte atual da Segurança Pública no Ceará

As mudanças implementadas seguiram seu curso. A partir das eleições de 2002, é eleito governador Lúcio Alcântara, pertencente ao mesmo partido político de seu antecessor, Tasso Jereissati, cujo mandato se estende de 2003 a 2006. As ações políticas para a Segurança Pública no Estado seguem os rumos das estratégias anteriores, entretanto, é criada uma nova denominação para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania/SSPDC em 2003, através da Lei Estadual nº 13.297, passando a se chamar Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS. As instituições e o comando da Segurança são mudados. Os Distritos Modelos passam a se denominar de Áreas Operacionais Integradas.

Do governo de Tasso Jereissati até o ano de 2005, com a atual gestão, podemos listar o conjunto das sucessivas mudanças sofridas nas instituições de segurança pública no Estado, conforme destacadas no site da SSPDS:

- Criação de uma Corregedoria única para o sistema de segurança pública, subordinada diretamente ao Secretário da Pasta;
- Subordinação dos institutos de polícia científica diretamente ao Secretário da Pasta;

- Implantação de uma rede telemática de comunicação integrando as delegacias de polícia, as companhias e batalhões PM, os institutos de polícia científica e a Corregedoria Geral ao Sistema de Informações Policiais (Intranet);
- Implantação das Áreas Operacionais Integradas (antigos Distritos-Modelo), estando a Região Metropolitana de Fortaleza dividida em doze áreas integradas, compostas de policiais civis, militares e de bombeiros;
- Implantação de quase novecentos Conselhos Comunitários de Defesa Social em todo o Estado, tendo como objetivo fomentar uma sociedade participativa, dentro de espírito de concidadania;
- Pleno exercício do conceito de polícia cidadã, com a efetiva participação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social, interagindo diretamente com os profissionais de segurança pública nas suas localidades;
- Implantação de complexos integrados de segurança pública, em que policiais civis e militares ocupam uma mesma estrutura física (Companhia PM e Delegacia Distrital);
- Implantação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOPS), seguramente o mais moderno centro de comunicações policiais do País (central unificada de despacho de viaturas, composta de policiais civis e militares, bombeiros e peritos dos institutos de polícia científica);
- Implantação de Grupo Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), possuindo 04 helicópteros e composto por policiais militares e civis e por bombeiros militares;
- Implantação com apoio da Universidade Estadual do Ceará de um Programa de Capacitação Continuada, destinado a qualificar os profissionais de segurança pública – o Campus Virtual de Segurança Pública;

- Ingresso de praças PM e BM somente com o ensino médio completo (seleção e formação em parceria com a Universidade Estadual do Ceará)⁹

Este resumo, encontrado na página eletrônica da SSPDS, procura mostrar ao leitor, resumidamente, os principais órgãos e estratégias da Segurança Pública no Estado do Ceará. Foi importante, para a pesquisa, fazer uma imersão nos significados atribuídos tanto pelos policiais envolvidos diretamente nessas mudanças, como, da mesma maneira, da sociedade civil e os da imprensa para termos uma percepção mais clara da efetividade dessas medidas em relação às dimensões instituídas e instituintes da política de Segurança no Estado.

Um quadro encontrado na página eletrônica da SSPDS apresenta as Áreas Operacionais constituídas. São nove Áreas distribuídas nos bairros de Fortaleza e três na Região Metropolitana.



Mapa de distribuição espacial.

⁹ Ver site da SSPDS: <http://www.seguranca.ce.gov.br/historico.jsp>. Acesso em 12 de novembro de 2005.

Destas, seis são chamadas de delegacias-pólos ou plantonistas, funcionando 24 horas, inclusive nos fins de semana e feriados.

Sobre esse item, quando já concluíamos este Relatório, em novembro de 2005, O Jornal O Povo divulgou uma série de reportagens sobre o funcionamento das delegacias em Fortaleza. A matéria intitulada “Antimodelo de delegacias” (O Povo, 14/11/2005) revela uma desestruturação dos DM's, sob a argumentação de que, sete anos depois do início da implantação dos DM's, hoje Áreas Operacionais Integradas, as delegacias, especialmente as plantonistas, não funcionam como modelo. Têm carências profundas nas condições físicas, carência de efetivo e falta de qualificação dos policiais. Esta matéria revela ainda que: “A precariedade da situação das delegacias está registrada em mais de 30 fitas de vídeo (...) que será encaminhada a várias instituições”. A reportagem faz parte de uma série de reportagens publicada a partir de filmagens realizadas pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Ceará (SINDEPOL) e pelo Sindicato dos Policiais Civis de Carreira no Estado do Ceará (SINPOCI), ainda mobilizados após a greve realizada em julho de 2005. Alguns trechos de depoimentos de delegados revelam precariedade das estruturas físicas: “Muros caindo, delegacia afundando, não tem local para presos”; “localização da delegacia, ‘parede com parede’ a uma escola e, tendo ao lado, um posto de saúde”; “paredes se transformando em areia”, “muros caindo” e “prédio afundando”; “superlotação de presos” etc. Além da estrutura física, a reportagem indica o número insuficiente de policiais e a baixa qualificação deles. Nesta

mesma reportagem, é veiculado ainda, outro questionamento de um delegado: “precisa melhorar em muitos aspectos para ser modelo. É modelo no papel. Na verdade não é modelo de nada. É modelo do que não presta”¹⁰. A reportagem traz um mapa das delegacias distribuídas na cidade. (ver anexo 1).

As mudanças que ocorreram, através de práticas efetivas de seus gestores, foram, de fato, importantes e diversas para incrementar uma área que, há pouco, estava amplamente descoberta, promiscuída por práticas criminosas, sem que existisse um órgão corregedor capaz de corrigir e punir as práticas criminosas cometidas por policiais. As Corregedorias de cada polícia tratavam à sua maneira as formas de correção, quase sempre permeadas por práticas corporativistas, aumentando a impunidade. Assim, um ponto a destacar entre as mudanças implementadas no Ceará¹¹ é a criação de uma Corregedoria única dos órgãos de segurança com a pretensão de escapar do corporativismo que permeia as polícias. Esse reconhecimento é feito, inclusive, por agentes da polícia, como no depoimento de um Corregedor:

Então eu acho que até isso no Estado do Ceará foi mais dirigente, criando essa corregedoria unificada que tem por lei, isso com o governo Lúcio Alcântara que instituiu, embora já fosse uma filosofia do governo Tasso Jereissati, mas agora é lei, a chefia da corregedoria tem que ser exercida por um juiz de direito, por um membro do Ministério Público ou por um advogado com, no mínimo, 20 anos de inscrição na OAB, de notório saber jurídico e reputação ilibada (...) aliás, o Estado do Ceará foi pioneiro na construção da corregedoria unificada. E no resto do país há ainda esse equívoco de se pensar que uma corregedoria unificada resolve tudo, não é só unificar, se você não tiver um comando que ultrapasse a cúpula das corporações, você vai ter sempre uma dependência. Quer dizer, um juiz de direito você não pode

¹⁰ Cf Jornal O Povo, 14/11/2005. Outras reportagens desta série: “Superlotação de Presos, problemas em cadeia” (O Povo, 15/11/2005); “Ceará é o primeiro a avaliar delegacias”, conferir no Jornal O Povo, 15/11/2005.

¹¹ O Estado do Ceará foi pioneiro na criação da Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública.

comandar porque ele está ligado diretamente à nomeação do governador do Estado. Então eu acho que essa engenharia que se formou no Estado do Ceará também foi positiva e hoje serve de parâmetro, inclusive, pro país, né. E enquanto que naquela época nós tínhamos essa absoluta omissão, tanto no controle do Estado, porque o Estado na verdade não tinha preocupação em controlar, o ministério público ele não se preocupava em controlar e só veio a controlar depois que o ministério público foi renovado, depois que se fizeram...depois que se fez um concurso público, depois que o ministério público foi oxigenado, aí a partir daí o ministério público passou a exercer um controle em relação à segurança pública, isso mais acentuadamente a partir de 1997 (Entrevista concedida por um Corregedor dos Órgãos de Segurança Pública, em 22/07/2005).

Sem dúvida, estas foram mudanças estratégicas implementadas no Ceará. Entretanto, ao observar o curso dos acontecimentos na área da Segurança Pública no Estado, envolvendo novas crises políticas e morais que afetam as instituições policiais, como a desestruturação das Áreas Operacionais Integradas (estrutura física e recursos humanos precários), a desarticulação dos projetos de governo e a corrupção policial e crescimento desenfreado da criminalidade no Estado, percebe-se que tais ações ainda não corresponderam a mudanças efetivas na concepção e modos de fazer segurança no Estado. Assim, uma análise profunda é necessária para elucidar a realidade da Segurança Pública no Ceará.

Como já referido, em 2003, o governador Lúcio Alcântara assume o governo do Ceará e, no campo da Segurança Pública, dá continuidade às estratégias adotadas para a área de segurança pública, estabelecendo algumas mudanças na forma de gerenciamento e controle das instituições policiais, que passam a ser interpretadas pelos setores sociais, sob dois pontos de vista: a) para uns, tais mudanças foram pontuais e enquadram-se dentro das expectativas do

governo e, deste modo, não mudaram a estruturação da Segurança no Estado, construída desde 1997, que segue seu rumo normalmente; b) para outros, entretanto, tais mudanças foram graves e fizeram ascender novas crises no setor. Não se quer aqui generalizar as percepções em apenas duas noções, mas apresentar dois discursos que parecem ser chaves para uma melhor compreensão de como o sistema voltado para a segurança pública está sendo gerenciado pelo governo e percebido pelo conjunto de atores sociais locais, após as profundas mudanças que caracterizaram a segurança pública no Ceará.

No primeiro caso, trata-se de um discurso afinado com as diretrizes nacionais da política de Segurança Pública orientada pela SENASP/Ministério da Justiça, que vem se consolidando a cada gestão governamental através da prática dos seus gestores. Neste sentido, são enfatizados aspectos relacionados ao aprimoramento do sistema policial nas dimensões material e humana e a uma nova racionalidade e ordenamento na adequação das orientações nacionais ao contexto local. Significantes como interação entre instituições e secretarias de Estado, sobretudo aquelas diretamente relacionadas ao campo social e à educação, aos direitos humanos, à participação social e à cultura parecem fundamentar o discurso e o horizonte da ação das instituições policiais e de segurança pública do Estado.

O Estado do Ceará tem organizado as suas políticas públicas através de diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, né, trabalhando várias vertentes, na questão do aprimoramento do aparato policial, tanto os recursos humanos, como os recursos materiais, podemos assim dizer, trabalhando de uma forma progressiva, organizada, ordenada, procurando adequar essas orientações, essas diretrizes maiores dentro da nossa realidade, dentro das nossas concepções, dentro da nossa historicidade, dentro das nossas

realizações, dentro das nossas atividades que vêm ocorrendo há muitos anos. (...) onde o governo do Estado tem procurado organizar essas políticas públicas, estruturar esses entendimentos dentro dessa diretriz maior, que eu já citei, e procurando entender essa nossa realidade, procurando interagir intersetorialmente com outras secretarias, com outras instituições ligadas ao social, né, onde nós temos que ver a segurança pública não como segurança, como questão de polícia, mas como um trabalho de defesa social, onde tem uma abrangência muito maior, onde tem outras possibilidades, outras interferências, como a questão educacional, como a questão de ação social, como a questão cultural, questão do emprego e renda, a questão dos direitos humanos determinante para todos nós. Evidentemente nós temos algumas resistências, né, dentro dessa conjuntura, desse contexto maior, mas as políticas na área de segurança pública ela tem esse direcionamento de ver a segurança pública como uma ação de defesa social e interagindo diretamente com a sociedade civil engajada de uma forma muito forte, muito consistente pra questão dos direitos humanos, né, os direitos humanos que com certeza nós vamos ter que ainda caminhar, ainda ter algumas dificuldades, alguns percalços, né, mas eu entendo que nós estamos no caminho certo (Entrevista concedida por um oficial militar, em 19/07/2005).

Importante destacar, no entanto, que na medida em que estes termos são afirmados como valores institucionais da Segurança Pública locais, são revelados, também, os limites e resistências ao modelo por parte de policiais e das entidades dos direitos humanos. As resistências culturais e mesmo políticas, muito próprias do *habitus* particular de cada instituição, devem ser tomadas em consideração quando se trata de compreender as reais dificuldades advindas das resistências às propostas de mudanças estruturais inovadoras, como as aqui evidenciadas pelo entrevistado, e as práticas culturais arraigadas dos indivíduos no interior dessas instituições. Destacamos, ainda, que os discursos ligados a este primeiro ponto de vista, quando situam as dificuldades e resistências encontradas na instituição, são pouco especificadas. Do mesmo modo, quando são referidas questões sociais e de participação, as conexões entre o discurso e a prática ainda

parecem genéricas, sem elos efetivos da instituição Segurança Pública com a dinâmica própria da sociedade e suas múltiplas formas de expressão públicas, como os movimentos sociais, o que parece revelar que a questão social é um referencial ainda muito abstrato e a ser logrado pela prática cotidiana efetiva da instituição.

O segundo caso retrata discursos de outros segmentos da polícia e da sociedade civil, para os quais estas mudanças pontuais do governador Lúcio Alcântara, especialmente a mudança de comando e a forma como foram escolhidos os novos gestores da segurança, baseadas em relações políticas e não em relação “de competência”, ao lado da configuração histórica autoritária das instituições policiais, foram fundantes para a configuração das sucessivas crises que se abateram sobre a polícia e, por conseguinte, sobre a segurança pública como um todo no Ceará:

Aí nós tivemos em 2002 o governo Lúcio Alcântara (...) Tasso realmente fez essa assepsia e as mudanças que estavam sendo feitas. Eu acho que eram mudanças, a gente pode discordar pontualmente, mas eu acho que no seu conteúdo elas eram positivas, havia uma política de segurança, coisa que há muito tempo não existia. Então essa nova formulação ela foi muito importante e com o governo Lúcio nós tivemos no primeiro momento uma surpresa, quando houve uma substituição de comando e um rompimento com o que havia sido feito inicialmente. Aí nós tivemos o quê? Nós tivemos uma crise novamente sendo anunciada e culminou com o governo do Estado retomando os parâmetros anteriores (...)

Mudou basicamente os comandos. Eu vou te dar um exemplo: na segurança pública, quando você vai eleger um comando, tem que pensar na competência, na honestidade como critérios fundamentais. No início do governo Lúcio Alcântara, o aspecto político prevaleceu. Nós tivemos, por exemplo, como superintendente, o Dr. Timbó, que é uma figura muito doce, mas é um homem que não sabe o que é política de segurança. Quer dizer, é uma pessoa que não é articulada pra perceber a importância do cargo que ocupa e ocupou esse cargo porque era irmão de um deputado, que era amigo do governador. Quer dizer,

nós tivemos também uma indicação política para a polícia militar, você vê que o secretário de segurança foi nomeado depois que foram escolhidos os comandantes da polícia militar, dos bombeiros e o superintendente da polícia civil. Então você criou pro secretário uma situação muito difícil, como é que o secretário foi escolhido depois? Então não foi o secretário que escolheu, se ele não escolheu, ele não poderia exonerar. E nós tivemos aí esse problema se estendendo durante esse período todo. Quer dizer, então basicamente o que houve foi isso. A política de segurança você tem que executar no dia-a-dia e você tem que ter um comando que saiba que essa política tem que ser cobrada porque senão ela não é executada, se você coloca pra comandar as instituições quem não sabe nem qual é a política que está sendo abordada, ou quem não tem nenhuma política a propor, você vai ter um desmantelamento. (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

Este depoimento corresponde, de fato, a uma série de crises no setor de Segurança no ano de 2005, acrescida pela inadequação da gestão, segundo atesta agentes pertencentes aos quadros da Segurança, a imprensa, os sindicatos dos policiais e outros representantes da sociedade civil. O fato é que o governador Lúcio Alcântara não deu continuidade ao processo estratégico de escolher um Secretário de Segurança, que é o comandante geral do sistema de Segurança, com autonomia de gerenciamento na escolha de seus subordinados. Isto é atestado pelo fato de ele ter sido escolhido após as indicações do governador para os cargos de Superintendente da Polícia Civil, de Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, deixando o Secretário à mercê de tais escolhas. Houve uma “interrupção”, como disse o entrevistado, um afrouxamento que permitiu as “resistências” de policiais às inovações, como ocorria em 1993, posto que habituados a uma cultura institucional corporativista em que práticas criminosas e violentas não são enfrentadas institucionalmente nem muito menos publicizadas. Este quadro, aliado às velhas concepções e práticas policiais do autoritarismo,

ocasionou, de certa forma, uma quebra no gerenciamento e controle que vinham se constituindo ao longo desses anos representados como de mudanças, gerando brechas para o retorno e o aumento de ações delituosas e práticas de corrupção, tortura etc, por parte de membros da própria instituição. Quando a opinião pública pressiona, quando se tomam medidas “drásticas”, a situação pode se reverter a favor da Segurança; quando não, a situação de violência e corrupção tende a crescer. O entrevistado faz uma comparação das ações dos governos anteriores (já descritas neste relatório) com as do governo Lúcio Alcântara:

Existiu muita resistência. Em 1993, no primeiro episódio, que foi o flagrante de tortura, nós fizemos uma reunião com D. Aloísio [*na época, arcebispo de Fortaleza*], participou [*o entrevistado cita vários nomes de representantes de comissões de direitos humanos*], e participou o governador, que era o Ciro, e o governador nessa reunião anunciou que não poderia tomar medidas mais drásticas porque havia recebido um recado: se ele adotasse essa providência, a periferia da cidade amanheceria apinhada de cadáveres. Então, à medida que deveria ser tomada não foi por conta dessa ameaça. Em 97, nós tivemos uma situação de resistência, a priori, que também caminhou nesse sentido. Quer dizer, o agente França, ele foi preso, foi ouvido inicialmente no Ministério Público, detonou a cúpula da segurança pública. A cúpula começou a investigar e o França foi ameaçado, “olha, você se cala porque senão vai sobrar pra você”. E quando a coisa caminhava pra amornar, aí houve o dedo do governador, aí é preciso reconhecer que o governador foi firme, o governador destituiu a comissão interna que tava apurando, exonerou todo mundo, criou uma comissão especial com a chefia do procurador geral de justiça e criou essa estrutura de segurança pública, que é o comando único, a corregedoria, e naquela época criou a Ouvidoria Geral do Estado. Então, a reação existiu, mas houve também uma pressão popular muito forte e uma atuação do governo também muito decidida. Quer dizer, você vai ter sempre pressão, e se você na verdade se deixar levar por essa pressão, você não vai mudar nada e você vai deixar que a chantagem prevaleça. Quer dizer, pra que você mude você tem que tomar uma posição muito forte, né. E quando a posição foi tomada, a pressão diminuiu, a pressão deixou praticamente de existir, porque a pressão é justamente pra evitar a tomada de uma medida, quando a medida é tomada, eles verificam que não adianta mais continuar pressionando porque o quadro mudou. Então você tinha, por exemplo, em 1990, uma estatística de

tortura que era muito elevada, e esses índices eles se reduziram radicalmente. No final do último governo Tasso, nós tínhamos na corregedoria três ou quatro casos de tortura, quando anteriormente nós tínhamos 15, 20, 30. Quer dizer, então você verificou que essa tomada de uma providência forte, isso diminuiu. De 2002 pra 2004, que foi esse período de crise, essa mudança de governo, nós tivemos um aumento em relação aos níveis de tortura e de extorsão, por conta desse rompimento com o modelo, porque quando você está fazendo uma política de segurança que envolve assepsia, que envolve a mudança de modelo, você não pode romper, o rompimento convida esse grupo novamente a se rearticular (idem, em 22/07/2005).

Os casos subseqüentes que atormentaram o governo Lúcio Alcântara, na área da Segurança, foram a existência de um suposto grupo de extermínio que agia como segurança privada ligada a empresas (a exemplo do ocorrido em uma grande rede de farmácias com sede em Fortaleza e instalada em várias capitais, atualmente sob investigação), casos de corrupção policial, práticas arbitrárias e abusivas, aumento da criminalidade e do medo da população,¹² entre outras ações criminosas. Em decorrência desta série de denúncias, a Segurança Pública passa a ser alvo constante do noticiário. Foi divulgada a notícia de que o investimento em Segurança caiu 73%, no Ceará, nos últimos quatro anos, ocasionando uma paralisa em obras e investimentos planejados ainda no governo anterior: “no ano de 2001, o Estado investiu R\$ 23,7 milhões na área, principalmente na compra de viaturas e armamentos. Em 2004, os recursos despencaram para R\$ 6,4 milhões”. “Sem dinheiro, 45 projetos que seriam realizados pela Secretaria de Segurança ficaram engavetados. Na lista das idéias, as delegacias 24 horas”; a Segurança Pública foi responsável por 4,9% dos investimentos do governo do Estado em 2001. Essa participação caiu para 1,4% em 2004.(O Povo, 23/05/2005). Os dados,

¹² Pesquisa realizada em parceria Jornal O Povo e Instituto UltraData revela que 65,5% da população de Fortaleza acha que a insegurança é o que mais preocupa na Capital. (O Povo, 22/05/2005).

segundo o Jornal O Povo, tiveram como fonte a Secretaria de Planejamento do Estado.

Além das delegacias 24 horas, programas como "Proteção a Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos", previstos no Orçamento de 2004, com uma verba de R\$ 5,8 milhões para investimento em criação de delegacias, combates à exploração sexual infanto-juvenil e policiamento nas proximidades de escolas, não foram executados. A reportagem apresenta os números de investimento e despesas com segurança (ver anexo 2), bem como uma lista de projetos cancelados (ver anexo 3). Nesta notícia, há o depoimento de um representante do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente /CEDECA, questionando o cancelamento do projeto:

Sinto-me frustrado com a autoridade pública", desabafa Renato Roseno, coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), que há quatro anos faz parte do grupo que pressiona deputados estaduais a incluir emendas de proteção à criança e ao adolescente no Orçamento. Um dos principais apelos da entidade é para que a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes funcione com plantão. Hoje, ela abre de 8 às 18 horas (O Povo, 23/05/2005).

As respostas de representantes da Secretaria de Segurança Pública, quanto a esses números, são generalizantes. Justificam a diminuição de investimento em segurança e o cancelamento de projetos como consequência da diminuição do repasse de verba federal. Alegam também o fato de estarem agindo, mesmo com dificuldades, e investindo muito em segurança diante de um "Estado pobre" como o Ceará: "para um Estado pobre, as dificuldades são muitas, é um bolo com várias fatias a serem contempladas" (Depoimento concedido por um oficial Militar em conversa informal, registrado em diário de campo em

18/07/2005); “As coisas estão melhorando, temos muito trabalho pela frente, mesmo com muitas dificuldades (Depoimento concedido pelo Superintendente da Polícia Civil em conversa informal, registrado em diário de campo em 18/07/2005).

A previsão orçamentária do governo em segurança para o ano de 2005 foi anunciada para aplicação na construção de delegacias na capital e no interior, para os projetos, equipamentos e outros investimentos. Para o então secretário-adjunto de Segurança, Laércio Macambira, foi gasto muito em equipamentos, faltando, ainda, a instalação de “Delegacias 24 horas” pelo motivo da não existência de um número de efetivos suficiente para a demanda das delegacias previstas, que se encontra à espera de realização de concurso, já previsto, de seleção de novos policiais. O referido secretário-adjunto admite que algumas delegacias estão deterioradas, mas afirma que a polícia não deixou de trabalhar por isso, conforme revela em entrevista ao jornal O Povo, 23/05/2005. Para o Secretário de Segurança Théo Basto, “o orçamento está sendo cumprido, e a gente espera que será até o fim do ano” (O Povo, 15/11/2005).

O que a opinião pública tem questionado, através de representantes de entidades de direitos humanos e da própria polícia, é a frustração destas metas previstas. De acordo com o delegado Luzimar Moura, presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil, essa frustração repercute no trabalho policial: “não tenha dúvida de que isso é sentido na prática. Os policiais precisam de viaturas, armamentos, locais dignos para trabalhar” (O Povo, 23/05/2005). No cotidiano, com previsão otimista ou orçamento frustrado, os fatos se sucederam, sendo divulgados exaustivamente na imprensa nacional e local.

No caso do suposto grupo de extermínio, os dados coletados pela pesquisa hemeroteca realizada por este trabalho, vem revelar o quanto foi exaustivamente noticiado, diariamente, matérias sobre o caso, no período de maio a novembro de 2005. Em maio, quando os jornais divulgaram as denúncias sobre o caso, a primeira resposta do governo foi considerada oficial, embora permeada por um discurso generalizante e defensivo. O anúncio era: “Para governador, Segurança não passa por pior momento” e o depoimento do governador: “nunca um governo investiu tanto nessa área. O problema é que os crimes causam grande comoção e acabam repercutindo negativamente” (O Povo, 18/05/2005). O caso começou a ser investigado quando comissões de Direitos Humanos enviaram uma Representação ao Ministério Público Federal em 2002, assinada pelas comissões da OAB-CE, da OAB nacional, da Assembléia Legislativa do Ceará, Comissão dos Direitos da Criança da OAB-CE, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente /CEDECA-CE e Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, denunciando a suposta existência de um grupo de extermínio formado por policiais militares que prestavam serviço de segurança clandestina ligados às Farmácias Pague Menos (Diário do Nordeste, 28/05/05). A denúncia contra a farmácia é confirmada no mês de julho quando, nos autos do processo investigado pelo Ministério Público Federal, constam provas de um Convênio de segurança particular entre a farmácia e a Associação de Oficiais Militares da Reserva e Reformados do Ceará. A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) recomenda ao governo do Estado imediato afastamento dos envolvidos, e passa também a acompanhar o caso, vindo várias vezes a Fortaleza. Treze pessoas, entre policiais, empresários e representantes de

empresas de segurança privada, são denunciadas à Justiça por formação de quadrilha e homicídio duplamente qualificado, sendo esta a primeira acusação formal do Ministério Público. Tratava-se de homicídio contra pessoas que praticavam assaltos nas farmácias Pague Menos, sendo mortos dentro ou nas imediações dos estabelecimentos. A reportagem apresenta um resumo dos acontecimentos envolvendo o denominado grupo de extermínio (ver anexo 4) . Outras denúncias de extorsão e negociação com advogados e assaltantes, prevaricação etc, foram sendo anunciadas. A Justiça passa a apurar os fatos e a decretar prisões preventivas de alguns envolvidos, construindo um processo jurídico. Seguiram-se os afastamentos e outros nomes de policiais foram aparecendo. Os principais denunciados foram o Major Ernane Castro Moura e o Capitão Cícero Bezerra Lopes, subcomandante do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais).

Enquanto isso, a imprensa também divulgava outras denúncias de agressão sofrida por populares, espancamento e abuso de autoridade cometidos por policiais, crimes de morte dentro de viaturas, extorsões realizadas por delegados etc. (Diário do Nordeste, 30/05/05); Notícias passaram a ser amplamente divulgadas, como: “dois policiais militares presos no 5º BPM” (Centro da cidade), por espancamento e homicídio. (O Povo, 09/06/05); “Rapaz morre dentro de viatura da PM” (O Povo 22/07/05). Além disso, os policiais civis entram em greve (O Povo 22/06/05), apresentando à imprensa um quadro de descrédito segundo a percepção da própria polícia, através das denúncias ligadas à falta de estrutura, falta de policiais e de preparo destes, salários baixos etc.

A imprensa divulga também dados sobre os projetos do governo que não se efetivaram: “Governo não implanta sugestões emergenciais para a segurança. Dois anos e cinco meses após tomar posse, o governador só conseguiu implantar totalmente duas das quatorze sugestões emergenciais propostas pela comissão de transição governamental. As medidas deveriam ser implantadas nos trinta primeiros dias de governo” (O Povo, 20/06/05).

Em 17 de junho de 2005, o Jornal O Povo faz um resumo das principais crises e denúncias que recaíram sobre a Segurança Pública em pouco mais de uma década, veiculando conteúdos relacionados principalmente a atos de corrupção e violência policial (ver anexo 5).

Diante da crise instaurada, o governador Lúcio Alcântara e o secretário de Segurança Pública do Ceará tentam passar para a opinião pública a idéia de que não investigaram porque o processo estava sobre segredo de justiça: “o secretário Wilson Nascimento admitiu ter conhecimento dos rumores, mas como a investigação corria em segredo de justiça, declarou que nada sabia sobre o andamento das investigações”. Entretanto, a imprensa diz que o secretário foi oficialmente comunicado do caso já em 2002. (O Povo 28/08/05). O fato é que essas acusações de que o secretário tinha conhecimento das investigações e que não agiu firmemente, foram amplamente divulgadas nos veículos de comunicação em todo o Estado, publicizando mais ainda a dimensão da crise não mais anunciada, mas, efetivamente, denunciada.

Pressionado pela situação, o secretário Francisco Wilson Vieira do Nascimento pede demissão do cargo e o governo Lúcio Alcântara empossa o general Théo Basto, que assume a pasta corroborando o discurso oficial contra a

crise e divulgando, ao mesmo tempo, medidas urgentes como concursos, melhoria na remuneração dos efetivos policiais, melhoraria nas delegacias etc, conforme noticiado no jornal O Povo (29/06/05). Em frase como “Corrupção é um problema comum em todo o país” (O Povo 20/06/05), o secretário Théo Basto naturaliza a grave situação de crise da segurança pública do Estado, situando-a em um patamar genérico, como que fazendo parte de um sistema de corrupção endêmica à vida social do País. Com isto, pareceu desconsiderar as especificidades do Estado e o fato sociológico de que quaisquer que sejam as dinâmicas institucionais, elas são produzidas por ações e atores em sociação e, portanto, não devem ser fenômenos naturais. Sob esta visão naturalizadora, o secretário mantém nos cargos de Superintendente da Polícia Civil Jaime de Paula Pessoa, no comando Geral da PM o Cel. Deladier Feitosa e como secretário adjunto da SSPDS, o Cel. Laerte Macambira. Entretanto, um mês após a sua assunção como Secretário, exonera Jaime de Paula da superintendência, substituindo-o pelo delegado José Nival Freire, mudando também outros assessores da Pasta.

O fato é que dadas as pressões dos grandes meios de comunicação do Estado, da mobilização de setores da sociedade civil, revelando total indignação aos rumos tomados pela segurança pública no Estado e o modo de como estava sendo gerida a crise pelo próprio governo, e a reação, em igual teor, de setores da própria instituição policial, medidas foram tomadas como forma de sanar a situação da crise, agir no sentido de correção de rumos institucionais e, com isto, salvaguardar as funções imaginárias da sociedade em relação à instituição segurança pública. Para o delegado aqui já referido, que fez a crítica sobre a “interrupção” no governo Lúcio Alcântara, esta situação de crise e de

reestruturação do comando pode ter gerado uma nova fase na Secretaria de Segurança.

Daí foi importante agora o governador tomar essas medidas. Tomou pra que esse quadro voltasse novamente a se afirmar e a política anterior pudesse novamente seguir o seu rumo. Eu acho que agora nós temos uma situação que ela é mais promissora, por quê? Porque nós tivemos a crise, nós tivemos agora a escolha do Théo Basto, que foi uma indicação do General Cândido Vargas e nós temos agora uma situação que promete fazer com que a política de segurança pública, que existia anteriormente, se efetive. Naturalmente que é muito cedo ainda pra definir isso, mas é uma situação que é promissora, a partir do momento também em que os comandos que foram indicados politicamente foram exonerados, aí você devolveu pro secretário de segurança também a prerrogativa de controlar os seus assessores, porque isso é muito importante. Quer dizer, o secretário de segurança se não confia no assessor tem que ter o direito de exonerar, também eu acho que nós estamos, nesse sentido, caminhando pra uma situação que promete mais do que a anterior (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 22/07/2005).

Os conflitos são insistentes na área da segurança. Para engrossar as denúncias, outras notícias aquecem o debate: “ameaças contra as famílias das vítimas do suposto grupo de extermínio, tendo o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana /CDPDH visitado Fortaleza para apurar denúncias (O Povo, 09/09/05); outras revelam atos de omissão do Secretário de Segurança Pública, levando a “uma representação do CDPDH contra o secretário Théo Basto”, por este não ter participado de duas reuniões com o Centro” (O Povo 15/09/2005).

O caso do suposto grupo de extermínio foi o ápice para a volta da mobilização de vários agentes da polícia, do governo e de entidades civis para o questionamento das instituições de segurança. Essa participação articulada de representantes da sociedade civil e o trabalho profundo de investigação do

Ministério Público, da Polícia Federal e de outras instituições, além da exigência de punição dos culpados (embora alguns tenham sido postos em liberdade, conforme Jornal O Povo, 09/08/2005) e da constituição de uma nova equipe na SSPDS pode ser algo “promissor”, como disse o entrevistado. Entretanto, diante deste quadro, a imprensa e entidades de direitos humanos continuam questionando o fato de nenhum gestor ter sequer respondido às reivindicações sobre a implantação do Conselho Estadual de Segurança Pública /CONSESP, órgão que poderia atuar mais eficazmente na formulação e fiscalização de políticas públicas, para contribuir no controle das polícias e, assim, evitar tantas crises. Em Audiências Públicas e através de artigos, esta questão está sempre em pauta. Em artigo publicado pelo Jornal O Povo, de 05/06/2005, o médico Antônio Mourão Cavalcante, da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil /CNBB, aborda esse tema, expressando o que várias entidades de direitos humanos têm discutido nos fóruns públicos:

Mais de uma dezena de instituições fizeram um requerimento ao governador, em março deste ano, solicitando a imediata instalação do Conselho de Segurança Pública, conforme preceitua a Constituição Estadual (art. 80). Nenhuma resposta até hoje. Objetivo desse Conselho? É órgão com funções consultivas e fiscalizadores da política de segurança pública. Diz a lei.

O Conselho também foi alvo de debates nas audiências públicas durante visitas com o Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, conforme revela o Jornal O Povo, em 15/09/2005.

Enfim, assim como verificado nos períodos de 1993 e 1997, crises graves e profundas assombraram a Segurança Pública do Estado, principalmente no ano de 2005, levando a troca de Secretário e destituição de comandos, para

dar resposta à opinião pública que exigia mais firmeza dos gestores governamentais e de seus assessores diretos, além de exonerações e prisões de policiais enquadrados nessas práticas criminosas. Como se percebe, a trajetória de crises, violência e corrupção nos quadros da polícia tem se repetido, em circunstâncias diferenciadas, na história da Segurança Pública do Ceará.

Exemplos das tensões acumuladas são as notícias que se seguem entre denúncias de delitos policiais, demonstrando a continuidade de ações criminosas no interior das instituições de segurança pública, a mobilização de instâncias policiais de controle, a ação de comissões de direitos humanos e a mobilização da opinião pública.

Já no momento em que este relatório estava sendo concluído, as reportagens jornalísticas continuavam a noticiar acontecimentos em relação às investigações sobre o suposto grupo de extermínio, ao mesmo tempo em que denunciavam a continuidade de ações de corrupção, extorsão, tortura e outros crimes praticados por policiais civis e militares, como também sobre exonerações: “Delegado é exonerado após denúncia de extorsão (22/10/05). Ações de exoneração de delegados são anunciadas. Subseqüente a essa notícia, outras matérias informavam o pedido de prisão de um delegado em Fortaleza: “Justiça pede a prisão de delegado e ele se entrega” (O Povo, 01/11/2005); outras notícias já confirmavam o indiciamento desse delegado em pelo menos dois crimes: abuso de autoridade e cárcere privado, além do inquérito policial apresentar indícios de que praticou extorsão (O Povo, 16/11/05). Trata-se do caso do delegado Roberto de Castro que, aliado a um advogado e a um inspetor, foram acusados de extorsão, seqüestro, cárcere privado e formação de quadrilha. Ele foi denunciado

por um comerciante do bairro Bom Jardim, em Fortaleza, onde o delegado era lotado, acusado de prática de extorsão, já sofrendo retaliações por isto, tendo seu comércio invadido, sem mandato, por policiais militares. Este caso também está sendo acompanhado pela Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com o fim de investigar se a invasão foi uma ação corporativista, conforme veicula notícia no jornal: “já que 10 dias antes o comerciante fora o estopim da crise que levou ao afastamento o delegado Roberto de Castro”. (Jornal O Povo, 12/11/2005). O processo está em andamento.

As notícias continuaram também de forma a averiguar que ações estão sendo implementadas ou não, por parte dos gestores em relação a: a) Concursos Públicos anunciados no Estado para Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros e pela Prefeitura de Fortaleza, para guardas municipais, conforme anuncia o jornal O Povo, de 11/11/2005; b) criação de uma central de espionagem para incrementar as ações de escuta telefônica no setor de Inteligência (O Povo 07/11/2005), c) Parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza, que assinaram um convênio para permitir a utilização de câmeras do Controle de Tráfego da Área de Fortaleza /Ctafor, que monitoram as ruas da Capital, pelo Centro Integrado de Operações Policias /CIOPS, para reforçar a segurança, integrando o trabalho da Guarda Municipal também ao CIOPS, além de outras ações previstas no convênio (O Povo, 11/11/2005).

A tensão constante entre os discursos oficiais e genéricos de que há investimento e compromisso dos gestores e os discursos críticos que apresentam a precariedade do sistema de segurança do Estado, embora este último

reconheça as mudanças estruturais como positivas, permanece como um dado relevante no engendramento da política de segurança pública no Ceará. Fatos já compreendidos pela população como degradantes, como as crises políticas e morais acima referidas, e a mobilização da opinião pública, cuja atuação impacta diretamente, as medidas governamentais assumidas de forma oportuna ou em momentos liminares em que a situação já não é mais politicamente sustentável, também permanecerão neste contexto de contradições.

2.2 As mudanças institucionais em Alagoas

Em Alagoas, há um diferencial nas mudanças operacionalizadas em torno da Segurança Pública relacionado a uma história de profunda violência no campo e conflitos políticos exorbitantes entremeados pelas relações de poder oligárquicas. Trata-se da presença efetiva de entidades de direitos humanos e outros movimentos da sociedade civil que ampliaram uma luta permanente contra a violência, elemento significativo para a institucionalização de mudanças na área da Segurança Pública.

Na base territorial alagoana vem crescendo uma crise de credibilidade da população no poder público na medida em que não são superados obstáculos para amplo exercício de gestões administrativas democráticas e que desenvolvam ações efetivas contra a violência tendo o referencial dos direitos humanos. O fenômeno da violência em Alagoas, que se expressa historicamente de forma

institucionalizada, continua sendo visto por muitos como algo naturalizado, legítimo ou até mesmo como recurso necessário a ser empregado na resolução de certos conflitos e na defesa patrimonial, conforme analisa Freitas (2003) e Vasconcelos (2002).

Neste aspecto, através de relações de poder, governo após governo, grupos eliminavam antagonistas, agindo policiais leais aos mesmos como autênticos donos da vida ou da morte das pessoas, implicando até mesmo numa negação da própria política. O alto grau de envolvimento de policiais em crimes articula-se ao elevado grau de ineficácia perante aos mesmos, causas determinantes de impunidade. Portanto, torna-se importante salientar que a violência não é externa aos atores sociais locais, mas produzida nas relações sociais que os constituem e que estabelecem antagonismos nas relações de poder. Trata-se, portanto, de uma construção social expressa em representações e práticas sociais de sujeitos em suas relações sociais cotidianas.

O gradual retorno da democracia no Brasil a partir da segunda metade da década de setenta do século passado e que se consolida institucionalmente com a Constituição de 1988, não alterou a estrutura local de poder em Alagoas até, pelo menos, o início dos anos 1990. Com o revezamento de algumas poucas lideranças tradicionais no executivo e no legislativo, tanto na estrutura estadual como nas municipais, incluindo a capital do Estado, os mesmos grupos políticos e econômicos hegemônicos, constituídos antes e consolidados durante a ditadura militar, permaneceram no exercício do poder sem grandes arranhões.

Além de notórias desigualdades e do mando político de caráter oligárquico, torna-se necessário enfatizar para a presente análise o padrão de

relacionamento social existente em Alagoas oriundo de seu passado agrário e latifundiário com suas relações de dependência disseminadas no tecido social. Afinal, as relações sociais do mundo canavieiro, que tiveram histórico papel na internalização de valores e normas praticadas no interior das propriedades rurais e na sustentação de grupos oligárquicos, configuraram um amplo padrão de relacionamento social em sua base territorial e que ainda estão muito arraigados nos segmentos 'excluídos', embaraçando demarcações entre a esfera pública e a privada.

Tal situação é refletida no grau e na qualidade de organização da sociedade civil que enfrenta notórios desafios para alterar o caráter de boa parte da representação política local, cuja ação não é propriamente orientada para resolver os problemas do conjunto da população. Com baixo grau de participação de sindicatos e movimentos sociais junto aos poderes públicos, são encontradas dificuldades para encaminhar denúncias e traduzir reivindicações em políticas públicas.

Mais recentemente, apesar da modernização pela qual passou o empreendimento canavieiro ao longo de sua trajetória em Alagoas e do avanço institucional da democracia no País, significativos contingentes da sociedade local ainda estão numa condição de sub-cidadania. Além do medo de participar e denunciar contrariando interesses dominantes, muitas famílias estão historicamente enredadas em episódios de assassinatos. Se, por um lado, existe uma rede de proteção e /ou de impunidade enredando o aparelho policial e a justiça; por outro, muitas lideranças políticas tratam assuntos como a violência apenas de maneira temática e não nominalmente a partir de episódios ocorridos.

2.2.1 Lutas e resistências da sociedade civil alagoana: em busca do possível estranhamento às práticas criminosas

Diante dos abusos políticos e policiais praticados durante o governo Geraldo Bulhões, eleito, em 1990, com o apoio do então presidente Fernando Collor, teve lugar uma reação na sociedade civil, resultando na constituição de um fórum de entidades contra a violência a partir de 1991. Conclamando a união dos cidadãos contra a violência institucionalizada, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG's, centrais sindicais, sindicatos urbanos e rurais, associações de moradores, segmentos religiosos, partidos políticos na oposição, setores da comunidade universitária e movimentos sociais promoveram mobilizações nas quais apontavam a violência no Estado de Alagoas “como um grande problema social para todas as classes populares alagoanas”. Sem representações políticas de oposição na Assembléia Legislativa, introduzia-se, então, dando voz para setores excluídos, uma pauta abrangente pela cidadania e em forma de rede para a sociedade.

Com coleta de dados e análises acerca da violência em Alagoas envolvendo cerca de 40 entidades, tais mobilizações foram ganhando intensidade com o gradativo desgaste político e o decorrente afastamento do presidente Fernando Collor da Presidência da República no final de 1992. O então governador Geraldo Bulhões foi um dos poucos políticos a defender intransigentemente Collor, mesmo após seu afastamento, inclusive questionando a legitimidade do mandato de Itamar Franco. Naquela conjuntura, em trabalhos realizados pela CPI no Congresso Nacional que investigava o crime organizado no

país, o comandante da Polícia Militar de Alagoas, Cel. Nilton Rocha, indicado pela primeira dama Denilma Bulhões, foi acusado de liderar um grupo de extermínio composto por policiais. Afastado do cargo, acabou sendo promovido a chefe do gabinete militar do governo estadual. Por sua vez, o secretário da segurança pública, Wilson Pérpetuo, do quadro da Polícia Federal, indicação que teria sido de Paulo César Farias, foi arrolado em processo por contrabando de armas. Em junho de 1993, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - constituído por representantes da OAB, da Procuradoria Geral da República e da Associação Brasileira de Imprensa -, presidido pelo ministro da justiça, Maurício Correia, aprovou relatório propondo a transferência do comando da Polícia Militar para o Exército.

A rigor, o ambiente condicionado pela correlação de forças políticas que regia atitudes individuais e comportamentos coletivos foi também impactado pela vitória de Ronaldo Lessa (coligação PSB/PT) para a prefeitura de Maceió no mesmo ano. Tanto o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas - FPCVAL, assim como a campanha eleitoral, passaram a denunciar episódios e expuseram diversas formas de violência que permeiam relações sociais em Alagoas:

Ali o Fórum também se credenciou porque começou a fazer análise como se dava a violência em Alagoas. O Fórum fazia um relatório todos os anos em recortes de jornais e pesquisa no IML de como se manifestava a violência em Alagoas, por exemplo, nós constatamos que a maioria das mortes era em vias públicas, que se matava mais nos finais de semana, que a maioria das mortes estava ligada ao pacato cidadão, aquele que comprava uma arma e tomava uma cachaça e matava, mas que o crime político também era muito forte no Estado. A gangue fardada que a gente tanto denunciou (Depoimento de uma liderança. Grupo Focal, Movimentos Agrários, Maceió, 25/07/2005).

Naquele contexto, de forma talvez inédita, agressões e assassinatos de trabalhadores rurais, notadamente nas áreas canavieiras ao norte do Estado, arbitrariedades policiais, impunidade, descumprimento de direitos sociais, assassinatos de homossexuais, exploração de mulheres, crianças e adolescentes, repressão aos movimentos sociais, existência de cemitérios clandestinos como o da “Coca-Cola” e de Satuba, município vizinho da capital Maceió, desaparecimento de presidiários, violência sobre povos indígenas foram amplamente divulgados. O tripé - exclusão, má gestão de recursos públicos e ausência de políticas públicas -, além da reiterada denúncia sobre a existência de um “manto da impunidade” em Alagoas, passou também significativamente a impactar o processo de construção local das representações sociais a partir das experiências compartilhadas, conferindo novos sentidos e significados aos episódios de violência.

Este tipo de ação de abertura, de mudança do aparelho policial foi devido às constantes participações e intervenções do Fórum Permanente contra a Violência, principalmente. Costumeiramente, rotineiramente vinha reclamando de alguns enfoques e ações da polícia, até que os próprios integrantes pararam para pensar que vamos passar o resto da vida reclamando e denunciando? Vamos então trabalhar não para hoje, mas para o amanhã, melhorando a estrutura que está aí montada (Depoimento concedido por um oficial militar, em 27/06/2005.).

Em outubro de 1994, apoiado por expressivos grupos empresariais do setor sucroalcooleiro local, Divaldo Suruagy, que tinha votado a favor do *impeachment* Collor, elege-se pela segunda vez governador pelo voto direto, cargo que também já ocupara indicado por colégio eleitoral. Para distender o

ambiente na Polícia Militar, então sob o comando do Cel. Evaristo, o governo estadual acata proposta da Anistia Internacional e do advogado Pedro Montenegro para iniciar, através de seminário, um programa educacional em direitos humanos na Polícia Militar.

Quando também a polícia aceitou esta idéia possibilidade de curso específico na área, era uma coisa para mostrar para a sociedade que nós não somos tão ruins como dizem por aí. “Vamos colocar um curso de direitos humanos e quando reclamar da polícia eu vou dizer nós temos um curso de direitos humanos”. Talvez nem o próprio Comandante tivesse consciência de algo positivo que ele estava implantando (idem).

Em 1997 fizemos um curso específico interno em direitos humanos na Polícia Militar. Era a segunda turma. Tivemos a primeira em 1996. Este curso é um curso que ainda existe. Este curso foi uma parceria. Era o governo Suruagy. Era um momento triste que a polícia estava passando, não só a polícia, mas todo o Estado, com toda a questão salarial, os salários de servidores atrasados. Era um contexto muito complicado, mas que a polícia corajosamente encampou esta proposta educacional, a linha dos direitos humanos, fruto de uma parceria entre PM e Anistia Internacional encabeçada por Pedro Montenegro e Everaldo Patriota. Os dois trouxeram a proposta para o Comandante Evaristo e a proposta era justamente apostar na mudança pela formação. Em 1995 começou a desenhar Protocolo de Intenções, em 1996 a primeira turma. (idem)

O depoimento que segue traduz a expectativa no interior da Polícia Militar quando da introdução do Curso sobre Direitos Humanos. Vale salientar, que no contexto histórico local, em que no imaginário coletivo a polícia alagoana estava associada, diretamente, ao crime organizado, empiricamente observados, as mudanças aqui reveladas se constituem em uma experiência inovadora, sobretudo para aqueles que compunham o corpo de policiais:

Só para ter idéia como a coisa começou naquela época os oficiais eram quase obrigados, quase não, obrigados a participar. Naquela época começar a falar em direitos humanos na corporação era algo impactante, tanto que os integrantes foram

determinados pelo comandante. Era sim motivo de chacotas. No primeiro momento foi convite, como não apareceu ninguém, o comandante diante da situação colocou os nomes no boletim. Esta turma tinha que acontecer, tinha sido assinado o protocolo. Esta turma basicamente foi formada assim (idem).

É a partir deste momento crucial que se desenvolve a percepção dos agentes de segurança e de parte sociedade em termos da adoção do referencial dos direitos humanos pela estrutura da segurança pública em Alagoas: “o Cel. Evaristo deixou este legado positivo na corporação. Então nós começamos, particularmente eu acho que tudo começou aí, da mudança” (idem).

É um divisor de águas na vida de um policial, pois ele começa a perceber qual função que tem que exercer, qual sua finalidade principal como agente de segurança, particularmente eu senti isso. Em 1997 já tinha treze anos de atividade policial e a noção que me passavam era ainda de uma formação ainda pensando na idéia de inimigo, sair do quartel para enfrentar o inimigo, aquela idéia pesada própria da ditadura, daquilo que o Exército passou para polícia (idem).

Contudo, foi neste contexto que se intensificaram ações do crime organizado em Alagoas, envolvendo policiais militares em várias modalidades criminosas a serviço de grupos políticos. Enfrentando crescente desequilíbrio nas finanças estaduais ao manter e aprofundar termos de acordos realizados ainda durante o governo Collor em Alagoas com grupos empresariais locais - popularizados como “acordo dos usineiros” -, Suruagy atrasou salários do funcionalismo e desviou recursos em letras do tesouro que teriam sido destinados para quitar precatórios judiciais a favor de bancos, fornecedores, empreiteiras e prestadores de serviços.

Em novembro de 1996, a Assembléia Legislativa aprovou a instalação de uma CPI para apurar o assunto. Concomitantemente, era instalada no Senado outra CPI, a dos títulos públicos, cujo relatório final apontaria várias autoridades públicas, entre elas, o próprio Suruagy para abertura de processos judiciais. Nesta altura, junho de 1997, foi negociada uma “intervenção branca” com o governo federal, sendo designado o Cel. Roberto Longo como secretário da Fazenda para promover um saneamento financeiro no Estado. No âmbito político estadual, tendo maioria na Assembléia, o governador conseguiu evitar o *impeachment* recomendado pelo relator, mas diante da perspectiva de outros dois pedidos e das pressões exercidas por servidores estaduais e entidades sindicais, que constituíram o Movimento Unificado dos Servidores Públicos, pela renúncia, enviou um pedido de afastamento do cargo à Assembléia Legislativa em 17 de julho¹³. Nesta data, ato público reuniu mais de 5 mil pessoas diante da Assembléia, inclusive policiais armados, obrigando a presença de tropa do Exército que chegou a disparar tiros para o alto.

Neste contexto, quando tiveram repercussão nacional incidentes em manifestações atingindo lideranças políticas de oposição e sindicais, eclodiu também uma greve das polícias civil e militar, que enfrentavam baixos salários, assim como noutros estados da Federação, mas também oito meses de atraso no pagamento. É importante destacar que tal situação parece ter contribuído para esgarçar arraigados laços de lealdade mantidos entre policiais e políticos

¹³ Sobre estes fatos, a análise de Freitas (2003) acerca do caso do Cachorro Fiel, lançado a candidato a Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, pelo movimento dos servidores públicos da Assembléia é reveladora do conflito político e simbólico que atravessou essa década no estado de Alagoas.

tradicionais e contribuído para aproximar, através de suas entidades, policiais com o movimento social.

Também tivemos naquela época o fortalecimento da polícia civil. O Sindicato da Polícia Civil foi tomado, entrou uma direção que até hoje está aí, que melhorou a relação, com compromisso com a sociedade, acho que o Zé Carlos foi o grande nome deste movimento e na Militar surgia o grupo da Assomal, Associação dos Oficiais, liderada pelo Paulo Nunes, pelo Paiva, pelo capitão Luciano, estes foram aqueles, o Cel Geílson que iniciaram a tomada de mentalidade, foi a época do aquartelamento, o Paulo Nunes foi preso, nós visitamos várias vezes e íamos ao Fórum denunciar, prestar solidariedade (Depoimento de uma liderança, Grupo Focal de Movimentos Agrários, 25/07/2005).

Diante das proporções assumidas pela crise política, financeira e administrativa em Alagoas, Manoel Gomes de Barros, vice-governador, historicamente alinhado com os grupos empresariais canavieiros, assume o executivo local rigidamente “monitorado” pelo governo federal. No final de seu mandato, envia para a Assembléia Legislativa projeto elaborado pela OAB para criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, rapidamente aprovado sem alterações. Tal atitude, que surpreendeu a militância local em prol da promoção dos direitos humanos, foi creditada muito mais a uma questão de política institucional nacional do que propriamente de convencimento do executivo local e na estrutura da segurança pública.

Através da pesquisa em jornais, diversas declarações de Manoel Gomes de Barros, editoriais, colunas políticas e matérias de capa em jornais sinalizavam para uma ruptura com o crime organizado, através da produção de um discurso que expressava o fim da impunidade (Vasconcelos, 2002).

2.2.2 O Governo de Ronaldo Lessa: uma nova concepção de segurança

Em 1999, Ronaldo Lessa assume, pela primeira vez, o poder executivo estadual. Sustentando uma nova concepção de segurança pública, instalou o Conselho Estadual de Direitos Humanos, presidido inicialmente por Delson Lira e integrado por catorze entidades, sendo sete da sociedade civil. Na mesma linha, ampliou a estrutura e as atribuições do Centro de Direitos Humanos, introduzindo o Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária.

Ao introduzir o referido Centro, institucionalizado no cronograma da corporação e passando a fazer parte do quadro operacional da polícia militar com amparo legal e comando próprio, o processo educacional em direitos humanos, anteriormente restrito aos oficiais, foi estendido para praças, adquirindo o caráter de especialização, exigindo trabalho de conclusão de curso, participação em oficinas, visitas em acampamentos “sem-terra”, presídios etc.

Jovens oficiais, que tiveram a referida formação, passaram a assumir a incumbência de lidar com conflitos de natureza política e social, deslocando o Batalhão de Operações Especiais, tido como truculento na elaboração coletiva do imaginário social dos movimentos populares. Assim, questões sociais passaram a ser tratadas como fenômenos de natureza política e não policial. Desde então, no cumprimento de ordens judiciais, o Centro já participou de cerca de 500 episódios de ocupações e reintegrações de posse sem maiores incidentes, obtendo a Polícia Militar de Alagoas o prêmio Nacional de Direitos Humanos concedido pelo Ministério da Justiça.

A polícia antiga era da repressão, que chegava num primeiro momento para reprimir. Hoje a doutrina da corporação é moderna, constitucional. Lógico que temos um ou outro desavisado por aí. Não vamos deixar de ter. É muita gente, uma mudança grande. Faço comparações com outras instituições estatais. Eu vejo a Polícia Militar do Estado de Alagoas num avanço muito rápido. Estamos praticamente dez anos neste processo (Depoimento concedido por um oficial militar, em 28/06/2005).

Neste aspecto, torna-se necessário destacar que a reestruturação produtiva pela qual passam empresas do setor sucroalcooleiro vem impactando o mundo do trabalho e o uso e posse da terra em tradicionais áreas canavieiras nordestinas, tornando assim nos últimos anos, tanto a Zona da Mata e Litoral Norte de Alagoas, assim como ao sul de Pernambuco, que historicamente integraram um mesmo complexo agroindustrial canavieiro, como um dos focos de maior tensão social e incidência de conflitos agrários do País.

Ainda nas duas gestões de Lessa (1999-2002 e 2003-2006) foram introduzidas importantes mudanças na estrutura das polícias civil e militar. De maneira semelhante ao Estado do Ceará, em Alagoas também foi modificada a estrutura da Secretaria de Segurança Pública. Foi criada a Secretaria de Defesa Social em substituição à antiga Secretaria de Segurança Pública reunindo, sob um único comando, as Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. As nomeações de delegados de polícia passaram a atender critérios mais técnicos. Rodízio de delegados foi adotado, não mais dirigido por reivindicações de lideranças políticas, famílias ou de grupos econômicos, dificultando assim o loteamento de setores das polícias. Gradativamente, os cargos na cúpula deixaram de ter pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas com o crime. Estaria assim sendo construído um novo ambiente no meio policial, conforme avalia o ex-ouvidor geral do Estado de

Alagoas “não se trata mais crime em gabinete... pode não parecer muita coisa, mas em Alagoas é fundamental” (Entrevista concedida em 16/06/2005).

Desde então passaram a ter mais visibilidade crimes praticados por agentes do Estado como da “gangue fardada”, quadrilha responsável, entre outros crimes, por diversos episódios de pistolagem com a participação de policiais e liderada pelo Cel. Manoel Cavalcante que, com outros, acabou preso e condenado.

III Estudo analítico das percepções coletivas sobre as polícias

3.1 Percepções das polícias sobre suas práticas institucionais

A instituição policial no Brasil é oficialmente reconhecida como Polícia Civil e Polícia Militar. A Polícia Civil é a judiciária, investigativa. Nos estados, está subordinada diretamente ao Poder Executivo (Governador e Secretário de Segurança Pública). A Polícia Militar também está subordinada ao Governo Estadual, é parte integrante da Segurança no Brasil e tem função de policiamento ostensivo, preservação da ordem pública que deve se realizar através de ações preventivas e repressivas.

A polícia civil brasileira foi instituída desde o Império, sob o domínio do rei, com a prerrogativa de ser Judiciária. Somente com a Proclamação da República é que a legislação da Polícia Civil passa a ser do governo republicano que incube aos governadores a legislação de cada polícia nos estados. Atua, portanto, desde o século XIX, com ênfase na investigação e, mesmo passando, ao longo dos séculos, por transformações nas suas denominações e funções, motivadas por interesses político-partidários e por mudanças históricas, consolidou-se, com a Constituição de 1988, no Estado Democrático de Direito: “As Polícias Cíveis dirigidas por delegados de Polícia de carreira incumbem, ressalvada

a competência da União, as funções de Polícia Judiciária, exceto as Militares” (art. 144, parágrafo 4º, cap. III, tit. V).

A Polícia Militar brasileira também foi criada no regime imperial, também denominada de “Força Policial”. “Um Decreto de 13 de maio de 1809 criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia no Rio de Janeiro - RJ; este Decreto assinalou o nascimento da Polícia Militar do Estado de Guanabara. Era o príncipe Regente reconhecendo a necessidade de uma organização de caráter militar para o provimento da ‘segurança e tranqüillidade pública’ na cidade do Rio de Janeiro”. Mais tarde se consolidaria como força vinculada ao Exército, assemelhando-se a esta organização, com as mesmas denominações e hierarquias do Exército, “com a instrução e o ensino por ele fiscalizados e o acesso aos Centros de Instruções e Ensino assegurado; teriam de ter mobilização, efetivos de guerra e suas próprias reservas”. Somente com a Constituição de 1946, a Polícia Militar é reconhecida constitucionalmente como instituição destinada à manutenção da ordem, à segurança, tendo seu regulamento aprovado “por Decreto n. 66.862, de 08 de julho de 1970”, que “deu mais amplitude da expressão constitucional de ‘manutenção da ordem pública’¹⁴.

Definidas as instituições policiais, passa-se aqui a elucidar as interpretações elaboradas pelos próprios policiais sobre a instituição de que fazem parte, seu desenho institucional e as mudanças na condução da política da Segurança.

¹⁴ Ver Histórico da Polícia Militar no Brasil no site <http://www.pm.ms.gov.br/historico.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2005.

O fato da transição democrática no Brasil não ter sido suficiente para a consolidação da redemocratização das instituições, no seu intestino e na mentalidade do povo brasileiro, é um dos quesitos mais elucidativos para compreender as instituições policiais; é um ponto de partida para entender a forma como se constituíram, ao longo dos anos, as crises que se prolongaram e que pressionaram mudanças, avanços e desencontros da área da Segurança Pública. Isto é fundamental para compreender as representações e práticas institucionais. Entretanto, esta compreensão não ocorre de forma isolada dos esquemas de percepção dos agentes da segurança e da coletividade social que, além de estarem cravado no berço cultural e político-institucional em que nasceram, também são construídos com base nas experiências vividas e na criação de formas de ver e pensar o mundo. O que se percebe das instituições policiais?

As percepções dos quadros policiais nos dois estados pesquisados sobre a segurança pública e, especificamente, sobre a polícia, tomam formas variadas no mundo vivido. Há discursos generalizantes, defensivos, omissos, próprios das autoridades e que se estendem a outros policiais na forma de percepções e de diferentes práticas, sejam baseadas na oficialidade da lei, sejam relacionadas à clandestinidade. Há também discursos minuciosos, detalhistas, reveladores, que podem ser críticos ou não, mas que expõem, entre representações e práticas, modos concretos do saber-fazer policial.

Em Alagoas, de uma maneira geral, as mudanças implementadas na Segurança Pública, fruto especialmente da luta de entidades organizadas de direitos humanos, levou à percepção da qualidade das intervenções, sendo reconhecida pelos atores envolvidos e ressaltada pelos movimentos sociais

envolvidos na luta pela terra. De uma maneira geral, a qualidade das intervenções é reconhecida pelos atores:

A mudança é conjuntural. Acho que tem policial que vai querer descontar os oito anos de Ronaldo Lessa caso vença um governo de direita radical. Nesta questão aí, acho que ele foi importante. Claro que vai ficar aí uma semente, de que o policial militar não é uma pessoa para agredir, mas para proteger, para defender a vida e não o patrimônio (Depoimento concedido por uma liderança, Grupo Focal de Movimentos Agrários, 25/07/2005).

A própria sociedade em alguns momentos ela cobra e nos identifica como uma polícia diferente. Como se tivesse uma polícia dos direitos humanos e uma outra polícia. Dependendo da necessidade, a sociedade cobra uma ou outra, Se a manifestação é dele, ele quer a dos direitos humanos, se do outro ele quer a outra (Depoimento por um oficial Militar, 28/06/2005).

Além dos conflitos agrários, a atuação da Polícia Militar, através do Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária, passou a acompanhar ações de “sem teto”, mutuários, ações conflituosas a partir da prostituição de mulheres e travestis na porta dos hotéis da orla marítima, manifestações sindicais, do transporte alternativo e de taxistas, bem como demandas urbanas por quebra molas, segurança e outras.

Entretanto, o que ficou evidente, tanto em Alagoas como no Ceará, é a percepção de discursos generalizantes que são aqueles que respondem a quaisquer questionamentos sobre criminalidade e problemas na segurança como alvos da questão social, justificando o papel do governo e reduzindo o papel da polícia no controle da criminalidade.

Interessante destacar nas várias percepções já demonstradas ao longo desta análise a idéia de que Segurança Pública não é apenas questão de polícia, mas de ação conjunta com outras instituições sociais que interferem diretamente na dinâmica da vida cotidiana. É claro que quando há instituições públicas fracas, têm-se sérias ameaças à segurança pública em geral. Entretanto, sabe-se que há uma instituição diretamente responsável pela segurança da população, da qual é exigido um trabalho mais específico e rigoroso no controle da criminalidade. No entanto, essa criminalidade é vista por um conjunto de agentes ligados à segurança pública como fruto de uma situação sócio-política problemática, cabendo às instituições sociais a responsabilidade de detê-la e não à polícia. Claro que não é a instituição policial a única responsável pelo controle do crime, mas um tipo de pensamento generalizante pode fazer sucumbir o papel da instituição policial a ações pontuais nem sempre rigorosas e eficazes. Tal discurso tende a otimizar e racionalizar os recursos materiais e humanos a serem investidos em estratégias de segurança, justificando a demora na execução de projetos à falta de contratação de um maior efetivo policial, à não reestruturação física de prédios e compra de equipamentos, à não re-qualificação de policiais, entre outros investimentos necessários. Um discurso desse tipo, como o anúncio do governador de que “nunca um governo investiu tanto nessa área” (O Povo, 18/05/2005), tanto pode ser fruto das percepções de mundo que orientam a ação dos gestores governamentais como, também, funcionar com o objetivo de inculcação no imaginário da sociedade de que se está fazendo o possível, justificando, muitas vezes, práticas indevidas nos quadros policiais, já que se trata

de uma área que contribui, mas que não é a responsável pelo controle da criminalidade. Para Silva Filho, entretanto,

A polícia tem um papel significativo na prevenção criminal, ainda que as autoridades prefiram debitar a outras intervenções sociais sob o argumento derrotista de que a polícia não controla as causas do crime e, conseqüentemente, pouco pode fazer. Polícia realmente não controla as causas do crime. Ela existe justamente porque outros fatores psicológicos, morais e sociais podem falhar ao se lidar com as causas. Não se pode ficar esperando a reversão da atual iniquidade social ou os incertos resultados de outras medidas governamentais e sociais. Não há outra alternativa senão exigir da polícia rigoroso e urgente ajustamento para atender às demandas de prevenção da violência, principalmente a letal, com a máxima eficácia possível, numa velocidade que só ela pode oferecer (Silva Filho, 2002, p. 68).

Outros discursos são construídos com base nessa concepção generalizante. As várias justificativas para um trabalho ineficiente vão desde a idéia de falta de condições de controle do crime em cidades problemáticas, no nosso caso específico, Maceió e Fortaleza, como também à justificativa de práticas insensatas e violentas contra pessoas e não contra o crime, pois, já que não é possível controlar o crime, passa-se a eliminar quem mais aparenta a figura do criminoso: o pobre, o negro, o jovem.

Não dá pra controlar, é muito crime e os recursos são poucos, o governo faz alguma coisa, mas a situação social é muito gritante, então a gente tem que fazer o que pode... [*em outro momento da conversa, o policial afirma:*] Eu já sei quem são os bandidos do bairro, aqueles gangueiros, ladrão de casa, é um “mundarel”, não dá pra controlar, governo não controla, polícia não controla, prisão não controla. Numa abordagem policial eu não posso deixar que o bandido me receba com um tiro, eu dou logo (Depoimento concedido por um policial militar em conversa informal, registrado em diário de campo, em 12/07/2005).

A generalização do papel da segurança tem relação direta com a desqualificação dos policiais de ponta, aqueles que não são ouvidos em seus

atos, quando têm que agir no momento, sem muita reflexão. A PM, acostumada com a falta de recursos e de qualificação, com a prática pontual ordenada pela autoridade e com as cenas cotidianas do mundo do crime, vai agir conforme aprendeu na caserna: o combate ao inimigo. Ou busca conter o crime pontual, seja prendendo, seja agindo com violência, ou não age mais conforme as regras, livra-se do problema de algum jeito, corrompe-se, enfim, age simplesmente. Para alguns policiais civis e militares, agir com violência ou se envolver em crimes ocorre muitas vezes porque o policial aprendeu assim e não há motivação nem formação suficiente para a mudança. “Os policiais só podiam fazer isso, porque eles só sabiam fazer isso, o limite deles era esse, tá certo? O limite deles era esse” (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 05/02/2002)¹⁵.

Um discurso reducionista sobre a prática policial pode levar a percepções e práticas que demarcam a intervenção policial a ações irracionais, à investigação desqualificada, ações estas menos centradas na defesa do direito da pessoa e mais na defesa dos bens patrimoniais, muitas vezes atuando através de ações que extrapolam ou aniquilam o direito de vida das pessoas.

O que se configurou nesta pesquisa, tanto no Ceará como em Alagoas, é que as políticas de segurança, com todas as mudanças institucionais até então realizadas, não têm conduzido os policiais a uma abertura de mentalidade que os faça pensar, a maturar suas ações de forma racional, a partir de um conhecimento básico de sua própria função: “a de servidor público” e não um “superior de ninguém”, como disse um delegado entrevistado e um jovem do grupo *Hip Hop*: “um servidor do Estado, um servidor público”.

¹⁵ Entrevista concedida em pesquisa anterior, realizada no período entre 2001 e 2003.

Por outro lado, o discurso otimista e geral tem aderido às tentativas de transição, de mudanças institucionais implementadas pelos gestores da Segurança Pública, especialmente investimento em modernas tecnologias e na qualificação mais abrangente dos quadros policiais, exaustivamente descritas na primeira parte deste relatório: “a polícia tem que ter mais pulso em direitos humanos, a polícia tem que trabalhar mais a questão da cidadania, tem que se qualificar, se formar, essa nova modalidade da política de segurança pública que alcançamos” (Depoimento concedido por um Oficial militar, em 06/08/2005). Entretanto, para os policiais de ponta, que estão na rua ou nas delegacias, essa questão ainda é abstrata demais, não lhes chegou à concretude do dia a dia. É a mesma constatação de Marcos Luis Bretas:

É na atividade cotidiana dos policiais que podemos buscar as origens de seu saber, que ainda permanece largamente informal, distinto do treinamento que mais e mais se tenta oferecer nos centros de instrução. Se existe hoje uma preocupação acentuada em oferecer a novos policiais um treinamento mais adequado e melhor direcionado para temas, como respeito aos limites legalmente estabelecidos de sua atuação, um dos pontos mais difíceis de quebrar será certamente o outro aprendizado, que é oferecido quando o novo policial passa da escola a rua, onde as verdades da profissão são apresentadas de forma muito diversa (BRETAS, 1989, p. 83).

O movimento da relação entre o saber policial e sua prática tem ocorrido a partir do legado histórico do autoritarismo militar, internalizado profundamente na mentalidade policial e, também, a partir do momento em que os policiais encontram-se na rua para atender as demandas da população e da sua função de combater o crime. Mesmo que os ventos da democratização e da modernização tecnológica e de formação tenham chegado às corporações, estas ainda não se

desvencilharam de práticas representativas do “saber informal”, bem mais inculcado no seu cotidiano, permeado de amplas violências de todos os tipos. A prática tem sido, na maioria das vezes, o uso da força para se antecipar ao perigo iminente, ou seja, atingir o “suspeito” antes que ele atinja o policial. Tais representações e práticas sociais têm degenerado o conceito de autoridade.

Alguns delegados e outros policiais, no entanto, dizem tentar consolidar práticas eficientes e corretas para um quadro policial acostumado com a força e não com o diálogo.

Eu tinha medo das críticas, mas mais forte do que isso fui eu, “eu vou encarar a parada, eles têm que ser por mim.” Então eu comecei de leve, “vocês tem que fazer assim, tem que entender as pessoas, tem que cumprir a cidadania...” Isso não quer dizer que nós estamos sendo frouxo não, eu quero deixar bem claro, nós estamos fazendo o que é certo, é claro que se tiver uma reação nós vamos reagir com mais força, porque nós somos a lei, nós somos o braço forte do Estado, mas primeiro a gente tem que ir e cumprir o que determina o código de processo penal e a constituição. E eu deixava bem claro que nisso ninguém tava sendo covarde, tava sendo mais homem, mais corajoso do que a gente fazia antigamente... (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 05/02/2002)¹⁶.

Vale destacar o significado atribuído à expressão “polícia de antigamente”, comumente empregada pelos policiais em oposição ao significado de “polícia de hoje”, principalmente quando se trata de questões relacionadas ao maior controle da prática policial e sua obrigação de cumprir os preceitos sociais de respeito aos direitos civis conquistados pela democratização do País. “Polícia de antigamente” está relacionada à polícia que tinha força e autoridade, não era “frouxa”: “não tinha isso não, você vai, entra na casa, invade a casa, se tiver gente armado, não tem voz de prisão, mata mesmo e fica por isso, certo?” (Depoimento

¹⁶ Entrevista concedida em pesquisa anterior, realizada no período ente 2001 e 2003.

concedido por um policial civil em conversa informal, registrado em diário de campo, em 06/08/2005). Sob a vigilância de novos valores, associa-se a “polícia de hoje” à ingerência e controle indevidos de instâncias que atuam a partir de referenciais que não estão associados ao fortalecimento da instituição policial como detentora de autoridade e mando sobre o outro, objeto de sua ação, que termina por punir unicamente o policial. “Hoje não, ninguém pode fazer nada que vai pra corregedoria e o bandido fica solto” (idem).

No Estado do Ceará há uma especificidade que é interessante descrever: a percepção dos policiais sobre um órgão responsável pela correção dos policiais que cometem crimes – a Corregedoria Geral dos órgãos de Segurança. A Corregedoria Única não é bem vista por alguns policiais do Ceará que a consideram punitiva demais e, muitas vezes, responsável pelo desestímulo ao exercício da profissão policial. Subentende-se daí uma representação do trabalho do policial como uma vocação em oposição ao sentido de uma função pública. Neste sentido, cabe ao policial agir com toda a autoridade, seja ela em que circunstância for. O controle externo à prática cotidiana, de base, passa a ser compreendido, desta feita, como desestímulo ao papel do policial: Sob controle, afirmam alguns policiais entrevistados, muitos policiais “temem agir com mais autoridade e força, não pode dar uma tapinha só” (Depoimento concedido por um policial militar em conversa informal, registrado em diário de campo, em 06/08/2005). Para o entrevistado, há policiais que, muitas vezes, “nem gostam mais da polícia, estão lá só pelo emprego, mas estão desestimulados” (idem). “Esse pessoal vem procurar a polícia não pela polícia em si, mas sim pela profissão, pelo emprego em si, pela remuneração, porque tá difícil, né, o emprego

tá difícil” (Depoimento concedido por um Delegado de Polícia em conversa informal, registrado em diário de campo, em 06/08/2005). Para um dos corregedores da SSPDS do Ceará, entretanto,

Eu acho que por qualquer coisa tem que ir pra Corregedoria, porque se você vai autorizar e acha normal bater em alguém, amanhã nós vamos ter uma série de assassinatos. Eu acho que você é um servidor público, o policial é um servidor público, se ele trata mal o seu cliente e esse cliente denuncia, ele tem que vir pra corregedoria prestar explicação. Eu acho que na verdade uma atuação firme da corregedoria ela se mostra decidida quando as pequenas faltas também são objetos de apuração rigorosa, e nós temos aqui reclamações, várias reclamações de delegados, “mas não sei o quê, eu fiz só isso...”, “mas você fez, não é só isso. Se você não fizer você não vem pra corregedoria”. Porque antigamente havia também essa cultura, ele podia fazer só isso, só bater, desde que não matasse, aí não vinha pra corregedoria, só vinha se matasse. Então agora se ele fizer só isso ele vem (Entrevista concedida por um Corregedor em 22/07/2005).

O fato é que alguns representantes do governo e da SSDPS do Ceará não aderiram totalmente às mudanças, ao não investir amplamente na qualificação integral do policial (capacitação humana, profissional e de mudança de mentalidade), além de não prover uma efetiva participação da população, através da participação fiscalizadora e propositiva de entidades representativas da sociedade civil nos assuntos de segurança. Para um delegado, essa tensão se mantém, tornando a polícia confusa e despreparada:

Nós temos uma polícia ainda muito confusa em relação a suas atribuições. Nós temos uma parte da polícia que não sabe ainda o que significa ser policial, o policial não passa de um servidor. Nós temos uma parte considerável que ainda se acha superior e aí quando quer usar uma arma ou quando assume uma operação, a tendência é abusar e nós temos também, por outro lado, uma parte da polícia que quer de alguma forma se adaptar aos novos tempos, mas não recebe instrução pra isso, eles sabem que alguma coisa tem que mudar, mas não sabem bem o que é, porque embora eles queiram, ainda há um ranço por parte de alguns setores da administração que entendem que uma

participação, uma abertura pra participação popular ainda é perigosa porque alguns setores acham que a transparência, na verdade, não deve se aplicar na segurança, que é importante, dadas as razões de Estado; que a segurança mantenha-se absolutamente fechada ou fechada em parte. Então nós temos ainda esses conflitos, e esses conflitos ainda se formarão enquanto o policial não for formado de uma maneira absolutamente transparente, enquanto não houver uma integração, por exemplo, das universidades na formação dos policiais, e a universidade não deve participar só quando é chamada, deve se criar canais pra que a universidade tenha que ser chamada, não é dependendo da boa vontade de uma ou de outro. Quer dizer, essa formação deve passar obrigatoriamente pela universidade e deve também essa formação ser objeto de um controle também muito forte por parte da comunidade (...) Nós temos uma polícia que não sabe pra onde vai, não sabe ainda, não percebeu que o policial é um servidor público, acha que ser policial me confere um direito especial, que é o direito de bater, em nome do Estado (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia em 22/07/2005).

Esta fala bem sintetiza o complexo estado da arte da instituição policial no Ceará, imersa em um campo de disputa política e simbólica entre um ideário voltado para mudanças estruturais e de valores, por um lado, e as reminiscências operantes tipicamente representantes de um ideário conservador e refratário às mudanças implementadas. Encontramos indivíduos, nos mais variados degraus da hierarquia policial que reafirmam, de forma aguerrida, as visões contidas no depoimento acima referido. No entanto, uma significativa parcela da polícia encontra-se amplamente despreparada e desconforme às mudanças instauradas a partir de 1997.

Alguns policiais envolvidos por diferentes interesses, alguns por motivações políticas, ao participarem de entidades de direitos humanos ou sindicatos, outros por interesses profissionais ou particulares, têm demonstrado um discurso mais minucioso, mais crítico em relação à atuação da própria polícia,

especialmente em relação à atuação dos gestores. As recentes crises na Segurança do Ceará, no ano de 2005, especificamente, os levaram constantemente à imprensa, divulgando estatísticas e imagens sobre o quadro policial, em termos estruturais, principalmente os representantes da Polícia Civil que se mobilizaram em torno de uma greve em meados de 2005. A partir dessa mobilização, foram capazes de elaborar um quadro da desestrutura das delegacias, com imagens registradas em vídeo, e publicadas nos jornais locais, socializando com a população os transtornos da estrutura física e da insuficiência de efetivos e de qualificação para atender a população: “há policial com 20 anos de atividade que nunca fez um curso de reciclagem sobre noções de Direitos Humanos, relações humanas, técnica de investigação” (Delegado de polícia, Jornal O Povo, 14/11/2005). Tal retrato também condiciona o trabalho e conduz ao desestímulo.

O desestímulo é, de fato, um sentimento profundo entre os policiais. Para Luzimar Moura, presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil, ao comentar sobre a diminuição dos investimentos em segurança pública, faz uma lista de problemas por ele julgados como centrais para explicar a situação da atuação policial no Ceará: “falta de condições de trabalho, desmotivação, sucateamento (...) a queda do investimento repercutiu na qualidade do serviço prestado à população” (O Povo, 23/05/2005).

O desestímulo, a desqualificação e o despreparo são alvo de intenso debate entre policiais civis, oficiais militares e gestores que ocupam lugares de comando ou de destaque na Instituição. No entanto, esta mesma questão passa ao largo da visão dos policiais militares e civis, daqueles que estão diretamente

lidando com a repressão do crime, na rua e na investigação cotidiana, nas delegacias. O depoimento a seguir traduz uma representação tensa da polícia ideal, que envolve a discussão sobre unificação das polícias, expressando que muito ainda há o que se debater sobre a função policial. Trata-se de um depoimento que não chegou às bases policiais ou que não é reconhecido, mas que é importante à continuidade desta reflexão:

Eu acho que não se admite mais você ter uma polícia militar, eu acho que essa foi a minha grande decepção com o governo Lula, porque nós passamos muito tempo estabelecendo um consenso de que esse modelo está falido, de duas polícias, e nós temos agora quase três anos de governo e eu não vejo uma mobilização efetiva pra mudar esse modelo. Então enquanto você tiver uma polícia militar atuando na segurança pública, você vai ter a repetição de abusos e arbitrariedades, porque a formação militar é pra guerra, não é pra enfrentamento da segurança pública (...) Enquanto não se partir pra unificar as polícias, você vai ter sempre a repetição desses equívocos, porque a polícia é militar e a atuação militar se dá em tempos de guerra. Eu acho que a polícia ideal é a polícia que perceba que não tem mais poder e nem mais força do que ninguém, que são apenas servidores públicos e que a obrigação é servir, e que entenda que a utilização de uma arma não lhe dá prerrogativas que os outros não têm; que o fato de exercerem a segurança pública não lhes confere uma força que os outros mortais não tenham. Eu acho que quando nós tivermos essa polícia que tenha também absoluta certeza de que existe sobre ela um controle forte, firme, mais justo, aí nós vamos ter a polícia, que eu diria, ideal. Eu acho que isso é uma construção, isso vai levar ainda muito tempo, isso depende de muita qualificação, que eu acho que é obrigatório, por exemplo, que toda polícia brasileira crie um sistema de requalificação permanente, no sentido, se o policial comete uma infração não basta a punição, ele tem que novamente voltar pros bancos da academia pra ser requalificado, porque isso aí nós vamos ter policiais com três ou quatro laudas de punição, e na verdade, não estão aprendendo que estão fazendo não diz respeito à atribuição que nós queremos dele. Então, se você punir e não ensina, você vai manter, na corporação, policiais cada vez mais violentos que vão naturalmente olhar não só a corregedoria como esses setores de controle social com uma raiva guardada, com uma raiva que eles vão introjetar, e você não vai modificar esse quadro, é mais ou menos o que acontece, por exemplo, no sistema prisional, quando você prende, você tem que exercer uma atuação didática em relação ao preso, você tem que ressocializar

esse preso (...) Quando o policial comete uma transgressão grave, ele tem que passar obrigatoriamente, no mínimo, três meses sendo requalificado, e fora das ruas, e se ele repete, tem que ser demitido, porque ele teve a oportunidade, se requalificou e não aprendeu, então já mostrou esse histórico que ele era incompatível pra continuar nos quadros. Quer dizer, você não pode ter policial com 20 ou 30 punições (Entrevista concedida por um Delegado de Polícia, em 22/07/2005).

Com isso, é importante pensar de que forma e quais os mecanismos civis poderão controlar e acompanhar a formação e a conduta policial? Ou, sob outro ângulo, porque ainda não se tentou tornar a polícia uma instituição civil no Brasil?

Em relação à permanência do militarismo na área da Segurança, Paulo Sérgio Pinheiro também ergue um questionamento para ajudar a elucidar as sucessivas práticas criminosas cometidas por policiais: “essa sucessão de assassinatos e massacres no campo e na cidade é um legado do enfoque militar que é dado à Segurança Pública” (Pinheiro, 1989, p. 49). Esta questão está diretamente relacionada ao debate em torno da idéia de uma polícia única, de uma ampla qualificação que também corresponde, no depoimento acima, ao fato da impunidade. Não basta qualificar, é necessário que o policial que comete um delito seja re-qualificado para, só então, retomar seu trabalho. Trata-se de uma idéia interessante para dar rumos ao curso dos acontecimentos, no Ceará e em Alagoas. Como visto, neste relatório, mudanças institucionais nos Estados, casos de policiais demitidos, outros detidos, embora a passos lentos, trilhando os caminhos processuais da Justiça, estão acontecendo. O que se percebe é que, cada vez mais, o debate sobre a segurança pública sugere “ouvir os policiais de rua que estão na linha de frente no enfrentamento dos problemas reais” (Silva

Filho e Gall, 2002. p. 212). Além disto, fica claro também a importância das instâncias mobilizadoras da sociedade civil, em Alagoas, especialmente o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; no Ceará, a pressão de entidades de direitos humanos, os conselhos populares para efetivamente participarem, em termos de idéias, fiscalização, controle e discussão sobre a concepção e organização de políticas públicas para o setor de Segurança.

3.2 Percepções da população sobre as instituições policiais

O que os estudos vêm apontando com certa insistência é o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais. Os policiais são percebidos como pessoas que aplicam a lei, de modo pouco satisfatório. A organização policial tornou-se uma organização complexa, afastada das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública (Adorno e Peralva, 1989, p. 02).

As percepções sobre a polícia nos dois estados pesquisados estão cravadas numa tensão entre o ceticismo popular em relação à institucionalidade policial e a necessidade da presença e ação dela no cotidiano das comunidades. Se de um lado, a polícia é necessária, por outro lado, ela é cada vez mais desacreditada, como aborda uma entrevistada: “A polícia e o poder do Estado, tá aonde? Porque a gente tem que ver que a nossa polícia é ruim, mas é dela que nós precisamos, ela é o único meio institucional pra defender o cidadão do bandido, não adianta” (Depoimento concedido por uma Conselheira, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005).

Uma das marcas profundas desta tensão é que o Estado democrático de Direito, com todas as suas instâncias, ainda não conseguiu repelir das corporações a impunidade dos crimes cometidos por policiais, decorrente do autoritarismo herdado da ditadura, além da realização de sua função mais básica, “o controle da violência”, que continua insatisfatório. Como afirma Pinheiro (1989, p. 47).

a democratização política não ataca as raízes das formas sociais de autoritarismo, ou ‘o autoritarismo socialmente implantado’. As práticas autoritárias profundamente enraizadas nas novas democracias permeiam tanto a política como a sociedade. As práticas autoritárias persistem ao nível da macropolítica, por exemplo, em instituições do Estado como a polícia. Ficou provado que é mais difícil instituir práticas democráticas nas instituições encarregadas de controlar a violência do que foram as mobilizações contra o regime autoritário.

Vê-se que, mais de uma década após a publicação do artigo de Paulo Sergio Pinheiro¹⁷, as práticas não mudaram, mesmo com várias mudanças nos modos de gerenciamento da segurança, a mentalidade autoritária continua presente no seio policial.

Esta noção tensa de polícia passa pelas percepções da coletividade. Percebe-se esta desconfiança nos relatos dos entrevistados da pesquisa. São depoimentos de jovens, adolescentes, mulheres e homens inseridos em diversos grupos sociais, com características diferenciadas em torno das organizações políticas, culturais, educacionais, entre outros grupos que constroem redes de relações sociais que formam o conjunto da sociedade. Os depoimentos revelam percepções diferenciadas sobre Segurança Pública e sobre Polícia, entretanto,

¹⁷ Trata-se do artigo “Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias”, publicado em 1989, na Revista Tempo Social, da Universidade de São Paulo.

todos estabeleceram, de uma forma ou de outra, uma relação muito profunda entre elas.

3.2.1 As percepções no Ceará

No Ceará, alguns grupos não diferenciam segurança pública de polícia. Sabem que precisam de segurança através do trabalho policial, mas acreditam não poder contar com ela. Exemplo disto é um grupo de adolescentes formado por uma organização governamental que declarou saber “para que serve” a segurança, mas consideram que “não tem”: “só existe no nome, no fardamento, a polícia (...) policiamento praticamente não tem. A polícia dá uma volta, duas, depois desaparece, se acontece um acidente, um crime ou até mesmo uma morte, a polícia aparece duas horas depois. Onde tá a segurança? (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal de Adolescentes - FUNCI, 01/08/2005).

Outros grupos também projetam essa representação ambígua da polícia e de sua função de proteção do cidadão, revelando-se entre o desejo e a necessidade de ser protegido por ela e o temor de ser vítima dela:

“deixa muito a desejar em todos os aspectos que envolvem a autoridade policial, tanto militar, como civil, como as polícias especializadas (...) ninguém sabe se pode confiar mais na polícia mesmo, não?. Ter realmente uma segurança pública é a polícia fazer o papel dela que é proteger o cidadão” (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal de Torcida Organizada, em 16/07/2005).

Aspecto relevante dessa relação configura-se quando os jovens estabelecem comparação entre o tratamento diferenciado da polícia em relação às classes sociais. Para muitos jovens entrevistados, este aspecto é um dos motivos fortes para desconfiar da polícia, sobretudo se o jovem é de classe popular:

Não tem policiamento. É tipo assim: quando eles estão lá, nos ricos, é uma coisa, aqui é diferente, é diferente a classe, porque somos todos iguais, mas né, é um tratamento diferente, lá é respeito, quando chega aqui, eles têm esse respeito? Pede pra parar? Vêem as pessoas de bicicleta, pedem pra parar? Não!. Vão logo “espera aí, vagabundo!”. Aí os tratamentos. E não pára não! É tanto que a gente ouve principalmente os homens (...) preferem se encontrar com os vagabundo do que com a polícia (Depoimento concedido por um morador de comunidade, Grupo Focal - CEB's, em 22/07/2005).

Exemplo: arrombaram a casa da vizinha, né, no mesmo instante assaltaram o mercantil do Melo, você pode esperar que esses vagabundos aqui não vão pego não, mas os do mercantil vai pego. É isso a diferença (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal de Adolescentes – FUNC1, em 01/08/2005).

As percepções também enfatizam o atendimento nas delegacias como insatisfatório, motivo pelo qual tem crescido o descrédito na segurança em geral. As noções de desconfiança e descrédito têm aumentado por estarem diretamente relacionadas à impunidade e à corrupção, cujos fatos ou são amplamente divulgados pela mídia, ou são percorridos a partir de cujos e experiências individuais vão circulando entre as pessoas e grupos, o que contribui para cristalizar, entre a população, posturas básicas e percepções comuns em relação aos policiais, como bem atesta os depoimentos a seguir:

Aí um delegado desses podia atender a gente direitinho, que eu acho que segurança, a parte dos policiais, eles trabalham muito mal, porque eu acho que os policiais, quando se prepara pra ser um policial né, eu acho que ele se prepara pra trabalhar bem, se ele for pegar um vagabundo, aqui eles tratam o cidadão como se fosse um vagabundo, a gente vê aqui, que eu já vi um policial aqui

prende um rapaz que roubou um celular e bem na frente aqui soltou por 100 reais. Como é que a gente vai acreditar na segurança? (Depoimento concedido por uma liderança comunitária, Grupo Focal CCDS, em 23/07/2005).

Falta muita confiança, hoje em dia. Lá perto da minha casa mesmo, tinha um rapaz lá que era policial um bocadinho de tempo, ele andava de carro, ele era chefe de uma quadrilha de roubar carro, aí um dia ele foi preso, mas já tá na polícia de novo, quer dizer, não deu em nada, ninguém sabe mais nem se é polícia mesmo, se é, se tá ali pra proteger ou se tá pra roubar. Esses dias mesmo, apareceram muita coisa da polícia, né, daquele coronel daqui, muita coisa, grupo de extermínio, essas coisas, ninguém sabe mais se a polícia tá pra proteger, se tá por interesse, né, essas coisas assim (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal Torcida organizada, em 16/07/2005).

Este último depoimento refere-se às várias reportagens noticiadas pela imprensa do Ceará sobre a existência de um suposto grupo de extermínio e de outras práticas de violência policial, de corrupção, de impunidade e outros crimes, já comentados neste relatório. Tais práticas acrescentaram um peso a mais nas representações sobre a polícia. Observou-se, nas entrevistas, algumas falas referentes a estes problemas, ampliando no imaginário da população a percepção da polícia mal preparada, corrupta e criminosa. Alguns percebem como um problema da própria polícia, por ser violenta e corrupta, o que pode ser compreendido como uma dos fatores explicativos de aversão e repúdio de muitos entrevistados à instituição policial: “tudo isso que tá acontecendo, aí divulgado, é por causa da polícia ruim. Eu acho que não tem palavra. Eu tenho pavor de policial, pavor, eu tenho nojo! Tudo de ruim que existe na face da terra pra mim é policial” (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescente – FUNCI, 01/08/2005); “a polícia tá ruim mesmo (...) quando eles abordam eles não querem saber, já vão logo “para aí vagabundo!” E a gente ouve, que é a

realidade, não é generalizando, mas é minoria que age corretamente” (Depoimento concedido por uma moradora de comunidade, Grupo Focal CEB’s, 27/07/2005).

Os relatos sobre corrupção são constantes:

Um caso que você falou, a polícia dá uma voltinha, pega o dinheiro e vai embora, né, isso não é no horário assim de manhã e de tarde não, é madrugada, né. Eu moro numa rua que dá acesso aqui, né, aí o quê que acontece? Muitas vezes assim eu tô em casa aí de madrugada, assim, acordo, ligo a televisão, fico assistindo, aí escuto só aquele barulho, né, aí pára em frente à minha casa, eu olho assim pela brecha da porta e tá o policial, desce, aí tem o cara, dá dinheiro pra ele... é como se o policial protegesse eles das outras polícias. Tipo assim, aqui só roda eu, então vocês me pagam e tá tudo bem, tá entendendo? E eles dão dinheiro pra polícia e não é pouco dinheiro não, não é 20, não é 30... aí a polícia sai e assim é paulatinamente (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescente – FUNCI, em 01/08/2005).

Tem um policial aqui que o pessoal conhece. Aí ele passando, né, (...) descia assim, né, colocava... Tirava (...), colocava (...). Aí se ele diz que a pessoa fez alguma coisa ele diz: “me dá, me dá!” E a pessoa tinha que dá, se a pessoa não desse, pronto, aí ele atirava, aí ele ameaçava. Ele chegou numa pessoa aqui, né, da rua, aí pegou a máquina fotográfica, pegou a TV, disse que ia levar porque ia levar e pronto. Se fosse criar caso com ele, ele ia atirar (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescente – FUNCI, em 01/08/2005).

Alguns grupos entrevistados, como as torcidas organizadas, ao exporem sobre a idéia de despreparo e de corrupção na ação policial, diferenciaram as polícias civil e militar. Interessante perceber que a distinção operada entre uma e outra não diz respeito às atribuições oficiais segundo o estatuto de cada corporação, mas refere-se a uma elaboração mental construída socialmente a partir do saber prático acumulado por cada grupo no enfrentamento cotidiano com as instituições: “A polícia militar no caso, o pessoal é despreparado na questão de

não ter educação, de não saber lidar com o cidadão... acha que todo mundo é vagabundo e dá porrada sem contar história. E a polícia civil, né, é altamente criminosa, na parte de drogas e de tráfico, de armas” (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal Torcida organizada, 16/07/2005). Para esses jovens entrevistados, aspectos como rudeza e despreparo para lidar com o cidadão é um atributo distintivo da Polícia Militar, enquanto que a Polícia Civil está associada à prática criminosa mais especificamente. Evidentemente que aqui pode ser almejado um recorte de classe, uma vez que tais representações vão variar de acordo com a experiência efetiva de cada grupo.

Estas referências comparativas não se repetiram com frequência. A maior parte das falas revela conteúdos que não estabelecem diferenciações entre as polícias, especialmente quando se referem às práticas violentas. Entretanto, em relação aos entrevistados pelo Grupo Focal no CCDS, percebeu-se um esquema distintivo entre as duas polícias. Os conselheiros entrevistados declararam trabalhar mais próximo à Polícia Militar e que o tratamento mais atencioso desta ao lidar com a comunidade faz a diferença: “somos bem atendidos pela Polícia Militar, o major é uma pessoa honesta e direita no seu trabalho” (Depoimento concedido por um conselheiro, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005). Por outro lado, encontramos grupos cujo entendimento sobre as diferenças revelou uma visão mais racional da instituição, ao mesmo tempo em que pragmática. Os entrevistados dos Grupos Focais GRAB (representante da comunidade de homossexuais) do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, do *Hip Hop*, entre outros, revelaram saber a função policial disposta na

Constituição do Brasil, não se detendo às diferenças efetivas nas ações cotidianas delas. Os entrevistados do Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos revelam que “não vejo diferença, a polícia militar é mais ostensiva, a civil é investiga, uma prende, a outra apura. Eu acho que a periculosidade está nas duas” (Depoimento concedido por um sindicalista, Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, 25/08/2005). Visão esta que é complementada pela percepção do grupo de adolescentes que, embora considere ambas “a mesma coisa”, afirmam que a polícia militar está mais presente nas ações cotidianas:

É a mesma porcaria, né, mas os militares é o destaque, os militares é o destaque, porque são eles que avacalham praticamente tudo. Até porque são eles que tão mais presente, né, se tiver uma viatura civil, uma viatura federal, a gente vê mais as militares, eles mesmos que fazem... eles são os ladrões, eles são os ladrões, porque eles roubam e não são culpados e nem pagam pelos seus atos. É isso. Eles são os ladrões. Na minha opinião, eles que são os ladrões. O marginal ele rouba, vai pra cadeia, paga pronto, tá de volta, o policial não, o policial rouba, rouba, rouba, rouba, engana, corrompe os outros, mas ele nunca vai preso, por quê? Porque sempre o que vale é a palavra deles. Então isso pra mim tem que ser mudado, mas como mudar é o problema (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescentes – FUNCI, em 01/08/2005).

A violência policial é tema abordado por todos os grupos entrevistados. Análises também do material jornalístico apresentaram um tipo de “linguagem da violência policial” e amplo despreparo da polícia local ao lidar com alguns crimes que envolvem, principalmente, a juventude. Notícias veiculadas pela imprensa retratam a forma ineficiente e de despreparo, não apenas de policiais de ponta, como também por parte do comando da polícia, como já fora analisado por Barreira (1999).

Percebe-se uma relação direta entre os vários temas abordados nos diferentes setores sociais e quase uma idéia de institucionalização da truculência policial presente no imaginário coletivo. Muitos exemplos foram citados pelos entrevistados, que falam da exacerbação da violência. Para os estudiosos, isto tem relação com a história autoritária do País, como já colocado por Pinheiro (1989) e outros pesquisadores, de cujas análises pode-se compreender que o legado autoritário não só envolve a violência policial como também uma população cujo *habitus* está profundamente enraizado em pré-disposições de uma cultura de violência:

A violência policial tem imediata relação com a denominada “cultura violenta” da sociedade brasileira. Se de um lado, aqui se comenta sobre a polícia que bate, é necessário considerar também que a sociedade legitima práticas violentas, na medida em que atribui à instituição policial a total delegação de responsabilidade pela segurança. De certa forma, a população incorpora a violência policial e cobra isso da polícia. Se por um lado, alguns oficiais da polícia militar e delegados e inspetores da polícia civil têm apresentado em discursos e em algumas ações, mudanças, por outro, tem-se observado que a população incorpora ambigüidades do senso comum que oscila entre o autoritarismo e a mudança democrática. Nesses termos, existe uma cobrança de que a polícia seja “o carrasco da sociedade”, considerando a velha e inócua concepção de que para banir a criminalidade é preciso combater o “bandido” com força, único meio de fazê-lo parar (ALMEIDA; BRASIL, 2004, p. 128).

Percebe-se a população fazendo a crítica à violência, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, solicita esta mesma violência, utiliza a mesma “linguagem policial”, como “vagabundo” ao se referir a pessoas que cometeram delitos. Não é a violência em si que muitos questionam, porque desejam a violência para aqueles que consideram bandido como falou uma entrevistada “devia também complicar esses adolescentes porque eles andam armados, do mesmo jeito que o de maior

merece peia, o adolescente merece também” (Depoimento concedido por uma moradora, Grupo Focal Associação de Moradores de Área de Risco, 10/08/2005). Da mesma forma, os adolescentes demarcam um tipo de violência que deveria ser utilizada para os “vagabundos”:

... vi o farol assim na minha frente, “ei, pare aí, pare aí!” Aí quando eu olho assim é o policial, né, aí eu parei. Aí ele veio correndo, né, “encosta na paredel” Aí eu encostei na parede, aí ele chutou as minhas pernas assim, “abre as pernas vagabundo!” Aí eu abri as pernas assim, aí ele foi lá e disse: “tu vai pra onde?” “Não, eu vou ali no Parque Santa Maria.” Aí ele: “é, viu? Essas viagens eu sei pra que é! Vai lá!” Aí eu peguei e saí. Eu ia lá resolver um problema, né, enquanto os vagabundo não leva nada (...), tá entendendo? Ele me parou, chutou minhas pernas, chamou de vagabundo, me agrediu tanto fisicamente como moralmente, né, e se a gente for tomar iniciativa vai valer a palavra de quem? A minha ou a do policial? Claro que vai ser a do policial (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescentes – FUNCI, 01/08/2005).

Há uma rede contraditória no relacionamento entre polícia e comunidade que vem alimentando, de certa forma, a violência policial. As percepções da população sobre a violência policial são ambíguas e tensas, haja vista que, ao mesmo tempo em que a população rejeita a polícia e constrói o medo dela, também reforça o autoritarismo e a violência, admitindo e solicitando tais práticas, especialmente em relação a adolescentes infratores. Há uma

ambigüidade do sentimento das pessoas com relação à polícia: elas tendem a não acreditar na polícia mas isso não se traduz por demandas de melhora no desempenho ou de controle sobre essa instituição. Muito pelo contrário, a desconfiança caminha lado a lado com a concordância do comportamento arbitrário da polícia (CARDIA, 1989, p. 249).

Entretanto, os casos de truculência também são percebidos como desproporcionais à função policial, que na atualidade, passa a ser confrontada

com as ações de caráter privado, realizadas pelos próprios policiais como forma de agregar mais valor aos seus soldos. Os chamados bicos são crescentemente praticados por policiais na esteira da prolífera indústria da segurança privada, movida pelo medo coletivo orquestrado não só pelos fatos objetivos, como também por uma onda de “mais violência” que tem levado toda a sociedade a uma reclusão privada ou à busca de proteção exacerbada, o que vem justificar ações privadas de segurança como modo inexorável de proteger-se ou sentir-se seguro. Os precários soldos também levam à vulnerabilidade da busca de outras práticas ilícitas, embora em parte consentidas pela coletividade, reveladas pelos acordos tácitos “do toma lá, dá cá” entre comerciantes locais e policiais como forma de vigilância patrimonial, proteção pessoal e combate ao crime. O embricamento de situações como essas conduz a um dos elos explicativos do caso do suposto envolvimento da Polícia no recente caso de grupo de extermínio, conforme já analisado em sessão anterior deste relatório e atestado, no seu varejo, pelas percepções ordinárias dos moradores em bairros populares, como atesta o depoimento a seguir:

... a polícia que a gente conhece aqui no bairro do Pirambu é uma polícia que mata, não é a que defende o cidadão, eles defendem os comerciantes, que já pagam eles através dos impostos, e que o cara lá vai dá (...) um soldado no fim de semana, dá um auxílio à família, que é errado, daí eles defende com unhas e dentes o comércio deles. Tem muito policial aqui que ele ganha mais do que o salário dele de policial fazendo bico nos mercadinho, roubando, usando o patrimônio do Estado, ele é um servidor do Estado, um servidor público, e fica dando segurança privada a muitos aqui no nosso bairro... (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal *Hip Hop*, 16/10/2005).

Explicações de natureza estrutural associam-se, aqui, ao *habitus* específico da cultura policial, de caráter autoritário, como já explicitado anteriormente, que vem fundamentar o *modus operandi* dos policiais em muitas situações de enfrentamento com os grupos sociais considerados desviantes (seja do campo econômico, moral, cultural ou étnico). O conjunto dessas situações de confronto entre policias e população, revelado pela observação ou vivência imediata com as ações de truculência policial, passa a ser narrado pelos cidadãos comuns com conteúdos semantizados e incorporados ao imaginário da população como extremamente violentos, constituindo, deste modo, o núcleo das representações dos grupos populares sobre a polícia:

O policial chegou, só podia tá drogado... Duas motinha, as moto-patrolha pediram apoio dessa viatura, uma blazer, e quando chegou, o cara escorou ele na blazer e deu com o fuzil...tentou dá uma porrada nele, sei lá, nem foi com o cabo, foi com a ponta, do jeito que ele tacou rasgou calção, rasgou foi tudo do cara. Até hoje o cara não come sequer pão, ele só come tudo passado no liquidificador. A gente poderia até tentar conversar com ele, só que ele é tão traumatizado dum jeito, que quando ele vai falar do assunto ele começa logo a chorar. E se ele também ficar nervoso ele já desce tudo também, anda com fralda descartável até hoje o cara. A gente poderia até tentar ter uma conversa com ele, não sei como é que a família dele ou se o grau do processo permite ele tá... Agora, bom que vocês pegassem isso daí, porque aí já divulgaria e servia até de instrumento de justiça. (idem).

Toda vida ela {a polícia} foi violenta... Esse rapaz que tá doído também ela deu uma pisa nele não tá com 5 meses, o rapaz fumava droga, endoidou, aí chamaram pra levar pra dormir lá, ela chegou...as crianças tudinho assim, sacudiu uma cadeira dessa da residência da mulher no espinhaço do rapaz e o rapaz: "ai, não faça isso!" E eles quebrando e a véa gritando que não batesse mais no filho, que ela ia tirar, né. Deu até deixar estatelado, ainda pegou foi assim na velha e disse: "não converse muito não, se não eu dou já uma chibatada pra você saber quem é esse vagabundo!" O rapaz não era vagabundo, era cidadão, porque ele nunca roubou ninguém, fumou a droga e não soube pegar, né. Mas era pra ele ter pegado, botado na viatura e ter levado pra dormir e de manhãzinha soltava o rapaz pra vir trabalhar. Foi peia

pra todo mundo vê, todas as crianças... (Depoimento concedido por um conselheiro, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005).

Quando acabou o jogo, a gente indo pro carro, eu e uns colegas meus, o batalhão de choque chegou, mandou todo mundo encostar na parede, quem tava na ponta até onde eu tava, levou porrada, entendeu, porrada mesmo, teve gente que levou porrada, caiu no chão, pedindo pelo amor de Deus pra ele parar de bater, tá entendendo? E ele continuava batendo e rindo, ta entendendo, a gente olhava nas cara dos cara...que eles tavam com prazer de bater e tal...*"vagabundo é assim mesmo"* tem que levar... (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal Torcida organizada, 16/07/2005).

A violência policial tem sido representada, também, relacionada à tortura, um elemento que, apesar de ilegal, é uma prática comumente referida ao cotidiano da polícia. A tortura tanto tem servido para extrair da pessoa confissões, quanto para mostrar a força e a autoridade e, ainda, como meio de intimidar a pessoa a não denunciar esse tipo de ação. De todas as formas, tem servido para aumentar a violência e o ódio entre policiais e população.

...Um caso de um amigo meu, inclusive, eu tinha saído com ele à noite, fomos pra uma boate na praia de Iracema, isso faz uns 4 anos, aí eu fui embora mais cedo e ele ficou na boate, quando foi dois meses depois ele me contou que saiu ali, onde era o avião, aquela lanchonete, ele saiu com um menino que tinha conhecido na boate, né, (...)...agora, por sair da boate gay, né, os policiais levaram os dois pro galpão da praia de Iracema, o galpão abandonado que tem na esquina, torturando eles até de manhãzinha, botar revólver na boca deles, dizendo que ia matar, (...) em cima dele, fizeram eles tirar a roupa, foi horrível. Ele foi torturado até de manhãzinha por dois policiais, os dois, né. Ele disse que o outro menino, coitado, ficou em estado de choque, disse que jamais fosse sofrer aquilo. Aí é horrível, né, dá uma sensação de revolta e impotência, né, que ele jamais iria denunciar os policiais por medo e repressão, né. Inclusive, eles disseram que se denunciasse eles, ia ser pior porque matava eles. Aí quando a gente vê que era pra tá ali pra garantir a segurança da pessoa, ele age da forma inversa. Aí é revoltante. Mas é claro que não são todos os policiais que faz isso (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005).

Rapaz foi assim, foi no fortal (...) eu tava no bloco aí acabou o circuito, aí eu voltei (...) aí no intervalo do bloco eu fui sentar do lado da praia, da calçada, no batente, aí eu vi um pessoal assim, andando com um bocado de policial, pessoal à paisana e um bocado de policial (...) procurando alguém assim e eu olhando assim, sentado assim, não devia nada, né, aí passam assim por trás de mim, volta, aí passa na minha frente, aí conversando assim, olha um pro outro, aí olha pra mim, aí passa por trás de mim, aí bate assim nas minhas costas “se levanta aí garotão”, aí eu olho assim pra trás “o que foi meu irmão?”, “se levante aí rapaz, ta ouvindo não?! Aí quando falou “o que foi’ de novo começaram a me quebrar e”... me algemaram logo, sabe, “cadê o celular? Cadê o celular?”, eu: “rapaz eu não sei de celular não... eu não sei de celular não, o que foi que aconteceu e tal?” aí já foram me levando algemado assim, lá pra...depois do corredor da folia, ali do lado do Náutico (...). aí sentaram lá e começaram me bater e “me dê o celular”, dizendo que se eu não entregasse eu ia morrer (...) levantaram o saco da minha cabeça numa passagem em cima do trilho, “ta vendo onde é que tu ta indo, tu vai morrer é agora!”, “tu ta vendo pra onde é que tu tá indo?”, eu: “pelo o amor de Deus meu amigo, eu faço qualquer coisa, não me mate agora não, não faça isso comigo, não, eu não tava fazendo nada, não, não sei de celular, não, quê que você quer, pelo o amor de Deus, que você quer?” sabe, foi tortura total, eu apanhei (...), aí o que eu fiz pra me salvar foi dizer que eu entregava, “volte, volte que eu entrego (...), volte aí pelo o amor de Deus, eu mostro onde é que tá. Aí voltaram da praia do futuro pararam em frente o AABB, na esquina o AABB com o Oton. É lá na esquina ali, sabe, aí pararam lá, aí tiraram minha algema, tiraram o saco, pararam de dar choque em mim, tavam dando choque em mim (...) aquele cacete que dá choque, com a arma engatilhada em mim, cacetada, aí eu desci da viatura, aí mandaram eu ficar em pé de costa pra eles, aí chegaram os quatro que tava na viatura, que era um dirigindo, um motorista e dois atrás, eu no meio, sabe, aí eu fiquei assim em pé, e eles falaram uma hora assim: “olha, aqui é a polícia...e não sei o que...especializada, se eu fosse você eu esquecia o quê que aconteceu hoje, porque se você falar, a gente vai te buscar onde você tiver” (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal Torcida organizada, 16/07/2005).

A violência passa a ser corriqueira e banal, especialmente entre as comunidades pobres. Não foram raros os exemplos que as pessoas falaram intercalados por risos e piadas. Ao contrário do depoimento acima, as falas geralmente narravam casos ocorridos com outros. Muitas vezes, contar um fato

que extrapola a razão parece ser uma fábula que, para ser contada, precisa de uma dose de “naturalidade” e espontaneidade para não se perder na crueza dos exemplos reais.

Então são poucos que age corretamente, que nem ela falou, que arrombaram a porta, eles pegaram o rapaz, era de menor, aí eles queriam o documento, ele disse assim: “o documento tá na minha casa”... A porta tava fechada, mas tinha chave. Ele disse: “senhor...” Aí foi logo quebrando. “Senhor, não precisa quebrar que tem a chave”. Só porque ele falou isso ele foi de cheio mesmo e bateu no menino... Por quê? e isso era o Tenente (*risos*), né, o tenente e os outros...isso tinha uns 5, os outros ficaram tudo ali. Uma pessoa foi falar uma mulher, ele desejou que ela fosse mais nova 20 anos pra ele dá nela também (*risos*) (Depoimento concedido por um morador de comunidade, Grupo Focal CEB's, 27/07/2005).

Existe isso em várias situações, mas é mais acentuado, né, contra preconceito, estigma, de se achar superior, de achar que a pessoa vai se submeter a qualquer (...) sendo homossexual aí isso se reforça mais ainda. No caso outro amigo meu, ele já foi obrigado a fazer sexo com os policiais no carro mesmo, na viatura, e eles fez... não que ele quisesse, mas ele disse que ficou com medo, ou ele fazia ou...(*risos*) eles não chegaram a ameaçar eles, né, não chegaram a ameaçar ele, mas ele se sentiu coagido pela situação... Eles pararam ele na rua, fizeram vistoria e tal, botaram dentro da viatura, né, aí as coisas aconteceram lá dentro, né, (*risos*) aí ele disse que tinha que fazer, mas ele disse que não foi obrigado, mas ele se sentiu com medo de dizer que não queria por que...por conta da questão de achar que a polícia é autoridade e do medo que as pessoas já tem da polícia mesmo (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005).

Um dado instigante em relação à temática da violência policial é que a Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública, órgão responsável pela averiguação e punição de abuso de autoridade e violência policial, com exceção de um grupo focal (*Hip Hop*), não foi citada pelos entrevistados. Essa constatação é mais um dado que reflete um desconhecimento ou descrédito nas instâncias policiais, inclusive naquelas que deveriam ser procuradas para denúncias de

casos de violência, como a Corregedoria. Há também uma falta de difusão destes mecanismos, como também daqueles responsáveis pela proteção da população, por parte do governo e de suas instituições. Como descrito anteriormente, somente em momentos de profundas crises envolvendo violência e corrupção policial, quando amplamente divulgadas pela imprensa, é que ações concretas de punições, ou mudanças de quadros na cúpula da segurança, são operacionalizadas bem como reveladas para a população.

Estes aspectos devem ser levados em consideração ao se tomar como referência de análise a relação entre as dimensões instituída e a instituinte que constituem a complexidade do real. O imaginário social, neste aspecto, passa a ter poder instituinte sobre a realidade, de tal modo que, embora no plano racional as instituições criem funções para atender determinadas demandas atribuídas por seus gestores, nem sempre elas cumprem seu papel, principalmente se elas não existem no imaginário da coletividade a que se destinam, como pode ser o caso da Corregedoria. Salienta-se ainda, que o real comporta, deste modo, uma dimensão simbólica que, longe de revelar graus de alienação coletivos, refletem o modo de sentir dos indivíduos e da sociedade e, desta forma, não pode ser desvinculada da realidade, como se fosse um significado à parte, conforme demonstra Castoriadis (1988). Assim posto, as representações forjadas da população sobre as polícias articulam-se, de forma orgânica, com uma imagem de grandes violências e truculência engendradas nas relações sociais cotidianas, onde a desconfiança, o medo e a falta de legitimidade institucional mesclam-se com a necessidade de segurança buscada, desejada e não encontrada.

Outros entrevistados percebem a problemática policial relacionada a outras questões sociais, ou seja, vinculam a atuação policial não à ação em si, mas a condicionamentos, como falta de condições de trabalho, de salário, de formação, entre outros: “uma questão da polícia, não é questão só da polícia, é muito maior, não é a polícia em si (...) tem que ver a questão econômica, da questão social, se ele ganha pouco aí vai começar a trabalhar como segurança particular, vai começar a roubar, ele não é formado” (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005). A compreensão geral desse grupo representante da causa homossexual atribui a violência policial ao fato do seu despreparo para trabalhar as diferenças, como a problemática da diversidade sexual:

Completamente despreparado. A gente tem um projeto na prefeitura, a questão da abordagem às minorias, né, os profissionais do sexo, os homossexuais, pra eles ter cuidado nessa questão da diversidade sexual, né, saberem abordar de forma mais humana outras pessoas, são seres humanos, antes de ter uma orientação sexual nós somos iguais (...) Tem muito preconceito das pessoas. Como é que ele vai ver diferente? Se ele ver uma prostituta, um travesti ou um homossexual que é afeminado. Eu acho que ele não faz diferença. Ele não está preparado pra fazer diferença. É aquela coisa, de você vê na rua correndo, já é um assaltante... (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005)

Essa questão do tratamento às minorias, aos homossexuais, eu acho que não existe nenhuma formação, porque se ver na rua policiais totalmente despreparados, agressivos, homofóbicos (...) ele já tem um certo preconceito e quando ele veste a farda, não é motivo da farda que vai mudar isso não, porque não tem uma preparação e uma forma de, na formação, quando ele vai ser policial na academia, ninguém ensina como lidar com gay, com lésbica, com travesti. Então, pra ele, se tiver um sentimento de ódio, com a farda, ele se torna mais perigoso ainda (idem).

Esta noção de segurança diretamente relacionada à polícia é comum entre a população. Sabe-se que Segurança é muito mais abrangente, envolve condicionantes e determinações políticas e culturais diretamente relacionados à necessidade de políticas públicas amplas e concretas, mas também que sejam profundamente direcionadas às instituições autorizadas a dar segurança à população. Assim, esta percepção é um convite a leituras que não se contentam com as generalizações, mas que aprofundem as especificidades do trabalho policial, que envolve governos estaduais, gestores da Segurança, oficiais, policiais e representações da coletividade.

Assim, alguns entrevistados vão além da reação simplificada entre segurança e atuação policial, pontuando questões e relações que ampliam e revelam modos mais amplos de compreensão e interpretação da problemática:

Porque muitos falam em segurança pública que não é só polícia, envolvem as questões sociais, questões bem maiores, não é só polícia. A polícia é o órgão representativo, né, vamos dizer, mais completo da segurança, eu posso dizer mais completo porque tá muito em contato com as pessoas, mas existe toda uma questão maior do que a polícia dentro da segurança pública, o social (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005).

Eu acho que segurança pública é um organismo que o Estado tem e deveria ou deve garantir direito do cidadão, né, a ir e vir, né, não uma segurança que nós temos, como o (...) já frisou, né, mal preparada, chefiada por interesse político, que aí, com certeza perde a missão, esquece a missão do que é segurança pública, e o que nós vemos realmente é o descompromisso. Então eu vejo que a segurança pública é um organismo do Estado, obrigação e papel do Estado, de garantir o direito do cidadão, né, garantir, não reprimir e tolher o direito de você ir e vir, né, porque não é só tirar a marginalização, tirar o marginal da rua que vai resolver, vai (...) pra garantir a segurança e não aconteça isso. É por isso que a segurança existe, a preventiva e a ostensiva, né. Eu acho que seria o organismo do Estado o qual deveria garantir o direito do cidadão a viver em comunhão com o bem-estar, garantir o bem-

estar do cidadão, né. Mas nunca vai deixar de existir a marginalidade, mas não de uma forma tão despreparada que existe aí, e principalmente no nosso Estado (Depoimento concedido por um sindicalista, Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, 25/08/2005).

Observa-se que concepções que abarcam um espectro mais amplo de política de segurança pública tiveram recorrências naqueles Grupos Focais mais próximos de causas sociais amplas, a exemplo do Conselho Comunitário de Defesa Social (CCDS), *Hip Hop*, Sindicato de Servidores Públicos, GRAB, entre outros. Para alguns, como no depoimento acima, há uma relação direta da falta de segurança com a “omissão” do Estado em gerir bem as questões sociais, como educação, emprego etc. Percebem a desqualificação da polícia não por ela mesma, mas correspondente a um Estado omissivo nas ações voltadas para a qualificação da instituição policial e nas políticas sociais em geral:

Então a polícia tem que ser qualificada pra encontrar o marginal pela conduta e não pela cor dele, não pela tatuagem e não pelo nível social. O marginal, o bandido, é pela conduta, pelo que ele faz ou que ele deixou de fazer, existe o crime de fazer, o cara é criminoso porque fez, e existe o criminoso que se omitiu, pra mim o crime se omitiu, o criminoso, é justamente esse, o criminoso...o crime maior, quando ele se omite de políticas públicas, quando ele se omite de qualidade de vida, quando ele se omite em segurança pública, quando ele se omite em emprego pro povo, que o desemprego é que fabrica o criminoso, então, esse é o maior crime, da omissão, quando o poder se omite, o povo também vai se omitir em fazer coisas boas, quando a educação se omite, a qualidade, o respeito, a conduta do povo, a vida do povo, o pensamento do povo vão ficar pejorativo também. Então, a segurança pública que existe pra manter exatamente a omissão do povo... Quando o jovem se omite de estudar, ele vai praticar crime. Que eu também não tô dizendo que o cara é criminoso porque não tem educação, ele tem que fazer isso não, mas quando ele se omite em ser um cidadão, em estudar, fazer um curso, a polícia tá ali pra conter isso, mas a polícia não tá pra conter um César Maia ou Paulo Maluf que se omitiu no seu verdadeiro papel (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal *Hip Hop*, 16/10/2005).

Percebe-se um diferencial nestas falas, ou seja, elas, conforme generalizam, não deixam o problema da segurança e da instituição policial solto, elaboram uma percepção explicativa da atuação violenta e corrupta como ligada a uma problemática sócio-política e cultural do Brasil, de modo que, como percebido pelas percepções dos jovens do *Hip Hop*, a ação omissa das instituições estatais corresponde, em parte, às reações dos indivíduos expropriados na sociedade onde, na condição de não cidadãos de direitos, tornam-se vulneráveis tanto ao mundo das práticas ilícitas como forma de sobrevivência, como, por isto mesmo, sujeitos vulneráveis à própria truculência da violência institucional, representada pela polícia. Estes aspectos são relacionados, por esse viés interpretativo, com a responsabilidade social atribuída pela sociedade ao Estado através do qual devem ser geridos. Neste sentido, os entrevistados atribuem concepções sobre as políticas públicas em geral e uma política de segurança pública, em particular:

Eu acho que a segurança pública é uma necessidade de todo país, de toda cidade, de todo Estado. E aqui no Ceará o que tem é aparato policial mal aparelhado, sem nada e que deva fazer segurança. Não tem um programa de segurança pública, a segurança pública é política, é secretários ineficientes, incapazes, que na realidade se mantém no cargo for força política. Nós não temos uma segurança que merecemos, como eu disse, tem o aparato policial, policial na rua tem demais, são policiais mal pagos, não têm seguro no trabalho, fácil de serem corrompidos. A própria polícia tá aí respondendo vários e vários processos, são policiais tanto civis como militares. E o governo brincando com segurança. Você chega no interior não tem uma viatura, não tem delegados, quem cuida das delegacias são os próprios presos, aqueles que são condenados, que já trabalham durante o dia e a noite, fica tomando conta das delegacias, quando dois, três policiais toma conta de uma cidade de 30 mil habitantes. Então, não existe um programa de segurança pública no Ceará. Se no Brasil já tá falho, não existe também, no Ceará principalmente. Agora, o que existe é mídia, é televisão, é rádio, é jornal dizendo que existe, mas eu não vejo existir não (Depoimento concedido

por um sindicalista, Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, 25/08/2005).

As percepções veiculadas por este grupo focal revelam um elemento diferenciador: ao não generalizar o discurso em torno da problemática social para justificar os problemas de segurança, também não responsabiliza o aparato de segurança pública como responsável por todos os problemas sociais que geram violência. Delimita a responsabilidade da Segurança Pública no seu setor específico de controle da violência:

Eu não posso responsabilizar a segurança pública do êxodo rural, eu não posso responsabilizar a segurança pública por uma política de emprego, né. Aonde é que eu vou ter que enquadrar a segurança pública? Realmente é na violação... é na violência, é no assalto, é no estupro, é no assassinato, que aí seria o papel e a missão da segurança pública deve ser essa, né, mas aí, a violência... não creio que as demais violências... a segurança (...), o êxodo rural o caboclo vem do interior pra cá, não tem emprego, cai na marginalidade aí a segurança entra, não resta dúvida, né. A política de emprego termina sobrando, e aí companheiro, de certa forma a sua pergunta ficou certa porque toda essa política, toda essa violação que tá em torno da sociedade ela vai canalizar pra segurança pública, né, porque aí onde é que vai sair o marginal? Que a política de emprego não tem, tem filho dizendo "tô com fome!" Aí eu vou roubar, termina na segurança pública, sobrando pra segurança pública. Realmente ela vai influenciar, mas é com o resultado, é com o produto gerado por essas políticas... (Depoimento concedido por um sindicalista, Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, 25/08/2005).

A discussão é conflituosa quando é posta à discussão a complexidade do problema da segurança pública entre o público entrevistado. Emergiram deste debate, também, confrontos de idéias a respeito das responsabilidades sobre as práticas violentas que caracterizam a instituição policial no Ceará. Uma das posições defende a idéia de que, embora recaia sobre a instituição polícia o ônus da violência, esta traduzida pelas práticas policiais consideradas extremamente

violentas, o Estado-governo é, estrito senso, o gerador dessa violência na medida em que não tem criado as condições objetivas para o efetivo desempenho da função policial, como salários justos, e nem acompanhamento psicológico que dê suporte ao policial para o seu equilíbrio psíquico, fatores que contribuem para o desvirtuamento da função policial e para a prática ilícita pelos maus policiais:

Eu acho assim, eles têm grande culpa de não trabalhar direito, mas, ao mesmo tempo, quem tem mais culpa é o Estado, né, porque não paga bem a eles, se eles faz isso porque não ganha um bom salário, né, não têm assistência pra dar o povo. Eles têm uma parcela de culpa, mas o governador do Estado também tem (Depoimento concedido por uma conselheira, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005).

No mesmo grupo, há os que discordam desse ponto de vista explicativo da precariedade salarial: “esse negócio de que se corrompeu ou corromper por causa de um salário ou por falta de estrutura, eu não acredito nisso” (Depoimento concedido por um conselheiro, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005). Mas, apresentam, entre contradições, uma tensão constante quando falam da responsabilidade com a Segurança Pública. Concordam com a percepção de que a segurança, de um lado, deve ser de responsabilidade do policial, que deve buscar mudar, ter sua formação individual voltada para a cidadania, não se prendendo à falta de condições estruturais e, de outro lado, deve ser de responsabilidade do Estado, especialmente no que concerne à educação do policial para a mudança de mentalidade que venha a fortalecer sua postura básica em relação às práticas de impunidade:

Que nível os nossos policiais têm? Tudo estressado. Eles têm vícios do toco, que é conhecido. Eles chegam na mercearia, pega uma sacola, vai logo colocando tudo que tem dentro, que eles acham que têm direito, que eles chamam de direito, porque eles

são mal assistidos psicologicamente, mal formados. Eles têm que procurar mudar, eles têm responsabilidade sobre seus erros, eles não têm educação, não sabem abordar, eles não diferenciam (...) todo mundo foi pobre e foi preto e torna é bandido, se ta numa esquina é bandido. Quer dizer, ele nem identifica ninguém, nem a comunidade. Agora, a gente tem que partir do princípio básico: a educação, não tem por onde correr. Aí vem a responsabilidade do Estado, do governo. Se é um policial, tem que ser bem treinado, se é um professor tem que ser bem treinado... Se se corrompeu, tem que ser punido, não pode deixar assim (...) Os policiais aqui da nossa área são todos mal educados, eles não tem noção nem de Código Civil e nem da Constituição. Se você perguntar os três primeiros direitos a um policial, ele não sabe, quais são dos direitos do cidadão, ele não sabe (Depoimento concedido por uma conselheira, Grupo Focal CCDS, 23/07/2005).

Essa é a mesma constatação descrita por um entrevistado delegado de polícia, já relatada neste trabalho, em torno da idéia da punição relacionada à formação. Quando um policial é pego cometendo um crime deve ser punido e voltar aos bancos da academia para se re-qualificar, devendo ser acompanhado, mas se volta a delinquir, deve ser expulso das corporações policiais. Tais interpretações fazem perceber que a coletividade tem elaborado em seus discursos uma problematização da questão policial, não envolta apenas no julgamento de valor “bom” ou “ruim”, mas também envolto em questões mais complexas como a formação e o tratamento do Estado em relação à Segurança Pública.

No que se refere aos Conselhos Comunitários de Defesa Social, é importante fazer uma consideração pontual. Como já relatado, trata-se de um tipo de participação da população na área da Segurança através da reunião de lideranças que formam um Conselho Comunitário orientado pela Secretaria de Segurança Pública do Ceará, experiência que ocorre de forma contraditória. Nesta pesquisa, o fato de terem sido entrevistados lideranças comunitárias de um

Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social (CCDS), gerou novos caminhos e questões de investigação. Ao aprofundar os dados da pesquisa, observa-se nas percepções dos conselheiros entrevistados, indícios que apontam para uma diversidade de conflitos entre polícia e comunidade, entendendo comunidade como sendo representada por grupos diversos da sociedade civil, entrevistados pela equipe de pesquisa, tal qual descritos na trajetória metodológica deste relatório. Todos os grupos apontaram para um tipo de relação conflitiva, principalmente de desconfiança generalizada no trabalho policial, medo e insegurança, gerados pela própria polícia. Entretanto, ao se participar de alguns eventos promovidos por entidades policiais, como a Diretoria de Defesa Social da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, que agrega, orienta e encaminha a mobilização das lideranças comunitárias em torno dos CCDS, percebe-se que há um tipo de contramão na leitura da ação policial violenta e despreparada. Ações de cultura de paz, de orientação contra drogas entre jovens e de envolvimento de policiais no trabalho das lideranças têm chamado atenção de pesquisadores e de setores diversos da sociedade civil. Observou-se em eventos, como encontros e reuniões dos CCDS, uma participação de quadros da polícia e de lideranças comunitárias reivindicando melhoria na infra-estrutura das polícias e no relacionamento desta com a comunidade. Em encontros com alguns Conselhos para entrevista desta pesquisa, observou-se, também, uma profunda desconfiança no trabalho policial; um discurso contraditório que revela, por um lado, a busca de comungar com as orientações da SSPDS, participando dos eventos por ela promovidos, buscando contato com autoridades policiais, elogiando as práticas de alguns policiais, entre

outras ações e, por outro lado, críticas e questionamentos especialmente em relação ao tratamento violento e ilegal por parte de agentes da polícia. Enfim, há uma tensão na relação polícia e comunidade que aponta para uma compreensão de um tipo de participação popular ainda em construção, embora tênue se for referida às características de uma participação efetivamente democrática. Observa-se que a dinâmica dos conselhos ainda é moldada pela cultura policial, também fortemente marcada pela envolvida na contradição entre ser polícia em mudança, racional e cidadã e ser polícia truculenta e autoritária.

Desta forma, observam-se exercícios de participação e de reivindicação simultaneamente à formulação de críticas ao modo de relacionamento da polícia com a comunidade como parceira de trabalho do sistema de segurança pública local. Alguns enxergam um tipo de relação da política tradicional, cuja moeda de troca é o arranjo de segurança através de violência, em troca de votos:

Aqui (...), é um curral eleitoral muito grande, quem chegar aqui e se tornar uma pessoa (...) que tenha prestígio popular, meu amigo, pode se candidatar a senador, eu só não garanto como presidente, mas o senador aqui, que é um que tá próximo ao presidente, né, pode chegar, viu? Porque o major (...), a idéia dele quando chegou aqui era de chegar, acabar com as gangues tudinho aqui, aí chegou metendo a mão na cara dos outros e tudo, era os policias...começava a pegar (...) rasgava, já pegava o cara aqui com o brinco e puxava o brinco da orelha do cara, não queria saber (...) tomava o skate do cara, dizia que era coisa de vagabundo, pegava a calça dele e subia até aqui no cara, fazia barbaridade aqui. Como ele viu que não era daquela forma...aliás, ele até viu que ele poderia... “não, aqui é um bairro populoso”, aí ele recebeu uns processozinho, o pessoal do Centro Comunitário aqui das associação, que aqui é igual um pé de caju em época de coisa, é igual lama aqui de associação, o pessoal das associação pegou e “capitão, não é desse jeito não. O senhor tem que ter calma aí, porque também...a gente também quer acabar com os marginal, mas muito marginal aí vai votar no governo do senhor...” (Depoimento concedido por um jovem, Grupo Focal *Hip Hop*, 16/10/2005).

A relação polícia e comunidade é completamente rechaçada por alguns, demonstrando, por um lado, o desconhecimento de alguns trabalhos, como por exemplo, do CCDS e, por outro lado, é justificado pelo argumento de que, se esse trabalho existe, não há difusão e participação efetiva, resultando numa total descrença nessa concepção. Essa descrença leva à percepção de que a polícia só age em relação à comunidade quando é “paga”, quando recebe algo em troca. Revela-se, com isto, uma representação fundada na percepção de um tipo de polícia privada que depõe contra o ideal de segurança pública, ou “segurança” como um valor construído sob o signo privado, como uma mercadoria vendida pelos próprios policiais. Isto tem significado para os entrevistados, principalmente o segmento jovem e popular, a inexistência dessa instituição que tenta se afirmar junto à sociedade através do discurso da participação. Este paradoxo entre discurso e prática é, portanto, significado de forma bastante simples, a partir da representação redutível de uma polícia que invade, que não respeita os direitos e que é corrupta:

Essa história de polícia próxima à comunidade isso aí é conversa, por que... O menino conhece né, o meu primo e tudo, aí é envolvido com crimes, essa coisa toda, aí a gente morava lá em casa, né, aí a polícia chega. Segundo eu sei, pra polícia entrar numa casa ele tem que ter autorização pra isso, né. Aí não, chega na minha casa não só a Polícia Militar, como a Polícia Federal, a Polícia Civil, entre outros policiais e praticamente arrebentaram o portão, entraram, a minha mãe ela tem uma certa idade, arrebentaram o portão, aí desligaram tudo, quebraram tudo lá dentro, que a gente...que a minha mãe desse conta dele, e a minha mãe: “ele não tá, ele já foi embora!” A minha mãe falou assim: “Vai embora, porque aqui não dá mais pra vocês ficar.” Aí ele foi embora. Aí de repente a polícia chega lá arrebentando tudo, quebrando tudo, aí viu que não encontrou, aí sai como se nada tivesse acontecido, deixa lá tudo quebrado, tudo arrebentado, a minha mãe passando mal, aí onde é que tá a

polícia próxima da comunidade? (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescentes – FUNCI, 01/08/2005).

Eu acho que não existe aqui, eu acho que não existe em lugar nenhum, eu acho que isso aí tá pra nascer. Eu acho que existe em lugar nenhum policial que... Polícia nenhuma que vai dialogar com ninguém pra saber como é que tá a segurança no bairro, nem nada não. Eu acho que pra quê um lugar mais assim exposto do que o Serviluz, lá no Serviluz tem altas gangues perigosas e tudo e os policial lá mesmo... Tipo assim, eles querem só pegar quem é o maior, mas só pra dizerem que pegou e tudo, mas no outro dia eles já tão solto, fazendo a mesma coisa que fizeram no dia anterior (...) Então eles querem sempre algo em troca, não importa o que seja, mas eles tão disposto a trabalhar, contanto que eles sejam pagos, além do dinheiro que ele recebe, eles ainda querem outras coisas em troca. Então eu acho que não existe isso. Eu acho que todo e qualquer projeto que é posto policiamento e comunidade não existe, eu acho que é só no papel mesmo que existe mesmo. Possa até ser que haja entre mil, um que se salve e trabalhe direito, mas esse que se salva, é como se diz, né, numa fruteira se tiver uma fruta estragada estraga todas. É o caso da polícia hoje em dia. A polícia eu acho que só tá pra brigar entre si, federal, estadual e daí pronto, mas pra proteger, que é bom (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescentes – FUNCI, 01/08/2005).

Outros grupos também percebem a problemática da Segurança dentro da complexidade estrutural, representando a ineficiência do trabalho policial, além da falta de formação e de condições de trabalho, como de responsabilidade da ineficiência do Estado na área da Segurança Pública. Inclusive, percebem dois fatores fundamentais para a Segurança Pública que têm sido repetidos por estudiosos e policiais envolvidos com esta problemática: a inteligência policial e a impunidade como aspectos de responsabilidade das instituições policiais que, não sendo satisfatória e competente, acaba por gerar mais violência e transformar o policial, que deveria estar conectado de forma orgânica à comunidade, em um membro exógeno à população, de tal modo a ser considerado um “intruso”, como revela o depoimento a seguir:

A segurança pública não é só ela é geradora da violência, mas a insegurança pública faz crescer a violência, por quê? Porque dá sinal de impunidade. O que é que nós temos hoje? Nós não temos uma inteligência policial, a nossa segurança pública não tem um trabalho direcionado pra inteligência policial, pra descobrir a coisa antes de acontecer e a parte preventiva não existe. Então não existe aqui segurança preventiva, existe o policial correndo atrás do bandido, não tem o policial evitando que o bandido cometa o crime. Então nessa parte aí ela também é responsável pelo aumento da violência, por quê? Porque ela por não trabalhar antes de acontecer, ela termina também gerando violência e ela não tem um trabalho educativo, ela não tem um trabalho como já existe em alguns países aí, a polícia comunitária, a polícia cidadã, aqui tem o nome, o que eu vejo de policial nesses outros países aí, a polícia comunitária ela convive com a comunidade, ela é considerada como um membro da comunidade. O que é que nós vemos aqui? Vê a polícia como intruso. Mesmo ela tendo o nome de polícia cidadã, de comunitária, mas ela não age desse jeito, quer dizer, não tá preparada, se ela não tá preparada ela não pode passar confiança pra comunidade. Dificilmente, se não houver uma política direcionada pra isso aí, nós vamos conviver com a segurança aqui no Ceará e no Brasil correndo atrás de bandido e não evitando as ocorrências. (Depoimento concedido por um sindicalista, Grupo Focal Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, 25/08/2005).

O que muitos concordam é que a função policial é “servir pra proteger e não pra meter medo” (Depoimento concedido por um adolescente, Grupo Focal Adolescentes – FUNCI, 01/08/2005); “é trabalhar direito, não chegar batendo no pessoal, espancando, saber trabalhar, andar mais nas favelas, respeitar as pessoas” (Depoimento concedido por uma moradora de comunidade, Grupo Focal CEB's, 27/07/2005).

Os depoimentos foram muito contundentes em relação às práticas promovidas pela SSPDS e, especificamente, em relação às práticas policiais, no sentido da crítica à falta de investimento na área da Segurança Pública por parte do governo do Estado, ao trabalho ineficiente dos gestores, à abordagem violenta dos policiais, aliada ao despreparo, às práticas corruptas, entre outros

questionamentos. No entanto, apresentaram também percepções positivas de reconhecimento dos avanços na Segurança Pública, no Estado, especialmente os CCDS. Mesmo reconhecendo os Conselhos como positivos, as reivindicações por melhorias não deixam de ser referidas:

Não tenho nada contra a segurança pública não... porque até agora nós temos o CCDS, né, o nosso bairro aqui já foi violento, né, hoje em dia é um bairro tranquilo, né, calmo, pelo menos nessa área aqui onde nós mora, né, eu mesmo, a minha pessoa, eu não tenho nada, inclusive eu tô... nós assistimos duas vezes no mês as reuniões, né, há uma parceria com a Segurança, aí no CCDS e tem feito um serviço muito bom na comunidade, e nosso dever de liderança é ajudar o policiamento, nós saber de uma coisa... Participar, ser comprometido e sem ninguém conhecer... tem que tá no meio daquele movimento, né, então, quer dizer, eu não tenho nada assim contra a segurança pública (Depoimento concedido por uma moradora, Grupo Focal Associação de Moradores de Área de Risco, 10/08/2005).

Eu acho o seguinte, que em parte melhorou, pelo menos da polícia militar, nós somos bem atendidos (...) Quer dizer, o major é uma pessoa preocupada, o que falta é estrutura pra trabalhar.

[Alguém retrucou]:

mas tem que avançar mais. Fui no delegado, conversei com ele e pedi pra fazer uma parceria, né, pra poder fazer um bom trabalho nessa comunidade, em todos os departamentos da segurança pública tem que ter parceria, tanto militar como civil (...) mas em nenhum momento, eu não conheço nenhum momento o delegado na porta dessas pessoas investigando quem roubou, onde é que ta as coisas (...) pra mim o delegado ele não fez o trabalho dele, eu não sei se é falta de condições...

[Alguém concluiu]:

Vocês tão certo, mas o que falta é reivindicar mais, tem que lutar para conseguir melhoria (...) a gente ta lutando pra conseguir um promotor público pra delegacia, pra que ela funcione 24 horas e não só 8 horas normal, como expediente, e que não funcione sem estrutura, porque, na realidade, a segurança pública está arcaica, ela está falida e sucateada (Depoimentos concedidos em discussão no Grupo Focal CCDS, 23/07/2005).

Estes depoimentos continuam revelando a tensão entre a desconfiança e a luta por uma segurança melhor, o descrédito e a necessidade de polícia. Outras mudanças são percebidas por representantes da população, considerados “minorias”, como travestis e homossexuais que expuseram vários depoimentos críticos em relação ao tratamento policial, mas atestaram mudanças, especialmente quando há a participação de entidades de direitos humanos envolvendo-se com as questões de segurança.

Os policiais não são todos. Também trata os travestis como lixo, a abordagem deles chega logo chamando a gente de nome de homem, de João, disso e daquilo. E também alguns policiais a gente sabe que não são assim (...) Ai é assim, é horrível essa questão, porque tem policial nojento, não são todos. Vamos dizer, há uns 10 anos atrás era horrível, tomava o dinheiro dos travestis, queimava, levava, hoje em dia não, devido esse aumento da luta dos direitos humanos, de grupos, (...), acabou um pouco, mas ainda tem (...), chega bêbado, desce, olha nas bolsas, jogando tudo no chão, como se fosse assim ele tem esse direito de tá abordando a pessoa da maneira que eles fazem (...) É isso que eu ia dizer, eu acho que o que mudou não foi a polícia, né, é a questão da relação à homossexualidade, né, direitos, movimentos, trabalhando o...saber (...) essas questões, né, (...) a polícia passa a ter uma nova atitude, uma nova posição. (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal GRAB, 09/08/2005).

Observa-se que tal participação tem pressionado e, de algum modo, contribuído para efetivação de ações afirmativas que buscam influir na realização de uma polícia organizada na sua função de proteger os cidadãos e controlar a violência. Mesmo assim, este esforço não tem logrado êxito quando se trata de abolir as práticas autoritárias e corruptas já largamente descritas neste relatório.

3.2.2 As percepções em Alagoas

As percepções sobre a instituição policial em Alagoas têm, em primeira mão, relação direta com a chamada reestruturação das polícias e com as ações e reivindicações das comissões de direitos humanos. É necessário observar, no Estado de Alagoas, essa especificidade para compreender as percepções sobre a polícia.

A reestruturação das polícias recebe críticas pela criação de órgãos e não propriamente de políticas públicas para a segurança do cidadão. Unificação das polícias ocorre por cima e não de forma orgânica, integrando e eliminando distorções. De fato, conforme indica seu próprio cronograma, a estrutura da polícia civil permaneceu praticamente inalterada e inchada de divisões, órgãos criados por operações especiais, delegacias especializadas e extraordinárias. Da mesma forma, antigos quadros continuaram ocupando direções, chefias e comandos.

Quando o Lessa entrou cometeu um grave erro e os movimentos de direitos humanos se calaram, Foi o de colocar o Rubens Quintella, que era um torturador que serviu à ditadura, inclusive naquela oportunidade estava no Ceará e propus uma moção de repúdio que foi aprovada no Movimento Nacional dos Direitos Humanos e aqui os companheiros do Fórum que confundiram a entidade com o governo, que é um erro tremendo engavetaram a moção (Depoimento de uma liderança, Grupo Focal Movimentos Agrários, 25/07/2005).

Com relação aos direitos humanos, tal crítica é estendida a outras esferas da administração estadual, onde seriam criados órgãos sequer com dotações e estruturas operacionais, cargos e não políticas. Seriam estruturas de governos loteadas para deputados e partidos da base aliada e não integradas

pelos movimentos sociais. Para alguns especialistas, existe uma confusão entre a estrutura de Estado e aquelas de governos, ficando em determinadas situações os direitos humanos, como vem ocorrendo durante as gestões dos governos Lessa, identificados como tema próprio de suas administrações. Percepção, aliás, constantemente reiterada por boa parte dos chamados formadores de opinião, seja na crítica ou no enaltecimento acerca de sua atuação. Para alguns críticos, o próprio Conselho Estadual de Direitos Humanos funcionaria apenas como palanque, não tendo estrutura e sequer visibilidade.

O governo foi eleito com aliança do Partido dos Trabalhadores, a maioria dos membros do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, era do PT. A Heloísa Helena era senadora na aliança com o PT. A maioria do Fórum era filiada ao PT e entendia que a política do Lessa era que a gente tinha que defender e eu acho e sempre achei isso que a autonomia dos movimentos deva prevalecer independente de qualquer coisa, não dá aceitar um torturador porque é do governo nosso(...)depois do governo Lessa a coisa é vista como uma ação de governo e enterrado o Fórum.Virou chapa branca (Depoimento concedido por uma liderança, Grupo Focal, Movimentos Agrários, 25/07/2005).

Contudo, se grande parte da população apenas enxerga o Estado através da polícia, para muitos a defesa dos direitos humanos é avaliada como se fosse uma luta na “defesa dos bandidos”, tal como coloca, em entrevista, o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos: “quem faz direitos humanos numa terra dessa é incompreendido em todos os setores, da Associação Comercial à periferia”. (Depoimento concedido em 07/07/2005). Da mesma forma, conforme depoimento abaixo,

A leitura o senso comum é que direitos humanos é para proteger bandido. Esta concepção é que nós começamos a trabalhar. E a Polícia Militar tem compreendido isso. Lógico não está perfeito.

Para demonstrar ao policial com a estratégia da educação que na estrutura que está aí o agente de segurança deve entender que ele é um protagonista no sentido de proteger a comunidade (Depoimento concedido por um Oficial da PM, em 28/08/2005).

Com baixo nível de informação acerca dos direitos, a população recebe, ainda, um bombardeio intenso dos meios de comunicação, principalmente dos programas policiais locais que chegam atingir preceitos constitucionais (“direito humano só para humano direito”, slogan de programa radiofônico de grande audiência local). Parte da população questiona o “custo” dos presos e questiona a tolerância da polícia com os “sem-terra” e outros movimentos sociais, conforme avaliação de ex-secretário de Justiça e Cidadania: “não compreendem que os direitos são conquistados e que toda conquista implica num certo grau de desobediência que nem sempre cabe ser criminalizada.” (Depoimento concedido em 09/07/2005).

Em Alagoas há um aspecto a considerar nas falas de alguns entrevistados. Há uma tensão entre a crítica ao continuísmo das ações governamentais sobre a Segurança, listadas tanto por representantes dos Grupos Focais quanto por representantes policiais e um discurso positivo sobre as ações da Polícia Militar, especificamente. Percebemos uma positividade no discurso de alguns grupos entrevistados que consideram a polícia militar agindo como “parceira”. Consideramos que tais percepções devem-se às mudanças descritas neste relatório em torno das ações da Polícia Militar no Estado.

Além dos sem-terra, como já foi mencionado, o desempenho da Polícia Militar pode ser avaliado por outros segmentos, conforme as seguintes falas de entrevistas realizadas através de Grupo Focal com travestis:

Até 1998 éramos presos todas as noite... a partir de 2000 começamos a dar palestras na PM. Antes eram prisões, colegas com lesões no corpo, desfilas de calcinhas nas celas, humilhações e constrangimentos, obrigação de lavar as celas... Hoje a polícia militar é nossa parceira (Depoimento concedido por participante, do Grupo Focal Travestis, 15/07/2005).

Eu tive um exemplo que eu fui vítima na praça da faculdade e automaticamente liguei para o 190 e os policiais me trataram maravilhosamente, me puseram na viatura e ainda conseguiram pegar um dos agressores...Cheguei na delegacia de plantão, fiz meu B.O., fui tratada pelo nome social que gosto de usar - Fabíola! Eles me apoiaram... (Depoimento concedido por participante do Grupo Focal Travestis, 15/07/2005).

Todavia, a ação do referido Centro de Gerenciamento de Crises e Polícia Comunitária ficou restrita aos conflitos sociais, não conseguindo avançar, por exemplo, sobre o sistema prisional, em constante crise, onde rebeliões passaram a ser banalizadas e assassinatos rotina. Nestes incidentes, as operações de contenção e varredura são realizadas pelo BOPE. Os familiares, principalmente mulheres, enfrentam constrangimentos nas revistas. Defensores públicos identificam casos de prisões ilegais de pessoas que não deveriam estar no presídio uns tem excesso de prazo de permanência no presídio e já poderiam estar respondendo em liberdade a gente (Idelva Pinto, defensora pública, Gazeta de Alagoas, 25/11/2003)

Por sua vez, o instituído no campo dos direitos humanos não parece ainda como algo plenamente consolidado no âmbito da polícia militar, onde ainda existe alguma resistência interna. Admite-se o risco do retrocesso, não no sentido de revogar a legislação vigente na Assembléia Legislativa, principalmente diante de compromissos nacionais e internacionalmente existentes, mas mudando o perfil do comando e descaracterizando o atual processo educacional.

Tal situação leva a acreditar que as mudanças introduzidas ainda não estão consolidadas, requerendo mais consistência e persistência. Da mesma forma observada no Estado do Ceará, os velhos quadros das polícias não as assimilaram, permanecendo contrários às “práticas dos direitos humanos” e avessos ao reconhecimento democrático de novos sujeitos de direitos, estando ainda empenhados em repassar seus valores para novas gerações de policiais.

Alguns coronéis da Polícia Militar dão declarações públicas negativas sobre os “direitos humanos”, assim como alguns integrantes do sindicato dos policiais civis a propósito de condições de trabalho adversas para a eficácia da ação policial.

A Associação de Cabos e Soldados e o referido sindicato, apesar de uma aproximação com entidades da sociedade civil, adotam uma visão predominantemente corporativa, estando mais imediatamente preocupados com salários, planos de carreira e condições de trabalho em geral do que efetivamente envolvidos num processo de construção de uma política de segurança pública que tenha os direitos humanos como referencial. Sob baixos salários, denúncias de corrupção, problemas como o alcoolismo e más condições de vida, são freqüentes as greves e as tentativas de aquartelamento. A disputa política e partidária impacta a ação sindical e pauta os posicionamentos conjunturais das categorias com relação ao governo estadual.

No decorrer da trajetória militar, a gente sempre teve aqueles altos e baixos, momentos bons e momentos ruins, a exemplo deste que estamos passando, não na questão de salários atrasados, mas na questão de baixos salários (...). A gente observa que naquele momento que houve a mudança da ditadura militar, onde começou a surgir a democracia no seio da segurança pública, a gente observa que deste período para cá a

segurança pública vem perdendo muito. Antes existia a prioridade, a polícia era considerada como o repressor, peça chave do sistema e hoje observa que quando ela começou a fazer parte da democracia, ela também começou a perder valores, investimentos (Entrevista concedida por uma liderança sindical, Cabo militar, em 01/07/2005).

Nesta questão, históricos militantes locais pelos direitos humanos admitem certo desalento apesar das “mudanças lentas, imperceptíveis, mas reais”. A militância teria crescido, mas ainda é numericamente pequena e fragilizada. Entidades de direitos humanos também concorrem entre si também por razões políticas e partidárias. O Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas teria sido esvaziado porque boa parte de seus atores teria sido cooptada pelo governo ou abandonado ao integrar a composição do Conselho. Enfim, apontam para um baixo grau de mobilização da sociedade civil, que se articula pontualmente, notadamente quando são atingidas, de alguma forma, pessoas tidas como da “classe média”. Em contrapartida, em 2005, foi criada a Comissão Permanente de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa, reproduzindo experiência já desenvolvida na Câmara de Vereadores desde a primeira metade dos anos noventa do século passado.

A rigor, o referencial “direitos humanos” é percebido e efetivamente acessado apenas por aqueles segmentos politicamente mais organizados e pouco pela população em geral, a exemplo dos movimentos sociais envolvidos nos conflitos agrários. Os demais ignoram, bem como a existência de outros espaços institucionais como a Secretaria de Direitos Humanos, a OAB, secretarias de governo enquanto as profissionais do sexo, por exemplo, sentem discriminação quando precisam recorrer à Delegacia das Mulheres.

Para a população, como já colocado pelo grupo focal dos travestis, apenas a PM adota, em parte, e exerce o referencial dos direitos humanos. A rigor, o conceito da Polícia Civil é pior na avaliação dos grupos focais e faltam instrumentos de controle, onde a “hierarquia é mais frouxa do que colarinho de palhaço”. (Depoimento concedido pelo presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, em 07/07/2005).

Boa parte das práticas policiais, notadamente aquelas exercidas pela Civil, como abordagens e interrogatórios, continuam extremamente autoritárias e muitas vezes acompanhadas da prática da extorsão e de espancamentos, conforme sustentam os vários Grupos Focais. Inexiste trabalho preventivo. É baixo o índice de elucidação e não se utiliza o geoprocessamento do crime. Comumente, a polícia prende para depois investigar. Faltam estatísticas confiáveis, que sofrem descontinuidade ou sequer são elaboradas por profissionais. Existe muito pouco investimento na área técnico-científico. Existe uma profusão de funções. São poucas as oportunidades de atualização pessoal e são inadequadas suas estruturas físicas. A destinação de recursos é pontual e geralmente fica apenas focada na construção e reformas de delegacias e presídios, na compra de armas e veículos. Na visão do Conselho Estadual, “os projetos são grosseiramente formulados apenas para captação de recursos em Brasília” (Depoimento concedido por um conselheiro, em 12/07/2005).

A lógica das autoridades, principalmente do secretário da defesa social anterior, Davino, eu acho que plano não é só chegar em Brasília e solicitar recursos. Plano é você apresentar projetos consistentes, trabalhar meta, que resultados tem. Então, a lógica tradicional do governo Suruagy, o cara só vai para Brasília com o pires na mão. Aí o cara pergunta : - Qual o projeto que você tem? (Depoimento concedido pelo Presidente da Comissão

Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em 10/07/2005.)

Com uma polícia despreparada, o trabalho é pouco inteligente, comprometendo a elaboração de boletins e inquéritos. À medida que não esclarece delitos, deixa de ser judiciária. Permanece identificada como órgão de repressão. Apurações são seletivas e as ações policiais praticamente são restritas à defesa do patrimônio, à investigação de homicídios, à supervisão do tráfico no varejo e de maneira cartorial no apoio ao cumprimento de mandatos judiciais e menos centradas na defesa do direito da pessoa. Contudo, é grande a pressão interna por “resultados” em alguns casos privilegiados, o que concorre para incriminar pessoas inocentes ou para o extermínio. Segundo o Conselho, tais práticas, assim como outras como as de tortura, não são apuradas, ainda mais se as denúncias envolverem delegados. Muitas outras irregularidades são denunciadas como utilização de veículos “puxados”, comércio de armas e a cobrança de “propinas” para forjar boletins.

Entre o predomínio de funcionários “relapsos”, que adotam a polícia como “bico” e os chamados “operacionais”, que conseguem resultados a qualquer preço, entidades e grupos focais apontam também para o baixo índice de resultados acerca das denúncias junto à corregedoria da Polícia Civil¹⁸. Em avaliação compartilhada por integrantes do Conselho, da Comissão Legislativa e da OAB sobre Direitos Humanos, ainda que de forma residual, continua a existir um “loteamento” das estruturas policiais com designação política de delegados e

¹⁸ Ao contrário do Estado do Ceará, Alagoas permanece com Corregedorias separadas.

chefias administrativas. Já na Polícia Militar as punições disciplinares são mais frequentes:

Uma boa parte dos inquiridos policiais, principalmente que lida com adolescentes, não tem autoria (...) O Ministério Público que poderia ter o papel da acusação no processo que envolve a questão da "gang" dentro da Polícia Civil, um matando o outro, delegado de um lado e de outro, foi solicitado, através do secretário de defesa social encarregado do inquirido que fosse incluída uma pessoa para ser testemunha. Que pessoa era essa ? A esposa do cara que foi morto na Serraria, metralhado possivelmente pelos colegas dele da polícia civil. E ela está fora do Estado no programa de Proteção à Testemunha, o delegado solicitou e o promotor negou. Já que ele negou, acabou sendo prejudicado o inquirido. As figuras simbólicas que poderiam ser condenadas foram absolvidas. O júri não tinha elementos para condenar. Aqui você é o contrário. Aqui invés de promotor que acusa, você tem promotor que absolve. É grave a situação. A gente tem raízes mais profundas. Você está tendo concurso para o Ministério Público com seriedade recente. Há algum tempo atrás você tinha um processo em relação à política. O Tribunal de Justiça, no último concurso, você sabia o resultado pelos sobrenomes. Era namorada de desembargador, filha de desembargador, parente de desembargador, cunhada de desembargador etc. e tal. Esse concurso ta sendo contestado pela OAB e nunca foi julgado. Qual o mal que tem para a sociedade ? Que a gente vai pagar um preço de trinta anos para essa safra de juiz se aposentar entrar outros, enquanto isso a gente vai ficar até o ano 2030 com juizes dentro desta estrutura que acaba sendo conivente. Quero dizer que não são todos, não. Quero fazer uma ressalva, o cara pode até entrar pela janela e ser sério (...) Então enquanto a gente não tiver sério de juizes, de promotores teve, de delegados também teve, pela primeira vez teve, porque antes delegado era indicação política. Os delegados da safra antiga são de indicação política (...) Antes quando o cara mexia com o poder local, o cara ligava e ele era removido (Depoimento concedido pelo Presidente da Comissão Permanente dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em 10/07/2005).

Em decorrência, em Alagoas, as polícias encontram enormes dificuldades diante de novas demandas sociais e modalidades de crimes. Cresce significativamente nos últimos anos a incidência de seqüestros relâmpagos; assaltos a escolas e postos de saúde, inclusive levando-os ao fechamento

temporário, como já ocorreu nos bairros da Pitanguinha e do Benedito Bentes, em Maceió. Da mesma forma, assaltos efetuados por quadrilhas especializadas em roubo de carros de luxo e /ou de cargas, integradas por comerciantes, políticos e policiais, notadamente nos períodos eleitorais, de caixas eletrônicos e bancos, ônibus, arrastões na orla marítima, confrontos e depredações de torcidas organizadas de futebol, brigas de “gangues” integradas por jovens, roubos de celulares, tráfico de novas modalidades de drogas.

Da mesma forma, não se extinguem ou se reduzem significativamente modalidades como “queima de arquivo”, extermínios nas periferias patrocinados por políticos e por algumas lideranças comunitárias que mantêm relações com policiais e que exercem controle sobre determinadas áreas urbanas, onde realizam extorsão de “aluguéis”, fazem “segurança” e promovem a eliminação daqueles que não se adaptam às suas modalidades de sujeição.

A expansão do mercado para empresas de segurança é proporcional ao crescimento do “coronelismo urbano” nas periferias e bairros populares, conforme denominação empregada no Conselho *“em certas grotas talvez seja melhor se acomodar com o bandido local do que chamar pela polícia”* (Depoimento concedido por um conselheiro, em 12/07/2005). Na ausência do poder público, grupos rivais envolvidos com o tráfico de drogas também controlam grotas e conjuntos habitacionais não apenas em Maceió, mas também em cidades do interior como no conjunto José Dias, em Marechal Deodoro, rebatizado de “Iraque” pelos moradores.

A ausência do poder público encurrala o cidadão, sobretudo pobre ou miserável, entre ser vítima de um delito ou se escorraçado no balcão da delegacia.

Acerca de uma denúncia de que travestis de outros estados não estariam se prostituindo nas ruas de Maceió, mas assaltando, o representante da entidade ouviu o seguinte comentário da própria polícia: “dê uma pisa nelas e os mandem embora” (Depoimento concedido por um participante do Grupo Focal Travestis, em 15/07/2005). Percebe-se, assim, que, como no Ceará, a população, ao mesmo tempo em que pede, teme a polícia. Assim, conforme fala de participante do Grupo Focal da ocupação “Cidade de Lona”, que além de apontar para a inexistência de posto policial local, afirma que as ocorrências cotidianas que demandam intervenção policial penalizam o conjunto da comunidade onde “pagam todos”. São citados “testemunhos forçados”, baseados na coerção, além de visões estigmatizantes com relação à pobreza. Policiais reagem agressivamente quando tratados por “você” e o pessoal da delegacia mais perto “só vem se tiver morto”. Outro participante da “Cidade de Lona”, que já residiu em outros estados, resume “neste pedaço de Brasil não tem instrução para a polícia” (Fragmentos discursivos de moradores do Grupo Focal Ocupação Cidade de Lona, em 02/08/2005)

Neste grupo, assim como de jovens entrevistados através de Grupo Focal da Grota do Andraújo, de Maceió, ações policiais são julgadas como inócuas e arbitrárias, não os levando a acreditar em medidas da área de segurança pública desconectadas de outras:

O Bope fazia várias batidas na gente, como esta galerinha aqui, revistava e na rua pedia documentos e depois foi embora; Ele só foi temporariamente, deveria ser algo permanente. Aí fica difícil para comunidade. Sair mais de 10 horas não pode voltar mais para casa, só se está em grupo. Aí que está o problema. Hoje não tem nada.

No caso só foi naquele tempo que a televisão chamou a gente de Grotta do Medo. Foi o Bope, cavalaria, depois de um tempo acabou-se, não passa mais nada por aqui;

Tinha quando matou aquele cidadão ali; Passou quase uma semana aqui, depois não voltaram mais;

Os policias geralmente não procuram saber o que a gente tem ou sente, eles já chegam logo batendo, não perguntam. Muito deles. Não pergunta nem sequer que está havendo É tapa, chute. Que nem houve lá na Chã. Tinha um rapaz que estava deitado, a gente ficou mangando, aí chegou o pessoal da civil, abordaram ele, aí começou logo batendo, chutes nas pernas nos braços, no corpo, no rosto. Aí o cara de menor, apanhou, né ? Por nada, por isso fico constrangido.

No posto policial só fica um policial, aí não vai adiantar, esses caminhos são todos perigosos, seja por ali, seja por aqui. É escuro demais, o pessoal tem medo de passar. Ali mesmo já mataram dois ou foi três. Hoje não temos nada.

Passa levando rodo, aparece quando tem alguém suspeitando de estar fumando droga, revista, bate, dá umas tacadas nos camaradas, pega e vai embora. Pegar o traficante, não pega, só pega os usuários mesmo. (Depoimentos de jovens, Grupo Focal da Grotta do Andraújo, em 08/08/2005.).

“Não tem aparelho de segurança que enfrente a violência em Alagoas devido à disenteria social” (Depoimento concedido pelo presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, em 07/07/2005) Tal situação, definida pelo presidente do Conselho, desafia não apenas as estruturas policiais de Alagoas, mas os planos de segurança vigentes. A complexidade do dispositivo sobre o qual é necessário intervir para garantir condições eficazes de funcionamento ao conjunto policial e judicial torna o problema de difícil solução. É comum a transferência de responsabilidades. Na pesquisa em Alagoas, constatou-se, através tanto das entrevistas individuais como dos encontros em Grupos Focais que a Justiça também não funciona adequadamente, mas de maneira seletiva e punindo as pessoas conforme a condição patrimonial.

À guisa de conclusão

O recente esforço pela construção democrática do Brasil foi acalentado pela idéia da cidadania. No seu bojo, através de várias frentes de lutas contra o regime autoritário e à medida que movimentos populares e sindicais se renovavam, emergiram novos atores e mobilizações coletivas na produção de sujeitos portadores de direitos que contribuíram significativamente para redefinir, em termos mais igualitários, a percepção de si e dos outros. Ao longo das últimas décadas, enquanto o País consolidou uma base material significativa, vários segmentos passaram a se expressar com mais autonomia. Movimentos sociais identitários passaram a reivindicar direitos e ver esses direitos reconhecidos em maior ou menor grau. Mesmo assim, surpreende no Brasil o descompasso entre a democracia como valor universal e práticas sociais que mantêm e/ou recriam a exclusão como produto da sociedade.

Isto posto, a presente análise considerou que as percepções coletivas da população acerca das polícias apresentam particularidades locais devido a uma articulação de aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais que configuram um carácter relacional e contingente em cada contexto.

É dado importante perceber como cada vez mais emerge ao centro das atenções o significado da segurança como uma categoria objetiva sobre uma realidade permeada por situações concretas de aumento de insegurança ou da sensação dela. Assim considerado, é central, neste debate, o lugar da segurança

pública tanto como uma condição *de estar em segurança* ou *sob segurança*, revelado pelo sentimento das pessoas sobre isso, quanto segurança pública como uma instituição social, traduzida por um aparato estruturado de recursos materiais, humanos e simbólicos, mantidos pelo Estado, com o fim de garantir o controle da violência e a manutenção da paz social.

Importante deixar claro que estas duas dimensões da segurança como uma categoria de análise, tal qual aqui formulada, são irremediavelmente articuladas, de modo que não parece razoável buscar a compreensão de uma dimensão, a mais subjetiva, sem ter como horizonte a dimensão estrutural, mais objetiva, desse processo. No entanto, e esta parece ser a questão central deste relatório, parece que cada vez mais a busca da superação da violência e a garantia da segurança passam a ser uma relação ambígua, tensa, conflituosa e, por vezes, antagônica. Estas contradições ocorrem pela disjunção entre o que se espera do Estado-governos, seu discurso oficial e o seu papel de formulador e gestor de políticas de segurança pública, e as práticas e iniciativas engendradas fora da “esfera oficial” em busca da segurança individual e coletiva, e do enfrentamento da violência.

Com isto, o que é por fundamento irremediavelmente inseparável tende a, de forma anômica, trilhar caminhos diferenciados. Ou seja, aparatos estatais de segurança tidos como inexistentes ou ineficazes, de um lado, e a idéia de eficácia de instrumentos privados de segurança construindo lógicas e práticas privadas, por outro, vão constituindo o cenário social e moldando posturas básicas dos indivíduos na sociedade, embora ainda se clame pelo papel e lugar do Estado como o grande gestor.

São necessárias mudanças conceituais, operacionais e integradas, o que demanda nova modalidade de gestão que integre Ministério Público, Polícia e Judiciário em tempo real. Fica também evidente a necessidade de efetivas políticas públicas, sobretudo para a população jovem e destinada para outras áreas como geração de emprego, renda, lazer, saúde, cultura e educação.

Destacadas as diferenças e especificidades históricas no curso da Segurança Pública nos dois Estados pesquisados, é possível construir um quadro significativo das percepções da polícia e da coletividade sobre as atividades policiais e de gestão da segurança. As mudanças institucionais, o aparelhamento, a relação polícia e comunidade, a participação e fiscalização de entidades de Direitos Humanos e Conselhos, entre outras temáticas aqui referidas, de uma forma ou de outra, impulsionam uma discussão sobre segurança pública que vai além dos próprios quadros do governo ou da polícia. Mas, muito mais, as crises amplamente divulgadas, envolvendo a alta cúpula da Segurança Pública e demais policiais no Ceará e as mudanças ainda ineficientes em Alagoas, têm gerado conflitos e práticas diversas que abrem possibilidades de mudança de mentalidade e de ações, embora ainda pouco sinalizadas. Os entrevistados enxergam isto, mas condicionam essas mudanças à possibilidade de gestão mais abrangente, que possa interferir diretamente em ações pontuais, no trabalho policial, nas condições de trabalho, na remuneração digna, na sua qualificação, sem deixar de interferir muito mais nas causas sociais estruturais.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. Conflitualidade e violência – reflexão sobre anomia na contemporaneidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo. v. 10, p. 19-47, 1998.

_____. *A gestão urbana do medo e da insegurança*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 281, 1996.

ADORNO, S.; PERALVA, A. Estratégias de intervenção policial no Estado Contemporâneo (nota de apresentação). In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais Humanas, Universidade de São Paulo, V. 9, n. 1, São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

ALMEIDA, R. O.; BRASIL, G. M. Polícia e Comunidade. In: BARREIRA, C. (org.) *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

AMERICAS WATCH COMMITE. *Violência policial no Brasil. Execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: OAB-SP/NEV/USP, 1987.

_____. *Violência policial urbana no Brasil. Mortes e tortura pela polícia de São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1995*. New York/São Paulo: Americas Watch/NEV/USP. SD

BARREIRA, C. et al. *À Espera de Justiça: assassinatos de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza*. CEDECA-CE. Fortaleza: Expressão, 1999.

_____. (coord.) et al. *Ligado na Galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: UNESCO, 1999 (Edições Unesco).

_____. (org.) *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NuAP/UFRJ 2004.

BENEVIDES, M. V. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo. v. 11 (30), p.67-68, 1997.

BOURDIEU, P. *Les Sens Practice*. Paris: Les Editions Minuit, 1980.

_____. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Difel / Editores Bertrand Brasil S/A, 1989.

BRASIL, M. G. M. *A segurança pública no “governo das mudanças”: moralização, modernização e participação*. Tese de doutorado do Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social. PUC-SP. São Paulo: 2000.

BRASIL, M. G. M.; ALMEIDA, R. O.; ABREU, D. A. Da unificação do comando da segurança pública à integração das polícias no Ceará. In: BARREIRA, C. (org.) *Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais Humanas, Universidade de São Paulo. V. 9, n. 1. São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais Humanas, Universidade de São Paulo, V. 9, n. 1. São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

CARVALHO, R. V. A. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: ARRUDA, J. M.; CARVALHO, R. V. A. (Orgs.). *A Era Jereissati: Modernidade e Mito*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ et al. *A criação histórica e a instituição da sociedade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS. *Guia do CCDS*. Fortaleza: S/D.

COSTA, S. “Movimento sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, número 35, outubro de 1997.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FISCHER, R. M. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes/Codec, 1985.

FPCV-AL. *Relatório analítico sobre a violência e a segurança pública em Alagoas*. FPCV-AL, Anos 1995, 1996,

_____. Dossiês1991: *Para quem da cidadania: as várias faces da violência em Alagoas*. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. Maceió: Oxfam : Visão Mundial : Fase, 1992.

_____. Dossiê 1996: *Alagoas: democracia em pedaços*.

_____. Dossiê 1997: *Alagoas: numa trajetória de ausências, a luta pela afirmação dos direitos humanos*.

FREITAS, G. J. *Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UFRJ, NuAP, 2003.

HOLANDA, J. X. de. *Polícia militar do Ceará*, v.1, Fortaleza: IOCE, 1987.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: 1996.

LEMGRUBBER, J. (org) *A instituição policial. Revista no. 22*, Rio de Janeiro: CDB-RJ, jul/1985.

MAFFESOLI, M. *Dinâmica da Violência*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MESQUITA NETO, P. Violência policial no Brasil: abordagens técnicas e políticas de controle. PANDOLF D. C. et al. (orgs.) *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

NETO, V. Democracia e segurança. *Cadernos do Ceas*, no. 123, p. 21-4, Pernambuco: 1989.

OLIVEIRA, N. V. *Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editoria UNESP, 2000.

PERALVA, A. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, C. A. M. et al... *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais Humanas, Universidade de São Paulo, V. 9, n. 1. São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da S. (org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992.

RONDELLI, E. Imagens da violência e práticas discursivas. In: MESSEDER, C. A. P. et al. (orgs.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: 2000.

SILVA FILHO, J.V. da. Homicídios: o que a polícia pode fazer? In: OLIVEIRA, N. V. *Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SILVA FILHO, J. V. da; GALL, N. A polícia: incentivos perversos e segurança pública. In:

SIMMEL, Georg. Problemas Metodológicos Fundamentais. In: FILHO, Evaristo de Mares (org.). Georg Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

VELHO, G. e ALVITO, M. (orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996.

VASCONCELOS, R. *A cultura da violência em Alagoas: um estudo em representações sociais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife: 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

WIEVIORKA, M. "O Novo Paradigma da Violência", in: *Revista Tempo Social*, São Paulo: USP, 9(1): 05-38, 1997.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

INTERNET:

CEARÁ. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. *Histórico da Polícia Militar no Brasil*. Disponível em: <http://www.pm.ms.gov.br/historico.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2005.

CEARÁ. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA. Disponível em: <http://www.seguranca.ce.gov.br/historico.jsp>. Acesso em 12 de novembro de 2005.

<http://www.noolhar.com/opovo/> - acessado ao longo de toda a pesquisa.

Jornais consultados:

O Povo
Diário do Nordeste
Gazeta de Alagoas

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3

ANEXO 4

Resumo do caso sobre grupo de extermínio – Jornal O Povo, 13/09/2005

Em 2002

8/7 - A Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará (OAB/CE) e entidades de Direitos Humanos entregam ao procurador da República Alessandro Sales um dossiê pedindo que se investigue a atuação de um suposto grupo de extermínio formado por policiais militares do Ceará. O grupo, que trabalharia à serviço de estabelecimentos comerciais de Fortaleza, seria comandado pelo major José Ernane de Castro Moura.

15/7 - O procurador Alessandro Sales solicita que o então superintendente da Polícia Federal, Wilson Nascimento, abra inquérito para investigar o caso.
24/7 - Nascimento indica o delegado federal Cláudio Barros Joventino para realizar as investigações.

Em 2004

29/7 - Após dois anos de trabalho, o delegado Cláudio Joventino pede a prisão temporária de um major, um capitão, um subtenente, dois soldados, um proprietário da empresa de segurança Monitec Segurança Armada e dois gerentes de uma das farmácias da Rede Pague Menos. Além da busca e apreensão de documentos e outros materiais nas casas/empresas dos acusados e de pessoas ligadas a eles. A Justiça Federal declina da competência e envia os inquéritos para a Justiça Estadual.

Em 2005

24/5 - **O POVO** publica, com exclusividade, que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) - orientada por relatório da subprocuradora da República, Ela de Castilho - recomenda o afastamento dos policiais acusados e cria uma comissão especial para retomar as investigações da PF.

26/5 - O Jornal Nacional, da Rede Globo, divulga parte das escutas telefônicas e o major Castro aparece negociando o serviço de segurança privada feita por PMs.

28/5 - O Governo do Estado resolve afastar major Castro e o Capitão Cícero Henrique Lopes por causa das acusações da PF e divulgação na imprensa.

29/5 - **O POVO** publica com exclusividade que o subtenente Da Silva e os soldados Ronaldo e Chagas também serão afastados pelo Governo do Estado.

30/5 - Em outra matéria exclusiva, **O POVO** publica que o major Castro teria negociado com o advogado do "puxador" de carros Carlos Henrique a devolução de uma Hilux. O veículo pertenceria a um amigo do oficial da PM. Já o Jornal Nacional divulga transcrição telefônica que sugere que a delegada Cândida Brum, então da Divisão de Apoio ao Turista, teria prevaricado pois é informada pelo major de uma ação criminosa envolvendo um informante dele.

31/5 - A procuradora geral da Justiça, Iracema do Vale, nomeia oito promotores para analisar e concluir as investigações feitas pela Polícia Federal. O promotor José de Oliveira Filho diz que em 15 dias devem sair as primeiras medidas. O Governo do Estado resolve afastar das funções a delegada Cândida Brum.

27/6 - Em depoimento, major Castro nega todas as acusações, inclusive a de que atuaria em serviço de segurança privada para a rede de farmácias Pague Menos.

18/7 - O policial militar Antônio Denilson Amaral Cruz confirma em juízo ter trabalhado como segurança armado numa unidade da rede de farmácias Pague Menos em 1997.

9/8 - Seis pessoas são postas em liberdade, após decisão do juiz da 2ª Vara do Júri, Henrique Jorge Holanda Silveira. O comandante geral da Polícia Militar, coronel Deladier Feitosa, informa que nenhum dos policiais soltos irá retornar às atividades. Foram postos em liberdade o major José Ernane Castro Moura, o capitão Cícero Henrique Beserra Lopes, os soldados Francisco das Chagas Silva e Francisco Ronaldo Sales, o empresário Augusto César Ferreira Matos e o vigilante José Valcácio Moura Rodrigues. O ex-PM José Alves Filho continua com a prisão preventiva decretada por não ter se apresentado à Justiça.

26/8 - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) recebe denúncias de que testemunhas e familiares de vítimas do suposto grupo de extermínio estariam sofrendo ameaças de morte. As ameaças estariam ocorrendo desde a libertação de seis presos, no dia 9 de agosto.

29/8 - A SEDH envia ofício ao governador Lúcio Alcântara, à procuradora geral de Justiça, Iracema do Vale, e ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/CE), Rocha Vitor. O documento alerta e pede providências sobre a denúncia de ameaças.

Fonte: Banco de Dados O POVO

ANEXO 5

AS PRINCIPAIS CRISES NA SEGURANÇA PÚBLICA – Jornal O Povo, 17/06/2005.

17 DE ABRIL DE 1992 - "CAIXINHA" NA SECRETARIA

Secretário de segurança pública: Francisco Crisóstomo
Governador: Ciro Gomes

- Denúncias de "caixinha" na Secretaria de Segurança Pública (SSP) afastaram três diretores. Dois empreiteiros - José Luciano Batista e Joaquim Arnóbio Mendes, denunciaram o envolvimento do presidente da comissão de licitação - delegado Ubiratan Augusto Borges, e dos diretores financeiro - Borgival Landim Saraiva e administrativo - delegado Thales Cavalcante Franco na cobrança de 15% para qualquer construtora ganhar concorrências na SSP. Os diretores e o presidente da comissão foram afastados. Todos negaram envolvimento.

16 DE JUNHO DE 1992 – TENENTE GEOVALDO

Secretário de segurança pública: Francisco Crisóstomo
Governador: Ciro Gomes

- Os amigos Gustavo Ribeiro Alves e Alexandre Leite Varela Holanda estavam na avenida Zezé Diogo, Praia do Futuro, quando foram abordados pelo tenente Geovaldo de Sousa Barroso e o soldado José Walter Filho. Sob a mira de revólveres, os dois foram levados pelos PMs até as dunas onde os assaltantes rodaram cerca de 20 minutos com os rapazes dentro do carro de um deles até que o tenente atirou em Gustavo, por ele o ter reconhecido como policial. Gustavo foi atingido com um tiro na boca, tendo morte imediata. Alexandre também foi baleado no braço esquerdo e um tiro de raspão na cabeça, mas conseguiu sobreviver. O crime ficou conhecido em todo o Estado como a gangue dos policiais. Além do homicídio e tentativa de homicídio, os policiais foram acusados e em seguida condenados por assaltos, seqüestros, roubo de veículos e estupro, inclusive fardados e usando viaturas para executar os crimes. Os dois foram expulsos da Polícia Militar.

17 DE ABRIL DE 1993 - FLAGRANTE DE TORTURA

Secretário de segurança pública: Francisco Crisóstomo
Governador: Ciro Gomes

- Membros das Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Ceará (OAB-CE) flagram o pedreiro Antônio Ferreira Braga sendo torturado na Delegacia de Furtos e Roubos (DFR). O fato foi agravado pelas

declarações do secretário Francisco Crisóstomo, absolvendo de antemão a delegada Sônia Gurgel, titular da DFR, sem esperar a conclusão do inquérito. O secretário também deixou entender sua aprovação à aplicação de tortura, ao justificar a presença de instrumentos destinados a este fim na cela onde se encontrava o preso.

16 DE FEVEREIRO DE 1997 - CASO FRANÇA*

Secretário de segurança pública: Edgar Fuques
Governador: Tasso Jereissati

- O agente João Alves de França denuncia envolvimento de policiais civis e militares em assaltos, tráfico de drogas, contrabando de armas e extorsão. No mesmo mês o vice-governador Moroni Torgan instaura uma comissão, coordenada pelo delegado-geral Quintino Farias da SSP, para apurar as denúncias do agente França. Um mês depois Quintino Farias pede exoneração do cargo. O titular do Departamento de Polícia Especializada (DPE), Luiz Carlos Dantas, juntamente com o assessor da Polícia Civil, Jorge Luís de Oliveira, são exonerados. Evandro Alves de Sousa é nomeado novo secretário. No dia 16 de abril de 1997 dez delegados, oito comissários e 13 agentes são acusados de participação em diversos crimes.

*** NO DIA 16 DE ABRIL DE 1997 O GOVERNADOR TASSO JEREISSATI ANUNCIA A CRIAÇÃO DE UMA SÉRIE DE MEDIDAS PARA MUDAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SSP E POLÍCIA MILITAR. DIAS DEPOIS É ANUNCIADA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA (SSPDC). O GENERAL CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE É NOMEADO PARA SUBSTITUIR EDGAR FUQUES.**

29 DE ABRIL DE 1997 - CASO FRANÇA

Secretário de segurança pública: General Cândido Vargas Freire.
Governador: Tasso Jereissati

- Vinte e seis policiais citados no relatório da Comissão Especial que investigava o caso França são afastados de suas funções.

29 DE JULHO DE 1997 - GREVE DAS POLÍCIAS

Secretário de segurança pública: General Cândido Vargas Freire
Governador: Tasso Jereissati

- Fortaleza foi transformada num campo de batalha durante uma greve dos policiais civis e militar do Estado. O comandante da Polícia Militar, coronel Mauro Benevides, foi um dos seis policiais feridos no primeiro dia da paralisação. Foram cerca de dez horas de tensão, onde manifestantes percorreram as principais ruas do Centro e pararam na avenida

Historiador Raimundo Girão, quando houve confronto com tropas do GATE. Além do Comandante da PM, mais três policiais foram levados ao IJF feridos. Ao todo, mais de 30 policiais do Batalhão de Choque, GATE, Bptran e de grupamentos operacionais passaram pelo local. Os policiais militares cearenses reivindicavam um reajuste salarial em torno de 66% e os civis queriam abonos que variavam de R\$ 295,00 a R\$ 500,00. As greves nas polícias militar e civil estouraram em praticamente todos os estados do país.

2001 - GRUPO DE EXTERMÍNIO

Secretário de segurança pública: General Cândido Vargas Freire.
Governador: Tasso Jereissati

- O grupo foi inicialmente investigado em 2001, depois que várias mortes onde os autores não eram descobertos começaram a se acumular. A maioria delas em frente a uma unidade de uma rede de farmácias. Os inquéritos policiais eram concluídos sem os nomes dos assassinos. A Polícia Federal começou a investigar o caso em 2002, ano em que o atual secretário de segurança pública, Wilson Nascimento, era superintendente da PF no Ceará e, segundo a Comissão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, um relatório sobre os crimes teria sido entregue ao então superintendente

22 DE JUNHO DE 2003 - TENENTE CORONEL GONDIM

Secretário de segurança pública: Francisco Wilson Vieira do Nascimento
Governador: Lúcio Alcântara

Em entrevista ao **O POVO** o tenente-coronel da Polícia Militar, Francisco Horácio Marques Gondim, que chefiou as operações do Comando de Operações Especiais (COE) admite que o COE atuava nos moldes dos órgãos da repressão militar na época da Ditadura. Na entrevista, o tenente-coronel confirma sua participação em treinamento de tortura, declara ter influência na cúpula de segurança pública do Estado, confirma o enriquecimento ilícito de pessoas no Estado do Ceará e aponta envolvidos em seqüestros e assassinatos. No dia 21 de julho a Secretaria Especial dos Direitos Humanos decide designar o promotor Luciano Mariz Maia, representando o Ministério Público Federal, para analisar que procedimentos podem ser tomados por conta da entrevista do tenente-coronel Gondim.

18 DE JANEIRO DE 2004 - SUCATEAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário de segurança pública: Francisco Wilson Vieira Nascimento
Governador: Lúcio Alcântara

- Durante três dias **O POVO** percorreu 12 das 13 cidades que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza (Eusébio, Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Maracanaú, Maranguape, Itaitinga, Pacatuba, Guaiúba, Horizonte, Pacajus e Chorozinho) e comprovou o sucateamento dos equipamentos da segurança pública. Em Pacatuba, por exemplo, a Cadeia Pública comporta 30 presos e estava com quase o dobro. Para amenizar

o problema, detentos dormiam em celas improvisadas fora da área da prisão. Por causa do sucateamento as prefeituras das cidades, através de contratos com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), estavam arcando com despesas na área da segurança - atribuições definidas constitucionalmente ao Estado. Entre elas aluguel de prédios e alimentação de presos e policiais.

22 DE MAIO DE 2004 - GREVE DOS DELEGADOS

Secretário de segurança pública: Francisco Wilson Vieira Nascimento
Governador: Lúcio Alcântara

- O primeiro dia de paralisação dos delegados. Apenas três delegacias funcionaram na Região Metropolitana. Durante a greve algumas pessoas esperavam até sete horas pelo atendimento nas delegacias para fazerem um Boletim de Ocorrência. Os delegados reivindicavam reestruturação do sistema de promoções da Polícia Civil, imediata retirada dos presos provisórios das delegacias, recriação de todas as delegacias municipais no Interior do estado, entre outros. No dia 28 de maio a paralisação foi considerada abusiva e os delegados voltaram ao trabalho.

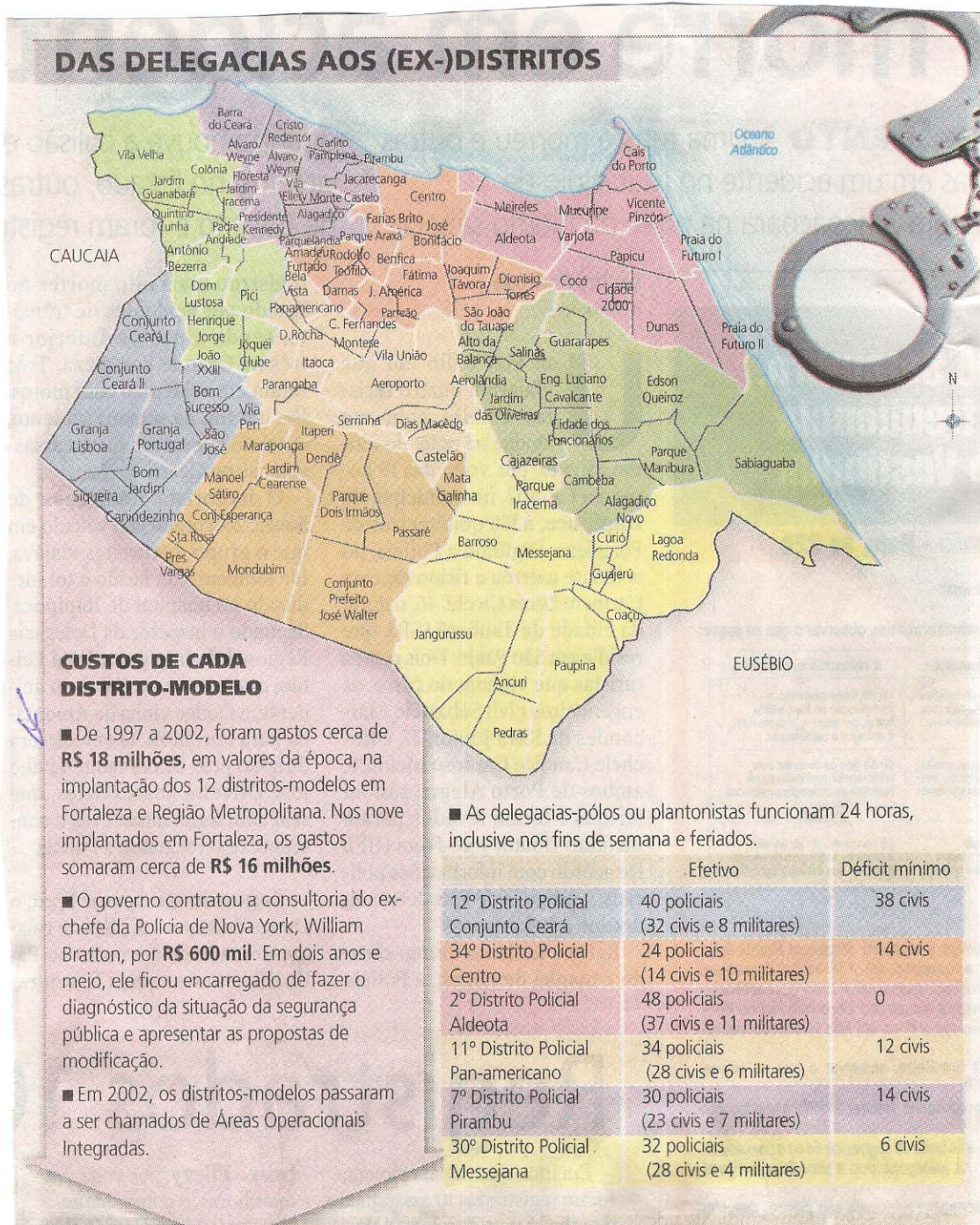
2005 - GRUPO DE EXTERMÍNIO

Secretário de segurança pública: Francisco Wilson Vieira do Nascimento
Governador: Lúcio Alcântara

- Vem à tona novamente um suposto grupo de extermínio envolvendo policiais militares acusados de formação de uma quadrilha a serviço de empresários locais. Desta vez gravações são reveladas pela Imprensa e apontam o major José Ernane de Castro como líder do grupo. Seis PMs e uma delegada civil foram afastados dos cargos. Em uma das conversas gravadas pela PF, o major Castro acerta a entrega de quatro abadás do Fortal, recuperados após um roubo, ao secretário Wilson Nascimento.

Fonte: Banco de Dados de O POVO.

ANEXO 1



ANEXO 3

CANCELADOS

Veja alguns projetos que não receberam dinheiro em 2004

- Ampliação de unidades de segurança
- Delegacias 24 horas
- Implantação de delegacias do turismo
- Criação de delegacias de defesa da mulher, da criança e do adolescente e do idoso
- Construção de prédio e capacitação de pessoal para o Gabinete de Gerenciamento de Crises
- Melhoria da proteção individual e profissional de segurança pública
- Capacitação técnico-profissional Segurança Pública
- Ampliação das ações preventivas de combate ao incêndio
- Combate à exploração sexual e tráfico de mulheres
- Fortalecimento de ações de combate ao tráfico de drogas
- Policiamento nas proximidades de escolas
- Implantação e recuperação de sinalização de trânsito

Fonte: Execução Orçamentária, disponível no site da Secretaria do Planejamento do Estado